

WALKIRIA CAVALCANTI PRADO

**GESTÃO PARTICIPATIVA A3P (AGENDA AMBIENTAL NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA) NA PREFEITURA DA CIDADE DO
RECIFE: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.**

**RECIFE
2015**



Universidade Federal Rural de Pernambuco

Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância

GESTÃO PARTICIPATIVA A3P (AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA) NA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância

Linha de Pesquisa: Gestão e Produção de Conteúdos para Educação a Distância.

Orientador: Prof. Dr. José de Lima Albuquerque

**RECIFE
2015**

Ficha Catalográfica

P896g Prado, Walkiria Cavalcanti
Gestão participativa A3P (agenda ambiental na
administração pública) na Prefeitura da Cidade do Recife:
Contribuições da educação a distância / Walkiria Cavalcanti
Prado. – Recife, 2015.
153 f.: il.

Orientador(a): José de Lima Albuquerque.
Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Gestão em EAD) –
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica
de Educação a Distância e Tecnologia, Recife, 2015.

Inclui apêndice(s) e referências.

1. A3P 2. RSA 3. Educação a distância I. Albuquerque,
José de Lima, orientador II. Título

CDD 371.394422

AGRADECIMENTOS

- A Deus pela oportunidade de ter concluído mais essa etapa de estudos e aprendizagens significativas;
- A meus pais e irmãs pelo incentivo, compreensão e apoio dedicado continuamente à construção deste trabalho;
- Especial agradecimento ao meu orientador e amigo Prof. Dr. José de Lima Albuquerque, grande referencial de profissional a quem aprendi a admirar;
- Aos professores do Programa pelos conhecimentos e experiências somadas;
- Aos colegas de mestrado pela oportunidade de construção coletiva e permanente de laços de amizade, colaboração e admiração fraternos;
- A Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade- SMAS da Prefeitura da Cidade do Recife pelo incentivo, apoio, colaboração e participação na construção do produto desta pesquisa;
- Especial agradecimento a Nilo Sergio Moreira da Rocha e toda sua equipe da Unidade de Gestão de Políticas Sustentáveis- UGPS- SMAS pelo incentivo e apoio permanentes à construção e aplicação do curso a distância, produto desta pesquisa;
- A todos os cursistas colaboradores das secretarias e órgãos parceiros da Prefeitura, envolvidos no lançamento da primeira edição do curso a distância;
- Especial agradecimento ao Secretário Executivo de Tecnologia na Educação, Prof. Dr. Francisco Luiz dos Santos pelo apoio, incentivo e dedicação, junto a sua equipe técnica, na administração e design do Ambiente Virtual Moodle, software utilizado para hospedagem dos conteúdos do curso;
- Especial agradecimento ao Coordenador de Projetos em TI, Kauê Moreira de Mello Novelino, do Centro de Tecnologia na Educação, responsável direto pelo apoio permanente na administração do ambiente Moodle;
- Especial agradecimento ao Coordenador de Design, Leonardo Almeida de Moura e Silva, do Centro de Tecnologia na Educação, pela colaboração e criatividade gráfica na apresentação do Ambiente Moodle onde o curso está hospedado;
- A empresa de informática do Recife- EMPREL, em especial a Afonso Augusto Guimarães Bione, responsável técnico pela hospedagem e administração do software Moodle em computador servidor dessa instituição.

“A busca pela sustentabilidade ambiental deve partir, primeiramente, da sensibilidade dos seres humanos em relação ao impacto que seus hábitos causam ao Planeta; só depois disso é que diferentes soluções conjugadas poderão contribuir para sanar o problema global”.

Autor desconhecido

RESUMO

Este estudo teve como principal objetivo buscar Implementar, de forma participativa, o eixo temático *Sensibilização e Capacitação* do Programa de Gestão A3P na Prefeitura da Cidade do Recife- PCR através da aplicação de curso na modalidade a distância. A referida instituição, sensível à mudança de paradigma institucional para um modelo de gestão mais sustentável aderiu, desde 2010, ao programa de gestão socioambiental, criado pelo Ministério do Meio Ambiente- MMA, conhecido por Agenda Ambiental na Administração Pública- A3P. Desde então, a prefeitura tem tido dificuldades de implementar esse programa, em especial um de seus eixos de atuação: “Sensibilização e Capacitação” de Servidores. Para isso, foi utilizada pesquisa descritiva de análise qualitativa obtida a partir da aplicação do primeiro curso de qualificação profissional a distância intitulado: *Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P: Conhecendo e Aplicando na Prefeitura da Cidade do Recife*. Nele, estiveram presentes formulários de pesquisa para serem respondidos por gestores e servidores na ocasião em que participaram do referido curso. Esses formulários, postados juntamente com o material de estudo no ambiente virtual de ensino e aprendizagem Moodle, fizeram parte do curso e estiveram presentes antes, durante e após os principais conteúdos de aprendizagem sobre a A3P a fim de obter as necessárias respostas aos objetivos específicos formulados para alcance do objetivo central deste estudo. Os resultados obtidos com as respostas aos referidos formulários foram: o perfil socioambiental dos cursistas não correspondeu aos preceitos teóricos pesquisados sobre a Responsabilidade Socioambiental- RSA; os cursistas revelaram pouco conhecimento prévio sobre ações e hábitos sustentáveis nos espaços profissionais, assim como pouco entendimento sobre o programa A3P em desenvolvimento na PCR, carecendo de iniciativas que ajudem a dinamizar e intensificar as informações, sensibilizações e orientações continuadas sobre esse programa; os cursistas se sentiram motivados a serem agentes participativos na implementação da A3P colaborando, durante o curso, com sugestões de ações e atividades viáveis de serem utilizadas nos seus diversos espaços profissionais; houve elevado índice de aprovação na modalidade de aprendizagem a distância utilizada e nos conteúdos de estudos elaborados (100%) condicionando a mediação e aproveitamento da aprendizagem, bem como um favorável índice de aprovação na primeira turma de cursistas participantes (60%); os resultados levaram-nos, portanto, a constatar que a hipótese da pesquisa foi, de fato, confirmada.

Palavras chave: A3P. RSA. Educação a Distância.

ABSTRACT

The main aim of this study was to implement, in a participative way, the “Programa de Gestão A3P na Prefeitura da Cidade do Recife- PCR” using a distance course. The institution (PCR), sensitive to changing the institutional paradigm to a more sustainable management model, joined, since 2010, the social- environmental management program, created by the “Ministério do Meio Ambiente- MMA”, known as “Agenda Ambiental na Administração Pública- A3P”. Since this time, the city hall has struggled to implement this program, especially one of its operating areas: “Sensibilização e Capacitação de Servidores”. It was done a descriptive study with qualitative obtained from the application of the first distance learning course of professional qualification from the city of Recife entitled: “Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P: Conhecendo e Aplicando na Prefeitura da Cidade do Recife”. In this course, the participants (managers and employees of the city hall) answered some survey forms. These forms and also the material of the course were available in the online platform, Moodle, before, after and during the process of learning of the main contents about A3P in order to obtain the necessary answers to the specific objectives proposed to reach the main aim of this work. The collected results were: the environmental profile of the course participants did not match the theoretical precepts surveyed on “Responsabilidade Socioambiental- RSA”; the course participants showed little prior knowledge about sustainable actions and habits in professional areas, and little understanding of the A3P program development in PCR, lacking initiatives to help streamline and enhance the information, sensitization and continuing guidance on this program. The course participants felt motivated to be participatory agents in the implementation of A3P collaborating during the course, with suggestions of actions and activities to be used in their various professional areas; there was high approval of the distance learning modality, in the elaborate study of content (100%) conditioning the mediation of learning, and a favorable approval rating of the first group of course participants (60%); therefore, the results enable us to see that the hypothesis of the research was, in fact, confirmed.

Key-words: A3P. RSA . Distance Learning

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo da Teoria dos Stakeholders de Freeman	29
Figura 2 - Vetores da Responsabilidade Social	31
Figura 3 - Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial.....	44
Figura 4 - Quanto custa não ter um SGA/ISO 14001?.....	52
Figura 5 - Passos para a coleta e tratamento dos dados	<u>89</u>
Figura 6 - Tela de apresentação inicial do curso.....	<u>118</u>
Figura 7 - Tela com a estrutura do curso.....	<u>119</u>
Figura 8 - Tela inicial do Fórum de Discussão do Módulo I.....	<u>120</u>
Figura 9 - Tela inicial do Teste de aprendizagem do Módulo I	<u>121</u>
Figura 10 - Tela inicial de apresentação do Chat.....	<u>122</u>

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos	<u>103</u>
Gráfico 2 - Gestão de Resíduos Sólidos	<u>104</u>
Gráfico 3 - Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	<u>105</u>
Gráfico 4 - Sensibilização e Capacitação.....	<u>106</u>
Gráfico 5 - Licitações e Compras Sustentáveis.....	<u>107</u>
Gráfico 6 - Construções Sustentáveis.....	<u>108</u>

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Responsabilidade Social Interna e Externa	<u>33</u>
Quadro 2 - Principais Leis Brasileiras que estabelecem medidas Socioambientais	<u>40</u>
Quadro 3 - Principais Decretos Brasileiros que definem medidas Socioambientais	<u>40</u>
Quadro 4 - Principais Resoluções Brasileiras que tratam dos procedimentos Socioambientais	<u>41</u>
Quadro 5 - Indicadores de Desempenho da A3P: Tema 1	<u>47</u>
Quadro 6 - Benefícios da gestão ambiental.....	<u>50</u>
Quadro 7 - Características das abordagens qualitativa e quantitativa das pesquisas.....	<u>86</u>
Quadro 8 – Aspectos do perfil pessoal e profissional dos cursistas	<u>97</u>
Quadro 9 – Conhecimentos/hábitos prévios sobre ações sustentáveis no local de trabalho	98
Quadro 10 - Conhecimentos prévios sobre cursos a distância.....	99
Quadro 11 – Conhecimentos prévios sobre o Programa A3P	<u>100</u>
Quadro 12 – Resultado da relação Cursista e Conteúdo Didático.....	<u>111</u>
Quadro 13 – Resultado da relação Cursista e Ambiente Virtual	<u>112</u>
Quadro 14 – Resultado da relação Cursista com Cursista e Autoavaliação	<u>113</u>
Quadro 15 – Resultado da relação Cursista e Tutora Virtual.....	<u>114</u>

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
ACV	Análise de Ciclo de Vida
ADCE	Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas
AVEA	Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem
CEBDS-	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
EaD	Educação a Distância
EMLURB	Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização
EMPREL	Empresa Municipal de Informática
EUA	Estados Unidos da América
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISO	International Organization for Standardization
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LMS	Learning Management System
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOODLE	Modular Object Oriented Dynamic Learning
MPOG	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
NBR	Associação Brasileira de Normas Técnicas

ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCR	Prefeitura da Cidade do Recife
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNUMA	Programa de Meio Ambiente das Organizações das Nações Unidas
RS	Responsabilidade Social
RSA	Responsabilidade Socioambiental
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SMAS	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade
TBL	Triple Bottom Line
TDIC	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TLE	Teaching and Learning Environment
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E MOTIVAÇÃO DO ESTUDO	15
1.2 Objetivos.....	21
1.2.1. Geral.....	21
1.2.2. Específicos	22
2. REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO E EVOLUTIVO DO CONCEITO DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL (RSA).....	24
2.1.1 Da Responsabilidade Social Empresarial - RSE a Empresa Cidadã	24
2.1.2 Responsabilidade social empresarial no Brasil.....	36
2.1.3 Principais normas brasileiras que estabelecem medidas socioambientais.	39
2.1.4 Princípios orientadores da responsabilidade socioambiental aos indicadores de sustentabilidade organizacional.	42
2.2 SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL CORPORATIVO (SGA) À AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P).....	48
2.2.1 Gestão ambiental nas organizações e instrumentos normativos de controle.	48
2.2.2 Gestão socioambiental como proposta de sustentabilidade nas instituições públicas.....	55
2.3 PROGRAMAS DE SENSIBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS NAS EMPRESAS E OS DESAFIOS À INOVAÇÃO.....	61
2.3.1 Organizações privadas e públicas, concepções e desafios às inovações	61
2.3.2 Programa A3P e os desafios da sensibilização e formação de servidores no poder público.....	65
2.3.3 Iniciativas e desafios da divulgação e sensibilização de servidores sobre A3P na Prefeitura da Cidade do Recife.....	68
2.4 USO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DIGITAIS (TICD) COMO RECURSO ÀS FORMAÇÕES ORGANIZACIONAIS.....	69
2.4.1 Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) em educação corporativa.	73
2.4.2 O Moodle como ambiente virtual de ensino e aprendizagem corporativa.	77
2.5 MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA, FORMAÇÃO COLABORATIVA E PARTICIPATIVA EM AMBIENTE VIRTUAL DE ENSINO A APRENDIZAGEM (AVEA).	79
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	84
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	84
3.2 ABRANGÊNCIA DA PESQUISA.....	87
3.3 PÚBLICO ALVO E AMOSTRAGEM	88
3.4 COLETA, TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	89
3.5 PRINCIPAIS VARIÁVEIS	91
3.5.1 Objetivo específico 1	91
3.5.2 Objetivo Específico 2.....	92
3.5.3 Objetivo específico 3.....	92

3.6 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DO CURSO:.....	93
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	95
4.1 RESULTADOS E DISCUSSÕES REFERENTES AO OBJETIVO ESPECÍFICO 1:	95
4.1.1 Aspectos do perfil pessoal e profissional dos cursistas.....	96
4.1.2 Conhecimentos/hábitos prévios sobre ações sustentáveis no local de trabalho.....	97
4.1.3 Conhecimentos prévios sobre cursos a distância.....	98
4.1.4 Conhecimentos prévios sobre o Programa A3P.....	99
4.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES REFERENTES AO OBJETIVO ESPECÍFICO 2:	101
4.2.1 Contribuições ao Eixo 1: Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos	102
4.2.2 Contribuições ao eixo 2: Gestão de Resíduos Sólidos.....	103
4.2.3 Contribuições ao eixo 3 : Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	104
4.2.4 Contribuições ao eixo 4 : Sensibilização e Capacitação	105
4.2.5 Contribuições ao eixo 5 : Licitações e Compras Sustentáveis	106
4.2.6 Contribuições ao eixo 6 : Construções Sustentáveis.....	107
4.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES REFERENTES AO OBJETIVO ESPECÍFICO 3:	110
4.3.1 Aspectos da aprendizagem relacionados à variável: Relação Cursista e Conteúdo Didático. .	110
4.3.2 Aspectos da aprendizagem relacionados à variável: Relação Cursista e Ambiente Virtual.	111
4.3.3 Aspectos da aprendizagem com as variáveis: Relação Cursista com Cursista e sua Autoavaliação.....	112
4.3.4 Aspecto da aprendizagem com a variável: Relação Cursista e Tutora Virtual	114
4.4 PRODUTO DA PESQUISA.....	116
5. CONCLUSÕES E CONTRIBUIÇÕES FUTURAS	123
REFERÊNCIAS.....	127
APÊNDICE A – Carta convite para participação no curso.....	138
APÊNDICE B - Formulário de Avaliação Pré Curso	139
APÊNDICE C - Formulário Atividade Prática: Construindo a Gestão Participativa A3P	141
APÊNDICE D - Formulário de Avaliação Pós Curso	142
APÊNDICE E - Plano de Curso de Qualificação Profissional.....	144
ANEXO A - Estrutura detalhada do corpo do curso.....	147
ANEXO B - Estrutura detalhada do corpo do curso.....	148
ANEXO C - Fórum detalhado do Módulo I.....	149
ANEXO D - Tela em detalhe do Chat.....	150
ANEXO E - Teste de Aprendizagem do Módulo I.....	151
ANEXO F - Tela da Biblioteca do Módulo I.....	152
ANEXO G - Tela dos Vídeos de Referência do Módulo I	153

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E MOTIVAÇÃO DO ESTUDO

É crescente a preocupação e interesse da administração pública em contribuir no enfrentamento de questões e problemas socioambientais em suas organizações, buscando estratégias inovadoras e viáveis de sensibilização, divulgação e formação de servidores, capazes de auxiliá-los a repensar os padrões tradicionais de produção, consumo, prestação de serviços, condições do ambiente profissional e descarte dos resíduos gerados.

Até meados da década de 80, o discurso empresarial dominante no cenário internacional revelava-se resistente a qualquer iniciativa de sensibilização que visasse minimizar impactos socioambientais provenientes do acelerado processo de produção.

Nessa época muitas organizações entendiam que os custos adicionais resultantes de gastos com o controle da poluição, por exemplo, comprometeriam diretamente seus lucros e sua posição competitiva, bem como as ofertas de empregos, assim, prejudicando as partes interessadas no negócio, ou seja, acionistas, trabalhadores e os consumidores finais (DEMAJOROVIC, 2003 p.17).

Na atualidade, as empresas são cada vez mais pressionadas a assumirem uma sustentabilidade corporativa, ou seja, integrando as chamadas dimensões econômica, social e ambiental em suas estratégias e diretrizes empresariais.

A urgência dessas modificações está atrelada aos diversos processos que o planeta está sofrendo em função da intervenção humana, em especial as mudanças climáticas que afetam, indistintamente, todos os continentes. As empresas não devem ficar alheias a essa realidade para se desenvolverem, incorporando o conceito de sustentabilidade, tendo implicações diretas no âmbito interno das organizações e refletindo suas mudanças para o restante da sociedade.

Cada vez mais se tem promovido políticas e projetos de Gestão Sustentável e Responsabilidade Socioambiental-RSA junto às grandes corporações, organizações não governamentais e, atualmente, nas instituições públicas do país. Esse crescimento se deu desde o advento de intensas discussões sobre questões ambientais, sociais e econômicas tratadas em eventos internacionais promovidos

pela Organização das Nações Unidas- ONU, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO e o Programa de Meio Ambiente das Organizações das Nações Unidas - PNUMA desde a Conferência de Estocolmo na Suécia em 1972, a Conferência Intergovernamental de Tbilisi na Geórgia em 1977 e a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) aqui no Brasil.

Foi na Rio 92 onde se consolidou a proposta de sustentabilidade como diretriz básica para mudança de rumo no desenvolvimento das nações signatárias e houve a construção de importantes documentos, como por exemplo: a Agenda 21 Global indicando aos países, em seu capítulo IV, o “estabelecimento de programas voltados ao exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças desses padrões de consumo insustentáveis”; o princípio 8 da Declaração da Rio/92 que afirma: “os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas”; a Meta 9 dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio que propõe Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a atual tendência para a perda de recursos ambientais; a Declaração de Johannesburgo (Rio+10), que institui a “adoção do consumo sustentável como princípio basilar do desenvolvimento sustentável”; a Declaração da Rio+20 em seu Quadro V de ações e acompanhamentos, inclui a área temática “Consumo e Produção Sustentável”.

Antes disso, no Brasil, a publicação da Lei nº 6.938/1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, estabeleceu o marco inicial das ações para conservação ambiental e incorporação desse tema nas atividades de diversos setores da sociedade. A partir daí várias normas e regulamentações passaram a disciplinar a questão ambiental, relacionadas à conservação do meio ambiente, uso dos ecossistemas, educação ambiental, água, patrimônio genético, fauna e flora, entre outras.

O processo econômico decorrente da globalização, as transformações políticas e sociais mundiais, a inovação tecnológica e científica e, mais recentemente, os impactos das mudanças climáticas, têm evidenciado a importância e a fragilidade da agenda socioambiental global e, ao mesmo tempo, destacado a preocupação de governos e sociedade, principalmente no que diz respeito à necessidade de revisão dos atuais padrões insustentáveis de produção e

consumo e modelos econômicos adotados pelos países desenvolvidos e economias emergentes, como é o caso do Brasil (MMA, 2009, p.20).

Leff (2004 p.163) realça essa preocupação ao tratar sobre o cuidado com a conservação dos recursos naturais e sua convergência com processos físicos, biológicos e simbólicos, reconduzidos e reorganizados pelo homem de diversas formas e intensidade através de ações de ordem econômica, científica e técnica. O mesmo autor alerta sobre os riscos da globalização econômica privilegiar mecanismos de mercado como forma de transição para o futuro sustentável e reduzir iniciativas, como a educação ambiental, em mero processo de conscientização de cidadãos e/ou capacitação de profissionais para uma gestão ambiental orientada para a maximização econômica.

As questões que remetem à Responsabilidade Socioambiental (RSA) são globais e sua compreensão é diferente por parte das empresas privadas e instituições governamentais, dependendo dos seus desafios econômicos, sociais e ambientais a serem enfrentados. Percebe-se também que a adoção de políticas e programas de RSA aumentou nas instituições, muitas vezes resultado da pressão exercida por organizações, pactos globais e movimentos sociais.

Como contribuição ao texto, temos o conceito de Responsabilidade Socioambiental-RSA de Tachizawa (2005, p.73) ao afirmar que a mesma favorece o alcance efetivo de objetivos econômicos e sociais nas organizações. Uma organização é efetiva quando mantém uma postura socialmente responsável. A efetividade está relacionada à satisfação da sociedade, ao atendimento de seus requisitos sociais, econômicos e culturais. Toda e qualquer organização existe em função de necessidades sociais e depende manter um bom relacionamento com a sociedade para se desenvolver.

A RSA das corporações tem sido cada vez mais valorizada no mercado, divulgada em literaturas especializadas e na mídia em geral como tendência de organizações geridas de forma mais consciente, ambientalmente corretas e sustentáveis, aliado ao maior reconhecimento da clientela atendida pelas mesmas, tornando-as mais competitivas.

Contrapondo os autores acima, Calixto (2008, p.126) em seu artigo intitulado “Responsabilidade Socioambiental: Pública ou Privada?” já afirma que a Responsabilidade Socioambiental, embora sendo tema cada vez mais presente e bastante discutido na literatura especializada, ainda sofre muitas divergências entre

autores no que diz respeito ao seu aspecto formal, definição e aceitação por alguns segmentos de negócios.

No Referencial Teórico deste trabalho, serão apresentados autores que estudaram o desenvolvimento da responsabilidade social, seguida à ambiental corporativa, com início entre as décadas de 1960 e 1970, mas com forte apelo da esfera pública e adesão de grande número de organizações, a partir de 1990, em especial após o advento da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992 (Rio 92).

Foi nesse cenário que o governo brasileiro, através do Ministério do Meio Ambiente- MMA, sensível a necessidade de mudança de comportamento e adoção de novas práticas mais éticas e responsáveis nas instituições públicas, criou, no final de 1999, o Projeto **Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P**, posteriormente transformado em Programa A3P. Esse programa de Responsabilidade Socioambiental- RSA com vieses da sustentabilidade institucional foi criado para ser desenvolvido voluntariamente nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e no âmbito das esferas de governo municipal, estadual e federal.

Barata, Kligerman e Gomez (2007, p.168) reforçam ao afirmar que o MMA destacou a importância da criação desse programa de Responsabilidade Socioambiental como proposta de colocar as empresas públicas em sintonia com a concepção de ecoeficiência, incluindo critérios socioambientais nos investimentos, compras, construções e contratações de serviços nos órgãos governamentais.

O processo de adesão ao Programa A3P no Estado de Pernambuco ocorreu em 2009 com a formalização junto ao Ministério do Meio Ambiente da publicação do Decreto nº 33.528 instituindo o Comitê Gestor da A3P-PE e a implementação do mesmo no âmbito de todas as Secretarias de Governo.

A Prefeitura da Cidade do Recife- PCR, também sensível à mudança de paradigma no modelo de gestão institucional, buscou aperfeiçoar a sustentabilidade do serviço público aderindo ao Programa A3P desde 2010, e lançou o Decreto que institui o Comitê Gestor nº 26.293 em 2011. Desde então, o maior desafio tem sido a divulgação, sensibilização e formação eficaz de servidores para implementação e expansão desse programa.

O Programa A3P tem por principal objetivo, entre outros, sensibilizar gestores e demais servidores sobre a importância das questões de interesse ambiental, social e econômico, discutidas e aplicadas nas instituições públicas, estimulando-as a incorporar princípios e critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras, contribuindo para a mudança de cultura.

Há a necessidade de motivar e sensibilizar os servidores públicos a estarem abertos a mudanças nos procedimentos administrativos. Essa abertura requer a participação coletiva de profissionais de todas as áreas, independentemente de cargo ou grau de responsabilidade, em um processo encarado com naturalidade e maturidade, pois, além de muito dinâmico, está voltado para as exigências da sociedade e sua economia de mercado (CAVALCANTI, 2012).

Considerou-se a necessidade profissional, enquanto especialista em Gestão Ambiental e integrante da equipe coordenadora da implementação da A3P na Prefeitura do Recife; a busca de iniciativas favoráveis à promoção e consolidação desse programa de Responsabilidade Socioambiental na PCR (previsto pelo Decreto 26.293/2011); as dificuldades de divulgação, sensibilização e formação de servidores, em especial àqueles que exercem atividades de interesse da A3P; considerou-se também que essas necessidades poderão ser solucionadas ou minimizadas através da promoção de um dos eixos temáticos orientadores do programa: “Sensibilização e Capacitação” de servidores; a perspectiva de introduzir na prefeitura a modalidade educativa a distância, alinhada às novas Tecnologias de Informação e Comunicação Digitais –TICD, como alternativa pedagógica integrada a modalidade presencial dos cursos para servidores promovidos pela Escola de Governo da Cidade do Recife; destacamos, portanto, os motivos acima como os principais instigadores desta pesquisa.

A Prefeitura da Cidade do Recife quando assinou o termo de adesão da A3P junto ao Ministério do Meio Ambiente, formalizando essa parceria, delegou a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAS a coordenação do programa e de sua implementação junto às demais Secretarias e Órgãos da administração direta e indireta. No entanto, é percebido que o processo de implementação da A3P tem acontecido de forma não integrada, pouco divulgada, de difícil acesso em alguns espaços da administração, dificultando o conhecimento, a expansão e materialização desse modelo de gestão na prefeitura, em especial junto a gestores e servidores de interesse do programa.

Supõe-se também que a maioria dos servidores desconhece o programa A3P e os poucos conhecedores não compreendem suficientemente sua proposta e princípios norteadores dificultando a participação individual e coletiva mais efetiva, dialógica e comprometida com a sua construção. Presume-se ainda que essa dificuldade de acesso às informações possa ser a ausência de estratégias de divulgação, comunicação e qualificação profissional mais frequente, capazes de atender um número maior de servidores de diversas secretarias e órgãos ao mesmo tempo, em especial os ocupantes de cargo de gestão.

Em reconhecimento as considerações anteriores, realçamos neste texto a citação de Kunsch (2003 p. 16) ao defender a importância da comunicação interna nas instituições públicas. A autora alega que o público colaborador interno é um público multiplicador, podendo ser porta voz da organização, seus produtos e serviços dentro de suas famílias e da própria sociedade.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (A3P 2009, p.45) as mudanças de hábitos, comportamentos e padrões de consumo do público interno dos órgãos públicos impacta diretamente na preservação dos recursos naturais. Neste contexto a conscientização, através de campanhas, capacitações, palestras, apresentações lúdicas, ações impactantes e outras proporcionam um público mais preparado e adepto a uma nova cultura.

Diante do exposto, ficou identificado que o principal problema norteador da escolha dessa pesquisa é o desafio de implementar o eixo da A3P “Sensibilização e Capacitação” de Servidores na PCR, tanto junto aos ocupantes de cargo de gestão que, culturalmente, justificam impossibilidades de participar de formações presenciais promovidas pela Escola Municipal de Governo, tais como falta de tempo e de condições de deslocamento até a escola, assim como para a maioria dos servidores de diferentes secretarias e órgãos da administração.

Foi constatado por alguns teóricos que ainda nos dias atuais há carência de resultados eficazes e eficientes de capacitações para servidores utilizando metodologias de aprendizagem inovadora como, por exemplo, o uso da modalidade a distância dentro e fora das instituições profissionais. Percebe-se ainda que essas experiências não sejam bem representativas em número de participantes e recursos investidos pelas organizações, somado a descontinuidade de projetos, a falta de memória administrativa pública brasileira e receio na adoção

de procedimentos mais contundentes e científicos de avaliação dos projetos e programas implantados.

O presente trabalho pretende responder como os servidores da PCR poderão internalizar conteúdos significativos sobre o Programa A3P e, ao mesmo tempo, participar na implementação desse programa de forma a promover o seu eixo de atuação “*Sensibilização e Capacitação*”.

Foi a partir desse questionamento que se idealizou a seguinte hipótese:

Considerando a dificuldade de trabalhar o eixo da A3P: “Sensibilização e Capacitação” de servidores na PCR, afirma-se que o curso aplicado a distância intitulado: “Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P: Conhecendo e Aplicando na Prefeitura da Cidade do Recife”, servirá de recurso pedagógico eficaz para divulgação, sensibilização e formação de servidores capazes de participar do processo de implementação da gestão socioambiental A3P.

O software escolhido para hospedar o referido curso foi o Moodle (*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*), motivado por ser um dos Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem – AVEA de grande aceitação pela gratuidade, fácil instalação, modificação (software livre que permite adaptações ou modificações em seu código), acesso, uso envolvente tanto para quem instala e conduz a formação como para quem estuda e interage usando seus aplicativos. A escolha do mesmo também teve como referência a ampla experiência e aceitação das universidades públicas brasileiras, participantes do Programa Universidade Aberta do Brasil- UAB criado e coordenado pelo Ministério da Educação desde 2006.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1. Geral

Promover, com auxílio de curso na modalidade a distância, o eixo do Programa de Responsabilidade Socioambiental A3P- Sensibilização e Capacitação - voltado para servidores da Prefeitura da Cidade do Recife.

1.2.2. Específicos

1. Identificar o perfil socioambiental e conhecimentos prévios dos servidores sobre A3P e cursos na modalidade EaD;
2. Aferir o nível de participação e colaboração dos cursistas ao propor ações de sustentabilidade socioambiental de interesse da A3P para seus espaços profissionais;
3. Avaliar o processo ensino-aprendizagem do curso aplicado a distância com auxílio do software Moodle.

Este construto está estruturado em cinco capítulos distribuídos a partir da introdução; revisão teórica do tema; metodologia, a partir do detalhamento dos seus procedimentos; etapas e ferramentas da pesquisa; análise e discussão dos resultados obtidos; a definição do produto de pesquisa; conclusões e recomendações futuras.

O capítulo a seguir sobre Referencial Teórico apresenta as discussões, conceitos, ideias, características e teorias de autores vinculados as principais temáticas, distribuídas por tópicos de conhecimentos, envolvidas com o tema central da pesquisa e os seus objetivos propostos.

Os temas destacados foram:

- Contexto Histórico e Evolutivo do Conceito de Responsabilidade Socioambiental (RSA).

Aqui foram abordadas as contribuições de autores relacionados às principais ideias, conceitos, normas e princípios evoluídos desde a Responsabilidade Social à Responsabilidade Socioambiental, de acordo com o contexto histórico, econômico, político, social e degradação dos recursos naturais no mundo e no Brasil até a concepção e implementação da A3P;

- Sistema de Gestão Ambiental (SGA) Corporativo à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

Nesse tópico do texto é apresentado o olhar de teóricos a respeito da evolução do conceito, dos princípios norteadores, dos processos de organização e controle de qualidade da Gestão Ambiental desde as corporações empresariais de

natureza privada até as organizações do poder público e suas esferas administrativas com a criação do modelo de gestão socioambiental A3P;

- Programa A3P e os Desafios da Sensibilização e Formação de Servidores.

Nesse espaço estão representadas as ideias, experiências e desafios relatados por autores sobre formação, sensibilização e demais práticas de divulgação do Programa Socioambiental A3P junto a servidores em algumas instituições públicas no país;

- Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação Digitais (TICD) como Recurso às Formações Organizacionais.

Nesse tópico temos autores trazendo contribuições de ideias, conceitos, experiências e desafios com as TICD, aqui em especial o uso da Plataforma Virtual Moodle, bem como seus benefícios e utilidades, sobretudo em programas de formação de profissionais em organizações empresariais.

- Mediação Pedagógica, Formação Colaborativa e Participativa em Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA).

Aqui são abordadas ideias, conceitos e teorias pedagógicas que relacionam, legitimam e orientam o processo de ensino-aprendizagem desenvolvido em ambiente virtual interativo e colaborativo de interesse desta pesquisa por hospedar o produto e objeto deste estudo (o curso a distância).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO E EVOLUTIVO DO CONCEITO DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL (RSA).

A retrospectiva histórica do conceito de RSA remonta, inicialmente, desde final dos anos 60, época que o regime capitalista já sofria grandes críticas a respeito do seu modelo de expansão e a forte pressão exercida sobre os recursos naturais e sociais. Com isso, despertou nas empresas da época o interesse em rever questões ligadas a aspectos de sua responsabilidade ética, ambiental e social, decorrentes de grandes conflitos trabalhistas, sociais e ambientais envolvendo esses temas, sobretudo em países como os Estados Unidos (considerado país hegemônico durante anos nessa expansão) onde já concentrava grandes parques empresariais, além de precursor da maior parte dos estudos e pesquisas sobre Responsabilidade Social Empresarial- RSE.

2.1.1 Da Responsabilidade Social Empresarial - RSE a Empresa Cidadã

É verificado que o conceito e as discussões sobre Responsabilidade Social Empresarial evoluíram com o tempo de forma complexa e dinâmica, além de significados diversos:

A Responsabilidade Social evoluiu consideravelmente há cerca de cinco décadas. Teóricos contrários a Responsabilidade Social nas empresas como Milton Friedman e Theodore Levitt negam a exigência da participação empresarial na esfera relativa aos problemas sociais. Melhor dizendo, defendem a ideia de que os empresários já desempenham uma responsabilidade social ao administrarem lucrativamente suas empresas. Os referidos autores deixaram registros de seus pensamentos antagônicos a esse conceito.

Levitt (1958) já defendia:

Lorde Acton tinha dito que no passado o povo sacrificou a liberdade por se agarrar a uma justiça impossível. A corrente contemporânea de moralização dos negócios parece buscar para si mesma essa infeliz consequência. O evangelho da tranquilidade é um soporífero: Em vez de lutar por sua sobrevivência por meio de retiradas estratégicas, mascarado como estadista industrial, o homem de negócios precisa lutar como se estivesse numa guerra. E como uma boa guerra, ela precisa ser lutada de forma estratégica, ousada e, acima de tudo, não moralmente.

Friedman (1970) já aferia que:

A responsabilidade social da empresa consiste em aumentar seus próprios lucros (...). A maior parte daquilo que se deblatera a propósito de responsabilidade da empresa não passa de tolices. Para começar, apenas indivíduos podem ter responsabilidades; uma organização não pode tê-las. Eis, portanto, a questão que devemos nos colocar: será que os administradores - desde que permaneçam dentro da lei - possuem outras responsabilidades no exercício de suas funções além daquela que é aumentar o capital dos acionistas? Minha resposta é não, eles não têm.

No início do século XXI, autores com perspectivas contrárias sobre a Responsabilidade Social nas Empresas ainda se faziam registrar como, por exemplo: Henderson (2001, p. 107) ao afirmar em seu texto que as empresas estão adotando a Responsabilidade Social Empresarial para não serem criticadas pelo público e não para aumentarem seu desempenho. Afirma ainda que o mundo está num momento de “salvação global”, ou seja, há inúmeras perspectivas negativas para a humanidade: que o meio ambiente está muito devastado; que a globalização trouxe apenas consequências negativas, como o aumento da pobreza e uma exclusão ainda maior de parte da sociedade. Por causa dessas ideias exacerbadas, a sociedade estaria exigindo maior responsabilidade dos atores sociais, inclusive das empresas.

Esta pesquisa adota uma fundamentação teórica e metodológica que não coaduna com os teóricos contrários a Responsabilidade Social nas empresas, como Milton Friedman e Theodore Levitt, os quais negam a exigência da participação empresarial na esfera relativa aos problemas sociais. Dessa forma, ao propor o estudo do eixo da A3P relacionado com a Sensibilização e Capacitação entende-se que a Responsabilidade Social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter para com seus funcionários e a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, [...] agindo proativamente

e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela. A organização [...] assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas a suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos. (ASHLEY, 2002, p. 98)

Lantos (2001, p. 6) contribui ao afirmar que a Responsabilidade Social Empresarial deu-se início nos Estados Unidos e que tem suas raízes baseadas nos pensamentos religiosos no início do século XX, os quais sugeriam que determinados princípios religiosos poderiam ser aplicados nas atividades empresariais, tais como:

- a) o princípio de caridade, segundo o qual os mais afortunados devem assistir os menos afortunados;
- b) o princípio de gerenciamento, segundo o qual os homens de negócios eram vistos como responsáveis não somente pelos recursos dos acionistas, mas também pelos recursos econômicos da sociedade em geral.

Autores como Ashley et al (2002 p.20) já afirmam que o marco inicial da Responsabilidade Social Empresarial tem como referência o livro de Howard Bowen intitulado “Responsabilidades Sociais do Homem de Negócios” .

Segundo De Almeida e Govatto (2010) Henry Ford, fundador da Ford Motor Company e o primeiro empresário a aplicar a montagem em série de forma a produzir automóveis em massa em menor tempo e custo (criador do sistema Fordista de gestão e produção) já era considerado nas primeiras décadas do século XX um dos pioneiros da Responsabilidade Social Empresarial. Contrariando a maioria dos acionistas, Henry Ford dividia partes dos dividendos da empresa em aumentos salariais de seus funcionários, contribuindo para o impulsionamento da mudança e comportamento social nas corporações. À medida que o tempo foi passando, uma nova cultura empresarial foi se instalando até que nos anos 50 os Estados Unidos da América- EUA determinou que as empresas pudessem promover o desenvolvimento social (lei da filantropia corporativa).

No início da década de 1970, surgem debates centrados na responsabilidade social das empresas, na economia política e nos limites do crescimento. Nesse período, as corporações passaram a responder por obrigações mais amplas que a mera rentabilidade. Constitui-se formalmente a ética

empresarial, um campo interdisciplinar protagonizado pela filosofia e pela administração (DE GEORGE, 1987).

A década de 1980 se caracterizou pela diversificação das correntes teóricas dedicadas ao questionamento ético e social das empresas e por uma crescente institucionalização do fenômeno (KREITLON, 2004). Parte desse processo pode ser explicada pelo crescente poder global das corporações multinacionais e o crescimento exponencial do volume de investimentos diretos feitos por essas corporações em diversos países. Nessa década surgiu também, quase que simultaneamente, a Abordagem Normativa (Business Ethics), Contratual (Business & Society) e a Abordagem Estratégica (Social Issues Management) como bem caracteriza a autora a seguir:

Conforme Kreitlon (2004, p. 1), as temáticas sobre Ética e Sociedade nas empresas evoluíram dando origem a uma gama de discussões e teorias que acabaram institucionalizando, nos anos 80, três grandes escolas ou correntes de pensadores: o Business Ethics; o Business & Society, e a Social Issues Management.

A referida autora explica que as respectivas abordagens do pensamento e questionamento ético e social das empresas partem de campos e princípios distintos. A corrente Business Ethics (Ética Empresarial ou Abordagem Normativa) propõe um tratamento de cunho filosófico, normativo, centrado em valores e julgamentos morais, ou seja, as empresas enquanto agentes 'conscientes', devem estar sujeitas às mesmas regras morais que os indivíduos;

A corrente de pensadores ligados à escola Business & Society (Mercado e Sociedade ou Abordagem Contratual) adota uma perspectiva sociopolítica e sugere uma abordagem dos problemas de forma dialógica e negociada entre empresa e sociedade. Melhor dizendo, enquanto instituição social, a empresa deve estar a serviço da sociedade que a legitima.

Por fim, a escola Social Issues Management (Gestão de Questões Sociais ou Abordagem Estratégica) trata os problemas sociais como variáveis a serem amplamente consideradas no âmbito da gestão estratégica.

Os objetivos traçados nesta pesquisa estão mais identificados a corrente de abordagem estratégica ou de gestão de questões sociais por entender que os resultados da mesma possam beneficiar a aceitação e comprometimento dos servidores e fornecedores com o modelo de gestão socioambiental implantado na

Prefeitura da Cidade do Recife- PCR, bem como a mudança de cultura institucional mais sustentável.

Ashley, Coutinho e Tomei (2000, p. 4) em seu trabalho afirmam que os argumentos a favor da Responsabilidade Social Corporativa partiram, principalmente, de pensadores da área acadêmica conhecida como Business and Societyii (mercado e sociedade), destacados, nos últimos vinte anos, os trabalhos de Carroll (1979, 1991, 1994), Donaldson e Dunfee (1994), Frederick (1994, 1998) e Wood (1991).

Os autores Ashley, Coutinho e Tomeio (2000, p. 5) complementam que o conceito de Responsabilidade Social Corporativa vem amadurecendo quanto à capacidade de sua operacionalização e mensuração, subdividindo-se em vertentes de conhecimento. Entre essas vertentes estão: Responsividade Social Corporativa, Rectitude Social Corporativa, Performance Social Corporativa, Performance Social dos *Stakeholders*¹, Auditoria Social e Inovação Social.

A Responsividade Social trata a necessidade de construção de ferramentas teóricas que possam ser testadas e aplicadas no meio empresarial. A Rectitude Social Corporativa inclui a necessidade de uma ética normativa para a responsabilidade social corporativa poder vigorar na prática. A Performance Social Corporativa necessita de um descentramento da corporação, ou seja, uma visão transdisciplinar da ciência e a incorporação da predisposição humana para valores morais e religiosos; A Performance Social dos Stakeholders aglutina os interesses de vários grupos -clientes, funcionários, fornecedores, sociedade (comunidade) e os próprios acionistas – e mantém com eles uma relações de interdependência e a necessidade de transparência empresarial com a auditoria somada a inovação empresarial.

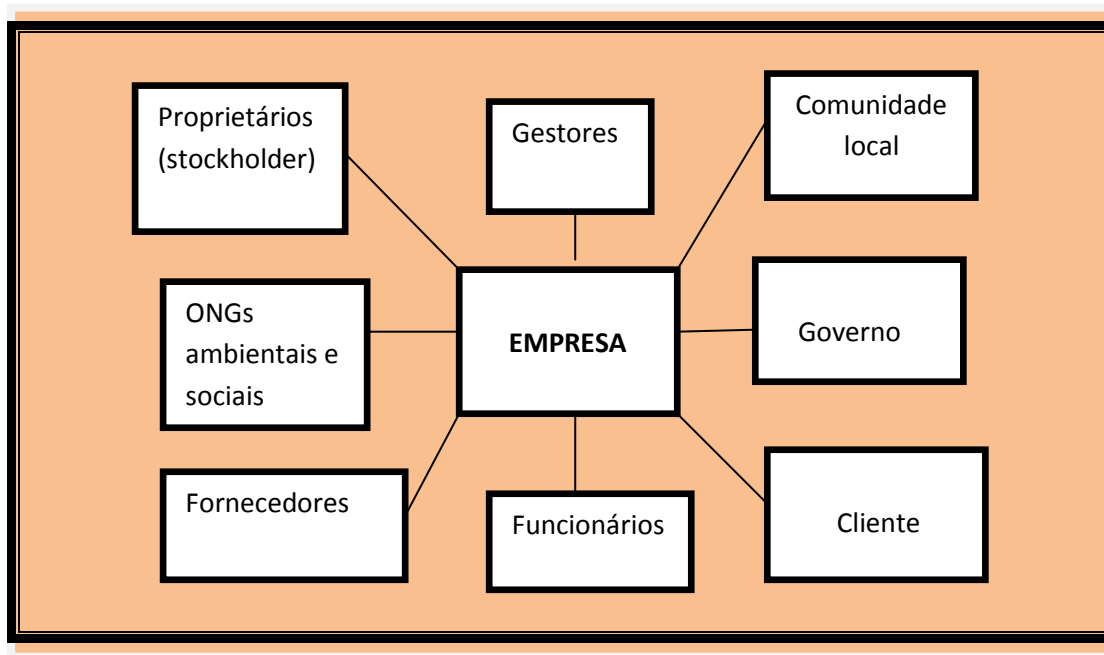
A Responsividade Social é a vertente que mais se aproxima à proposta de desenvolvimento desta pesquisa por estar relacionada à iniciativa de criação de instrumento pedagógico capaz de promover a gestão socioambiental A3P na PCR mais participativa.

A teoria dos Stakeholders publicada em 1984 por Freeman em seu livro “Administração Estratégica: A Abordagem da Parte Interessada” é entendida como

¹ Stakeholder significa público estratégico e descreve uma pessoa ou grupo que fez um investimento ou tem ações ou interesse em uma empresa, negócio ou indústria. Disponível: <<http://www.significados.com.br/stakeholder/>>

“qualquer grupo ou indivíduo que foi afetado ou pode afetar a realização dos objetivos da organização” (FREEMAN; MCVEA, 2001). Esses objetivos estão relacionados à sobrevivência da organização as quais possuem stakeholders específicos.

Figura 1 - Modelo da Teoria dos Stakeholders de Freeman



Fonte: Freeman e Macvea, 2001

Busch e Ribeiro (2009, p. 8) analisam a teoria dos stakeholders como sendo muito discutida no meio acadêmico, todavia ela não vem sendo aplicada pelos responsáveis da administração das empresas. No entanto, para os autores McVEA e Freeman (2005), a perspectiva de stakeholders tem sido cada vez mais exigida na administração contemporânea, na qual a economia está baseada em redes e a empresa é vista como uma interação entre as diversas redes.

As organizações públicas também possuem seus stakeholders específicos, isso inclui a Prefeitura da Cidade do Recife- PCR: clientes, funcionários, fornecedores, outros representantes do poder público e das organizações da sociedade civil, assim como a sociedade de maneira geral.

Os seis passos fundamentais para que as entidades públicas, aqui representada pela PCR, possam atingir uma efetiva governança corporativa sustentável, segundo o Australian National Audit Office – ANAO² são:

- 1- Liderança - A governança do setor público requer liderança desde o governo e/ou do órgão executivo da organização;
- 2- Compromisso- As melhores práticas de governança pública requerem um forte compromisso de todos os participantes;
- 3- Integridade – A integridade tem a ver com honestidade e objetividade, assim como altos valores sobre propriedade e probidade na administração dos fundos públicos e gestão dos negócios da entidade;
- 4- Responsabilidade (accountability) – Os princípios da governança corporativa requerem de todos os envolvidos que identifiquem e articulem as suas responsabilidades e as suas relações;
- 5-Transparência- A abertura ou a equivalente transparência, consiste em providenciar aos stakeholders a confiança no processo de tomada de decisão e nas ações de gestão das entidades públicas durante a sua atividade.
- 6- Integração – O desafio real não é simplesmente definir os vários elementos de uma efetiva governança corporativa, mas garantir que eles estão holisticamente integrados dentro da organização.

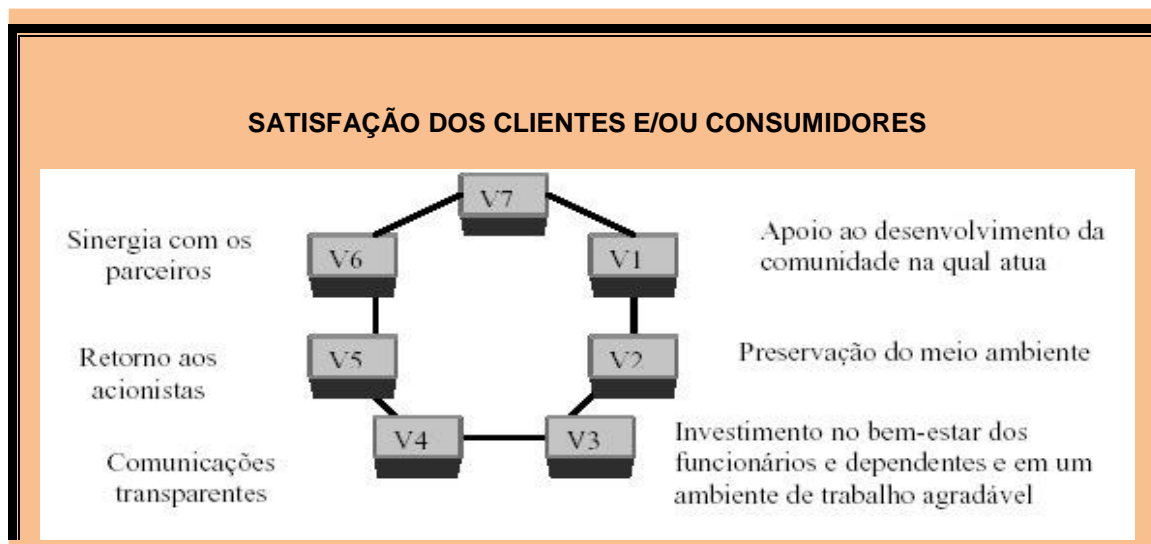
Para melhor direcionar as ações sociais da organização, das quais muitas estão previstas no Programa A3P, também existe na literatura o modelo dos sete vetores da responsabilidade social de Patrícia Almeida Ashley (MELO NETO ; FROES, 2001). Os vetores são os seguintes:

- a) V1 – apoio ao desenvolvimento da comunidade na qual atua;
- b) V2 – preservação do meio ambiente;
- c) V3 – investimento no bem-estar dos funcionários e dependentes e um ambiente de trabalho agradável;
- d) V4 – comunicações transparentes;
- e) V5 – retorno aos acionistas;
- f) V6 – sinergia com os parceiros;

² O Gabinete de Auditoria Nacional da Austrália- ANAO desempenha um papel importante ao contribuir com auditorias, tanto a nível nacional como internacional, para o desenvolvimento de normas de auditoria, práticas profissionais e troca de experiências através da participação em vários países e organizações profissionais

g) V7 – satisfação dos clientes e/ou consumidores

Figura 2 - Vetores da Responsabilidade Social



Fonte: Ashley et. al., 2002

Com o advento da globalização da economia, a expansão e investimento de grandes grupos empresariais, eventos internacionais como fóruns de discussão empresariais e a sua divulgação nas mídias especializadas, esses grupos têm desenvolvido políticas de investimentos sociais, comunitários e ambientais.

Os autores Ashley, Coutinho e Tomei (2000, p. 7) contribuem ainda ao afirmar que meados nos anos 90 o governo dos EUA já promovia o termo Cidadania Empresarial junto a empresários, líderes trabalhistas e estudantes para discutir, disseminar e incentivar práticas de cidadania empresarial. Eram cinco os princípios da cidadania empresarial: ambientes de trabalho favoráveis à vida familiar dos empregados, seguro saúde e plano de previdência, segurança no trabalho, investimento e parceria com os empregados.

No final dos anos 80 e toda década de 90 do século passado, iniciaram propostas de redefinição e criação de novos modelos de gestão pública cidadã no Brasil, sendo enfatizadas por Farah (2013) em seu artigo ao afirmar que há necessidade de estabelecimento de prioridades de ação; a busca de novas formas de articulação com a sociedade civil, envolvendo a participação de Organizações Não Governamentais- ONGs, da comunidade organizada e do setor privado, na

provisão de serviços públicos; a introdução de novas formas de gestão nas organizações estatais, de forma a dotá-las de maior agilidade e eficiência, superando a rigidez derivada da burocratização; o de procedimentos e da hierarquização excessiva dos processos decisórios. A autora complementa afirmando que a questão ambiental aparece não apenas de forma explícita em campos como desenvolvimento sustentável, mas é uma questão presente em diversos programas inscritos, principalmente desde 1996, integrando, em vários casos, da problemática rural à urbana.

Carroll (1999), autor clássico na literatura sobre responsabilidade social corporativa propõe uma convergência entre os conceitos de cidadania empresarial e de responsabilidade social corporativa e aponta quatro perfis para a cidadania empresarial: econômica, legalidade, ética e filantrópica. Desta forma, boas empresas cidadãos deveriam ser lucrativas, obedecer às leis, ter comportamento ético e retribuir à sociedade em forma de filantropia.

Mueller (2003, p. 82) já afirma que o enfrentamento das demandas sociais requer o dinamismo e ações previamente definidas da gestão sobre a responsabilidade social corporativa. A mesma defende o exercício da cidadania empresarial em duas dimensões: a gestão da responsabilidade social interna e a gestão da responsabilidade social externa, ou seja, a gestão da responsabilidade social implica no gerenciamento das demandas de todos os stakeholders.

A respeito da gestão da responsabilidade social, é apresentado a seguir um quadro extraído do trabalho de Melo Neto e Froes (1999, p. 87) destacando as características da Responsabilidade Social Interna e da Responsabilidade Social Externa.

Quadro 1 - Responsabilidade Social Interna e Externa

	Responsabilidade Social Interna	Responsabilidade Social Externa
Foco	Público interno (empregados e seus dependentes)	Comunidade
Áreas de atuação	Educação; Salários e benefícios; Assistência médica, social e odontológica	Educação Saúde Assistência social Ecologia
Instrumentos	Programas de RH; Planos de previdência complementar	Doações Programas de voluntariado Parcerias Programas e projetos sociais
Tipo de retorno	Retorno de produtividade Retorno para os acionistas	Retorno social propriamente dito Retorno de imagem Retorno publicitário Retorno para os acionistas

Fonte: Melo Neto e Froes (1999)

Dias (2011, p. 173) trás em seu texto a contribuição do conceito de Responsabilidade Social Empresarial ao afirmar que a mesma promove um comportamento empresarial capaz de integrar elementos sociais e ambientais que não necessariamente estão contidos na legislação, mas que atendem às expectativas da sociedade em relação à empresa.

Dias (2011) ainda contribui lembrando o Pacto Global das Nações Unidas em 1999, promovido pela ONU, onde apela às empresas do mundo todo assumir uma globalização mais humanitária. O pacto tem dez princípios universais derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção:

Direitos Humanos

1. As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente;
2. Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos.

Trabalho

3. As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;
4. A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório;
5. A abolição efetiva do trabalho infantil;
6. Eliminar a discriminação no emprego.

Meio Ambiente

7. As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
8. Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental;
9. Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.

O Programa A3P se apoia nesse princípio, ou seja, sensibilizar e orientar as organizações públicas a gerir sua administração de forma ecoeficiente e socialmente mais justa e sustentável.

Contra a Corrupção

10. As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

Alguns autores utilizam os termos Responsabilidade Social Corporativa e Cidadania Empresarial como sinônimos, embora o segundo tenha passado a ser mais utilizado nos últimos anos por influência da competitividade, ou seja, por algo que trás vantagens competitivas no mercado.

A nova postura da empresa cidadã baseada no resgate de princípios éticos e morais passou a ter natureza estratégica (BRAGION, 2006). Nesse sentido, a questão de como a sociedade percebe as empresas tornou-se um fator relevante nas decisões estrategistas.

Na atualidade, temos a contribuição de Simão Filho et. al. (2013, p. 169) ao declararem que a chamada empresa cidadã é encarada como vantajosa frente à crescente concorrência no mercado cada vez mais exigente. O aspecto ressaltado é o de investimento no social e na comunidade diretamente envolvida através de projetos ou ações com recursos transferidos para esse fim. Alguns exemplos têm mostrado ser possível conciliar bons resultados econômicos para a empresa e institucionais para a coletividade.

Dentre as medidas de incentivo e de atuação no desenvolvimento social por parte das empresas cidadãs (isso se aplica na promoção de programas de Responsabilidade Socioambiental como a A3P), os autores acima exemplificam:

- a) A possibilidade da qualificação dos seus funcionários, oferecendo cursos, bolsas de estudos, incentivos e promoções para os funcionários com melhores titulações educacionais;
- b) O respeito e cuidado com o meio ambiente, conseqüentemente, não degradando a natureza em nenhuma hipótese;
- c) Ater-se a não participar de contratações fraudulentas ou duvidosas com o Poder Público.

O Programa de Responsabilidade Socioambiental A3P tenta incutir essas medidas de forma sustentável, em especial nos eixos de atuação: Sensibilização e Capacitação, Uso sustentável de bens e produtos e a Contratação e Licitação Sustentáveis.

Os mesmos autores (SIMÃO FILHO et. al., 2013, p. 169) ainda ressaltam que:

[...] no fundo, o real interesse das empresas em adotar esta postura ética e cidadã estaria em: conseguir ganhos substanciais a médio/longo prazo. Dentre os quais: a) consignar um valor agregado a sua imagem (de empresa “amiga” da sociedade); b) fidelizar seus clientes, mostrando que a respectiva empresa importa-se com eles; c) o desenvolvimento de lideranças conscientes e responsáveis; d) conquistar um reconhecimento e orgulho pela participação em projetos sociais.

Alves (2001, p. 80) esclarece bem ao afirmar que a nova concepção de empresa tem pouca relação com a empresa dita social de outras épocas. A empresa atual mantém seu caráter essencial de geradora de riqueza, porém passa a fazê-lo, idealmente, de forma socialmente responsável. A própria definição de riqueza é ampliada, passando a incorporar, além dos bens materiais, os valores

éticos como a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento sustentável, a dignidade no trabalho e a defesa do consumidor. A autora alega ainda que o gradual reconhecimento desse papel, no ponto de vista sociológico, constitui um dos aspectos fundamentais da recente evolução da empresa e de seus métodos de gestão. Se a antiga noção de empresa social parece estar desacreditada, a nova concepção que se pode chamar de empresa cidadã, ganha cada vez mais adeptos, não só nos países industrializados, mas nos principais países emergentes.

2.1.2 Responsabilidade social empresarial no Brasil

O estudo tem revelado que no Brasil, como nos demais países em desenvolvimento, a ideia da responsabilidade empresarial começa a ganhar corpo na segunda metade dos anos de 1960 com a criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas – ADCE. Em 1965, a ADCE edita a sua Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas onde divulga normas e condutas baseadas nos fundamentos da Doutrina Social Cristã e na promoção dos valores humanos.

No final da década de 1970, já se percebem as primeiras sementes da discussão sobre a ação social de empresas e a utilização do Balanço Social³;

Entretanto, no Brasil, é no fim dos anos 80 que as empresas começam a priorizar seus investimentos sociais por meio do chamado *Marketing Social*⁴ ganhando mais impulso e mudando de paradigma da filantropia empresarial para práticas mais sustentáveis.

Um fator extremamente importante para o progresso da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil foi a Constituição de 1988. O retorno à democracia causou uma reorganização e expansão da sociedade civil e dos movimentos sociais preocupados com os impactos sociais e ambientais das empresas (CAPPELLIN; GIULIANI, 2004; YOUNG, 2004).

Historicamente, observou-se que a filantropia e o assistencialismo empresarial não fizeram parte da cultura das organizações brasileiras.

³ O Balanço Social é um mecanismo utilizado pelas empresas para tornarem públicas as suas intenções e compromissos, visando à transparência de suas ações no exercício da responsabilidade social corporativa (RSC), trazendo informações qualitativas e quantitativas. Disponível: <<http://www.rumosustentavel.com.br/>>

⁴ O Marketing Social é a gestão estratégica da transformação e mudança social, guiada por preceitos éticos e de equidade social. Disponível: <<http://www.marketingsocial.com.br/>>

No início do processo de industrialização brasileiro, as ações sociais empresariais foram heterogêneas, pontuais, dependentes e tuteladas pelo Estado. Inexistiam ações assistenciais sistemáticas aos pobres, a partir de medidas tomadas pelo Estado (RICO, 2001).

A prática dessas ações era uma forma de os ricos ascenderem aos valores aristocráticos, pela prática do “bem” através de esmolas (SPOSATI, et al., 1988). O Estado brasileiro limitava-se a reconhecer as ações assistenciais praticadas pelas irmandades, atribuindo um papel diferenciado à Igreja.

Mas, só foi mesmo em 1990 que as empresas brasileiras passaram a se preocupar com ações sociais em relação à comunidade, ao meio ambiente e ao seu próprio corpo de funcionários, principalmente por ocasião da Conferência RIO-92.

Segundo Faria e Sauerbronn (2008, p. 9), no Brasil o cenário da RSE é muito promissor. Ao final de 2005, por exemplo, o número de empresas filiadas ao Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social ⁵ aproximava-se de mil. Ademais, cabe destacar que nos últimos 10 anos cresceu de forma exponencial o número de publicações, seminários e pesquisas acadêmicas sobre o tema.

O Instituto Ethos (2004) conceitua Responsabilidade Social Empresarial como:

A forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e a redução das desigualdades sociais.

No Brasil, as empresas têm buscado motivações em atuarem de forma socialmente responsável. Ao mesmo tempo em que os consumidores se tornam mais conscientes, as informações correm mais rapidamente no mercado, podendo manchar a reputação de uma empresa em questão de segundos. Por outro lado, as empresas começam a vislumbrar também oportunidades. Algumas vêm relatando mudanças em suas relações comerciais, em função de sua atuação socialmente responsável, passando até mesmo por um aumento em seu poder de barganha

⁵ O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma Oscip cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável. Disponível: < <http://www3.ethos.org.br/> >

com fornecedores, que não querem deixar de ter suas marcas atreladas à marca de uma empresa reconhecida como socialmente responsável pelo mercado (COUTINHO, 2001).

No princípio de 2000, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA, em suas pesquisas sobre a ação social das empresas no Brasil (empresas privadas de todos os portes), já revelavam percentuais significativos de corporações nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste exercendo algum tipo de ação social, desde pequenas doações eventuais, até grandes projetos bem estruturados (PELIANO, 2000; IPEA, 2001).

A grande maioria das empresas pesquisadas pelo IPEA não dispõe de informações sistematizadas sobre o impacto de suas ações sociais, podendo acarretar desperdícios de recursos e conseqüente redução ou ineficácia dos resultados.

Percebe-se que essa carência de informações é verificada devido à ausência de instrumentos que auxiliem as empresas a exercerem sua responsabilidade social de maneira mais efetiva e eficaz. Uma empresa não se torna socialmente responsável de um dia para outro sem que haja a implementação de um plano estratégico capaz de contemplar várias dimensões da organização. O objeto de estudo desta pesquisa é considerado exemplo de instrumento promotor da Responsabilidade Socioambiental mais cidadã e eficaz na PCR a partir do despertar dessa consciência.

As autoras De Almeida e Govatto (2010) destacam que atualmente a atuação social das empresas no Brasil tem se concentrado nas áreas de saúde, educação, meio ambiente e economia, consideradas as que mais requerem atenção em nosso país e vem se firmando como um grande empenho empresarial de instituições e fundações mantidas pela iniciativa privada. As autoras afirmam ainda que os desafios são enormes, tanto que conquistas mais marcantes tornaram-se questão de sobrevivência, tais como: agravamento das disparidades sociais, do risco ambiental envolvendo casos de esgotamento dos recursos naturais, do aquecimento global, dos danos à biodiversidade e à camada de ozônio.

2.1.3 Principais normas brasileiras que estabelecem medidas socioambientais.

As medidas preventivas contra a degradação e conservação dos recursos naturais são atribuídas, principalmente, pelo poder público por ser incumbido a criar, sancionar, regulamentar e por em execução as normas pertinentes a essa matéria.

Esta responsabilidade pela implantação de medidas preventivas foi imposta pela Constituição (1988, art. 225) a qual define que: “todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Conforme o sítio do MMA (www.mma.gov.br), as ações efetivas de interesse socioambiental e suas respectivas normas de apoio governamental são:

- Separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta e destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis - (Decreto nº 5.940/2006);
- Promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável como objetivo das licitações (Lei nº 12.349/2010 – altera o Art. 3º Lei nº 8.666/1993);
- Política Nacional de Mudanças Climáticas (Lei 12.187/20);
- Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010);
- Estabelecimento de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal (Instrução Normativa nº 1/2010 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG);
- Diretrizes sobre a Gestão Ambiental (ISO da série 14.000);
- Diretrizes sobre Responsabilidade Social (ISO 26.000);
- Regime Diferenciado de Contratações Públicas (Lei 12.462/2011);
- Orientação aos órgãos e entidades do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) a adoção de normas e padrões de sustentabilidade (Recomendação CONAMA Nº 12/2011)
- Determina a adoção de iniciativas, inclusive as referentes à sustentabilidade pelos órgãos e entidades federais e suas vinculadas (Decreto nº 7.746/2012);

•Estabelece as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável pela administração pública federal e suas vinculadas.

Os autores Luiz L. C. et. al. (2013) contribuem também com essa discussão em seu artigo ao citarem que, para cumprir plenamente com a responsabilidade socioambiental, o governo vem aperfeiçoando legislações e regulamentos que estabelecem políticas de responsabilidade socioambiental a todas as organizações e pessoas em geral. Isso é perceptível na Lei 9.795/1999, a qual trata sobre a Educação Ambiental, e delega competências ao poder público, às instituições educativas, aos meios de comunicação, às entidades, órgãos de classe, instituições públicas e privadas e à sociedade como um todo.

O despertar e criação do Programa Socioambiental A3P pelo governo federal veio responder e cumprir não só com essa legislação vigente, como também os acordos internacionais os quais foi signatário.

Os mesmos autores citam também um arcabouço legal das principais legislações ambientais vigentes no Brasil que apoiam ações relacionadas com a responsabilidade socioambiental. Na sequência, são apresentados abaixo leis, decretos e resoluções do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente):

Quadro 2 - Principais Leis Brasileiras que estabelecem medidas Socioambientais

Lei	Abordagem
6.938/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
9.795/1999	Define a Educação Ambiental como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo.
12.305/2010	Instituiu a Política Nacional de Resíduos sólidos, inclusive alterando a Lei 9.605/1998 e dá outras providências.
IN nº 01/2010	Regulamentou a utilização de critérios sustentáveis na aquisição de bens e contratação de obras e serviços.

Fonte: LUIZ L. C. et. al., 2013

Quadro 3 - Principais Decretos Brasileiros que definem medidas Socioambientais

Decreto	Abordagem
5.450/2005	Regulamentou o pregão eletrônico para a aquisição de bens e serviços comuns.
5.940/2006	Instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelas organizações públicas diretas e indiretas, na fonte geradora, e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.
99.658/1990	Regulamentou, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.

LUIZ L. C. et. al., 2013

Quadro 4 - Principais Resoluções Brasileiras que tratam dos procedimentos Socioambientais

Res. CONAMA	Abordagem
20/1994	Trata a poluição sonora como crime ambiental, e institui o selo ruído de uso obrigatório para aparelhos eletrodomésticos.
257/1999	Orienta sobre a destinação adequada para as pilhas e baterias descartadas.
275/2001	Estabelece as cores padrões para descarte dos diferentes tipos de resíduos.
307/2002	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para gestão dos resíduos da construção civil.
401/2008	Revogou a Resolução 257/1999 e estabelece limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio nas pilhas e baterias comercializadas no território nacional.

Fonte: LUIZ L. C. et. al., 2013

O Plano Plurianual do governo brasileiro destaca várias ações relacionadas à sustentabilidade nos aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do Governo Federal para 2013, por exemplo, encontra-se a prioridade de investimentos das agências oficiais de fomento para fatores relacionados à sustentabilidade (redução de desigualdades, criação de empregos, economia solidária, cooperativas de trabalhadores, fomento de micro e pequenas empresas, atividades ecoeficientes e de baixo impacto ambiental e reciclagem, dentre outros), impedindo a contratação ou renovação de empréstimos ou financiamentos para “instituições cujos dirigentes sejam condenados por assédio moral ou sexual, racismo, trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente” (Lei nº 12.708, de 17 de Agosto de 2012)

Essas principais orientações normatizadoras realçam neste texto a ligação e interesse do poder público em promover princípios, direitos, deveres e diretrizes que apoiam iniciativas de preservação, conservação, uso sustentável dos bens naturais e adquiridos e na forma de gerir das organizações. Elas representam grandes desafios, principalmente no âmbito das organizações empresariais, necessitando criarem modelos de gestão orientados por indicadores de sustentabilidade socioambiental desenhados conforme a realidade e necessidades específicas de cada administração.

2.1.4 Princípios orientadores da responsabilidade socioambiental aos indicadores de sustentabilidade organizacional.

Dando prosseguimento à evolução do conceito de Responsabilidade Socioambiental-RSA, apresentamos a importância dos princípios ou eixos orientadores de práticas sustentáveis nas organizações até os Indicadores de Sustentabilidade capazes de auxiliar, a partir de sua identificação, caminhos e alternativas possíveis de soluções para uma melhor qualidade da gestão sustentável, também presentes no Programa A3P.

Furtado (2003, p. 4) trás em seu trabalho, além da definição mais atualizada da Responsabilidade Socioambiental nas organizações, propõe nova prática para uma governança sustentável. A prática do novo conceito de RSA irá distinguir a organização que:

- contribui para a proteção social e física do ambiente e para o destino e estabilidade da comunidade;
- não desrespeita os direitos humanos;
- não discrimina, nem explora seus funcionários, pagando-lhes salários aviltantes e praticando o subemprego;
- não adota formas e esquemas para eximir-se dos compromissos sociais e trabalhistas;
- não usa mão de obra infantil;
- não utiliza recursos naturais de forma insustentável;
- não causa danos ao ambiente e ao homem, nos níveis local, regional e planetário;
- não comercializa substâncias, produtos e serviços perigosos ou danosos;
- não desrespeita, nem desconsidera as comunidades locais e indígenas consumidores, fornecedores, distribuidores, concorrentes e a sociedade em geral, em particular as partes interessadas que afetam as atividades da organização, ou são afetadas por estas.

É nessa perspectiva que o autor já propõe que a RSA esteja integrada e alinhada ao planejamento estratégico organizacional, ou seja, fazendo parte da governança institucional com foco na sustentabilidade. Nesse caso, a organização deve ter como princípios:

- estar consciente de seu papel na sociedade;
- atuar com ecoeficiência, para produzir mais, melhor e com menores custos poupando água, energia e recursos, prevenindo ou reduzindo, ao máximo, a geração de resíduos e emissões, especialmente os tóxicos e perigosos;
- contabilizar dispêndios, ganhos e perdas derivadas de suas iniciativas socioambientais; e
- agir com transparência, relatando, publicamente, o desempenho e significado das ações socioambiental realizadas.

Pinto (2002, p. 27) destaca em seu trabalho que a mensuração de empresas na área de Responsabilidade Social acabou resultando na criação de indicadores de sustentabilidade social. Cita ainda que é provável, em futuro próximo, as empresas passarem a ser estimuladas a apresentar bons indicadores de sustentabilidade a fim de obterem recursos financeiros e parceiros para seus processos econômicos, contribuindo para galgarem patamares de rentabilidade e destaques no mercado competitivo.

Um bom exemplo de investigação sobre indicadores de sustentabilidade, destacado por Azevedo (2006, p. 47), é o apresentado por empresas participantes do Relatório de Sustentabilidade Empresarial do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). Foi em função desse relatório que a frequência dos indicadores dessas empresas foi considerada e disponibilizada de forma quantitativa e qualitativa. Assim, foram consideradas na análise as dimensões econômicas, sociais e ambientais, a fim de se observar como as empresas expressam suas práticas em prol do desenvolvimento sustentável. Considerou-se na análise que a divulgação de bons indicadores de sustentabilidade demonstra de forma eficaz o comprometimento das empresas em relação à questão.

Os Indicadores de Responsabilidade Social Empresarial, de acordo com o sitio do Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial (www.ethos.org.br): “São ferramentas que têm auxiliado fortemente as empresas no sentido de permitir que incorporem em sua gestão conceitos e compromissos que assumem em favor do desenvolvimento sustentável”.

Os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social têm ajudado as empresas a trilhar o caminho da responsabilidade social corporativa, pois uma empresa que se associa ao Instituto passa automaticamente a ter acesso a informações

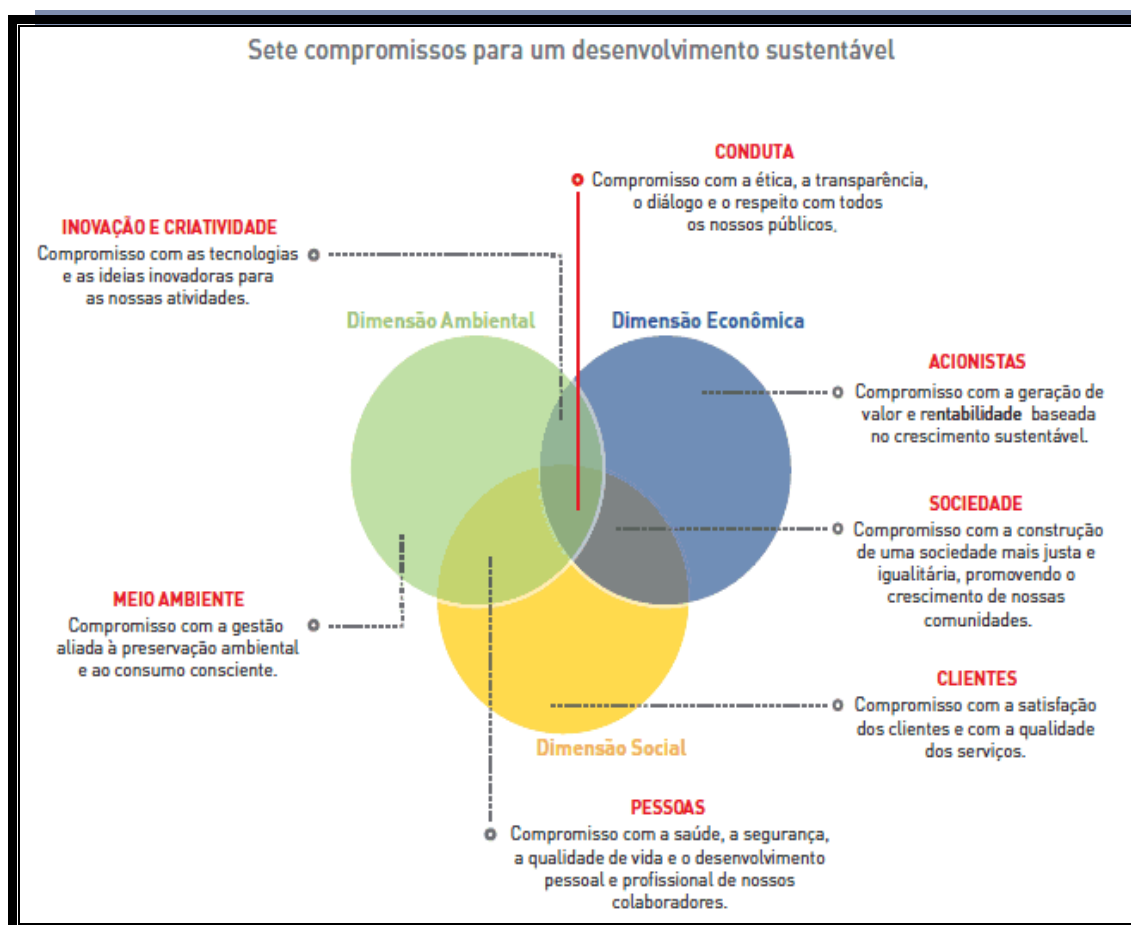
atualizadas sobre ações empresariais, socialmente responsáveis e recebe apoio técnico no gerenciamento de seus negócios.

Qualquer empresa interessada em receber um relatório com os resultados de seu desempenho nas ações de responsabilidade social participa enviando um questionário preenchido referente aos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social e posteriormente recebe o diagnóstico de avaliação da empresa.

O questionário do Instituto Ethos, por exemplo, está dividido em sete grandes temas ou indicadores, largamente explorados: 1) Valores e Transparência, 2) Público Interno, 3) Meio Ambiente, 4) Fornecedores, 5) Consumidores/Clientes, 6) Comunidade, 7) Governo e Sociedade.

A figura a seguir exemplifica uma empresa que evidencia os sete indicadores que compõem o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial na sua administração:

Figura 3 - Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial



Fonte: AMPLA- Relatório Anual de Sustentabilidade, 2007

Muitas empresas têm desenvolvido os seus programas de responsabilidade social e ambiental segundo a abordagem do “*Triple Bottom Line*” (TBL)⁶, que se refere a um conjunto de indicadores utilizados para a avaliação do desempenho econômico empresarial e das suas ações de responsabilidade social e ambiental.

As empresas dispõem na atualidade de índices de sustentabilidade que visam destacar o desempenho financeiro e ações de responsabilidade socioambiental de interesse competitivo no mercado cada vez mais exigente.

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), por exemplo, foi criado a partir de uma parceria entre a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP) e a Bovespa. O ISE tem por objetivo refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e também atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro. O índice foi formulado utilizando o conceito do referido TBL que avalia, de forma integrada, as dimensões econômicas, financeiras, sociais e ambientais das empresas. Aos princípios do TBL, foram adicionados critérios e indicadores de governança corporativa.

Os indicadores de sustentabilidade são, de fato, um modelo da realidade, mas não podem ser considerados a própria realidade, entretanto devem ser analiticamente legítimos e construídos dentro de uma metodologia coerente de mensuração.[...] São pedaços de informação que apontam para características dos sistemas, realçando o que está acontecendo. Os indicadores são usados para simplificar informações sobre fenômenos complexos e para tornar a comunicação sobre eles mais compreensível e quantificável (VAN BELLEN, 2005, p. 45).

O Ministério do Meio Ambiente- MMA, com o intuito de apoiar as organizações públicas parceiras na implementação, monitoramento e avaliação de ações de caráter sustentáveis nas suas administrações, elaborou um conjunto de indicadores quantitativos e qualitativos desenvolvidos a partir dos principais eixos do seu Programa de Responsabilidade Socioambiental conhecido por Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P o qual será detalhado mais à diante neste

⁶ Triple Bottom Line se constitui a principal ferramenta do Índice de Sustentabilidade da Dow Jones (Dow Jones Sustainability Index) da Bolsa de Valores de Nova Iorque e do Índice de Sustentabilidade Social (ISE) da Bovespa. Disponível:< <http://www.bmfbovespa.com.br/Indices/download/Livro-ISE.pdf>>

mesmo capítulo. Os eixos temáticos orientadores da A3P já mencionado anteriormente são:

Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos;

Gestão Adequada dos Resíduos Gerados;

Licitações Sustentáveis;

Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho;

Sensibilização e Capacitação;

Construções Sustentáveis.

Os indicadores de sustentabilidade organizacional, de caráter orientador e sugestivo, estão disponibilizados no site do MMA (<http://www.mma.gov.br/>) e foram desenvolvidos para as organizações públicas parceiras elaborarem seus relatórios técnicos de monitoramento, prestação de contas ou definição de metas institucionais. Os indicadores também podem ser usados como referenciais ou aprimorados conforme a realidade das instituições públicas que não aderirem à A3P, mas que implementam ações de sustentabilidade e queiram mensurá-las ou aperfeiçoá-las. As ações poderão ser de curto, médio e longo prazo, dependendo da situação das mesmas.

Segundo o MMA (2009), as empresas que optam por investir em práticas de responsabilidade socioambiental elevam os seus níveis de desenvolvimento social, proteção ao meio ambiente e respeito aos direitos humanos e passam a adotar um modo de governança aberto e transparente que concilia interesses de diversos agentes e a promoção de sua qualidade e competitividade no mercado.

O quadro abaixo, adaptado do site do MMA, apresenta a síntese de alguns dos principais Indicadores de Desempenho pertencentes só ao eixo Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos do Programa A3P.

Nesta pesquisa não foi contemplada a análise de indicadores do Eixo Sensibilização e Capacitação e sim as evidências de princípios orientadores da Responsabilidade Socioambiental identificados pelos cursistas antes, durante e após os estudos do curso a distância em análise.

Quadro 5 - Indicadores de Desempenho da A3P: Tema 1

Tema	Subtema	Código	Nome do indicador	Descrição	Apuração
1-Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	1.1. Energia	1.1.1.	Consumo de energia elétrica	Quantidade de kwh consumidos	Mensal e anual
		E.1.1.6.	Uso de lâmpadas fluorescentes eficientes	Quantidade (unidades) de lâmpadas incandescentes substituídas por lâmpadas fluorescentes com selo Procel-Inmetro de desempenho na área de iluminação	Anual
		E.1.1.7.	Uso de sistema de controle de iluminação por timer ou foto célula	Informar se utiliza ou não sistema de controle de iluminação	Anual
	1.2. Água	1.2.1	Volume de água utilizada	Quantidade de m ³	Mensal e anual
		1.2.3	Gasto com água	Valor da Fatura em Reais (R\$)	Mensal e anual
		E.1.2.6.	Reutilização de Água	Total de m3 de água cinza (servida) + Total de m3 de água captada da chuva	Anual
	1.3Copos descartáveis	1.3.1.	Consumo de copos de 200 ml descartáveis	Quantidade (unidades) de copos descartáveis de 200 ml utilizados	Mensal e anual
		1.3.2.	Consumo de copos de 50ml descartáveis	Quantidade (unidades) de copos descartáveis de 50 ml utilizados	Mensal e anual
		E.1.3.6.	Utilização de utensílios não descartáveis	Quantidade (unidades) de xícaras + copos + garrafas produzidos a partir de material permanente	Mensal e anual
		1.4.1.	Consumo mensal de papel branco (clorado). Consumo	Quantidade (unidades) de folhas de papel branco utilizadas Quantidade (unidades) de	Mensal e anual

	1.4. Papel	1.4.3.	mensal de papel não clorado e reciclado	papel não clorado + Quantidade (unidades) de papel reciclado utilizado	Mensal e anual
		1.4.4.	Gasto com aquisição de papel branco (clorado)	Valor (R\$) gasto com a compra de papel branco (clorado)	Mensal e anual
	1.6. Transportes	1.6.3.	Consumo de Gasolina	Quantidade (litros) de gasolina consumida.	Mensal e anual
1.6.4.		Consumo de Álcool	Quantidade (litros) de álcool consumido	Mensal e anual	
E.1.6.6.		Emissão de CO2	Quantidade (litros) de gasolina consumida x 2,63 KgCO2/l	Anual	

Fonte: Adaptado do portal MMA, 2014

2.2 SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL CORPORATIVO (SGA) À AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P).

Neste tópico do texto é apresentada a evolução do conceito, organização e controle de Sistemas de Gestão Ambiental em organizações empresariais preocupadas com a mudança de paradigma, a partir de modificações profundas na sua filosofia, estratégias, objetivos, produtos e programas ecoeficientes com implicações diretas nos valores empresariais, humanos e sociais. Essa preocupação também se estende, principalmente a partir da década de 1990, para as organizações públicas, estimulando-as a mudança de hábitos, atitudes e posturas socioambientalmente corretas, características fundamentais do Programa A3P.

2.2.1 Gestão ambiental nas organizações e instrumentos normativos de controle.

O processo evolutivo da Responsabilidade Socioambiental Empresarial no mundo e no Brasil, aqui apresentado neste trabalho, teve influência na concepção e criação de Sistemas de Gestão Ambiental, sobretudo na década de 90 do século

passado. Ao longo dessa década, foram implementados nas empresas instrumentos de gestão ambiental capazes de controlar e minimizar os danos ambientais provocados por essas organizações e responder com maior eficiência às atuais demandas do mercado cada vez mais exigente por resultados ecosocioeficientes.

Esses instrumentos resultaram em uma série de vantagens econômicas conforme especifica Barata; Kligerman e Minayo-Gomez (2007): “redução de custos, aumento de competitividade, abertura de novos mercados e diminuição das chances de serem surpreendidas por algum tipo de ônus imprevisível e indesejável”.

Frente ao avanço das agressões e danos causados por grandes empresas ao meio ambiente, as mesmas ficaram obrigadas a arcarem com elevados gastos em indenizações, recuperação dos ambientes danificados e ações para mitigação e/ou controle dos danos. Além disso, a imagem das empresas causadoras dos danos ambientais era afetada negativamente.

Como conceito de Sistema de Gestão Ambiental, mostramos o apresentado pela NBR ISSO 140004:1996: Um Sistema de Gestão Ambiental é parte de um sistema global de gestão que provê ordenamento e consistência para que as organizações abordem suas preocupações ambientais, através da alocação de recursos, definições de responsabilidades e avaliação contínua de práticas, procedimentos e processos, voltados para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental estabelecida pela empresa.

Sistema de Gestão Ambiental é o conjunto de elementos interrelacionados ou interativos, voltados ao estabelecimento da política e objetivos da empresa, bem como ao alcance destes objetivos (NBR ISO 9000:2000).

North apud Cagnin (2000) afirma que o sistema de gestão ambiental facilita o processo de gerenciamento, proporcionando vários benefícios às organizações. Esses benefícios estão discriminados abaixo:

Quadro 6 - Benefícios da gestão ambiental

BENEFÍCIOS ECONÔMICOS
<ul style="list-style-type: none"> • Economia de custos • Redução do consumo de água, energia e outros insumos. • Reciclagem, venda, aproveitamento de resíduos e diminuição de efluentes. • Redução de multas e penalidades por poluição. • Incremento de receita • Aumento da contribuição marginal de “produtos verdes”, que podem ser vendidos a preços mais altos. • Aumento da participação no mercado, devido à inovação dos produtos e à menor concorrência. • Linhas de novos produtos para novos mercados. • Aumento da demanda para produtos que contribuam para a diminuição da poluição.
BENEFÍCIOS ESTRATÉGICOS
<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da imagem institucional. • Renovação da carteira de produtos. • Aumento da produtividade. • Alto comprometimento do pessoal. • Melhoria nas relações de trabalho. • Melhoria da criatividade para novos desafios. • Melhoria das relações com os órgãos governamentais, comunidade e grupos ambientalistas. • Acesso assegurado ao mercado externo. • Melhor adequação aos padrões ambientais.

Fonte: Adaptado de North, K., 1992 in Cagnin (2000)

Diante desse quadro, as empresas de maior potencial poluidor passaram a criar e implementar instrumentos de gestão ambiental corporativos. Em face da crescente importância de iniciativas de proteção ambiental de interesse dessas organizações, sem privilegiar setores ou países, foram criados, em 1994, normas da International Standard Organization (ISO) contendo diretrizes aplicáveis aos diferentes setores produtivos e regiões que possibilitassem uma gestão e um

produto com considerada qualidade ambiental. Em 1996, foram aprovadas e publicadas essas normas e entre elas, em especial, a Norma ISO 14001⁷.

Na norma ISO 14001, estão sistematizados os procedimentos necessários para a definição dos princípios da política ambiental das empresas. Além de indicar a forma como serão planejadas e implementadas as ações, os prazos e os recursos necessários para sua operacionalização, assim como os meios para verificar a eficiência do planejamento previsto e das ações implementadas.

Compreende-se que a certificação da empresa, pela norma ISO 14001, assegura a todas as partes interessadas (clientes, fornecedores, acionistas, funcionários, comunidade, governo, dentre outras) que se ajustem ao estabelecido na norma, independente do setor e/ou local onde a empresa esteja atuando. A relevância desse instrumento pode ser constatada pela quantidade e diversidade de empresas privadas certificadas no mundo e poucas ainda do poder público. As autoras Barata; Kligerman; Minayo-Gomez (2007, p. 167) explicam em suas pesquisas o porquê da pouca quantidade de organizações do setor público aderirem a ISO 14001:

Uma explicação cabível desse desinteresse estaria na falta de evidência sobre as efetivas vantagens econômicas que a certificação proporcionaria às empresas de diferentes setores, tamanhos e localizações, considerando os custos do processo e dos procedimentos necessários para a aplicação da norma. Conseqüentemente, as empresas públicas só solicitariam a certificação quando impelidas por exigências do mercado ou de determinados atores sociais.

Moreira (2006) já contribui em seu livro com aspectos e percepções considerados desfavoráveis, alegados por empresários mal informados, a respeito de Sistema de Gestão Ambiental- SGA:

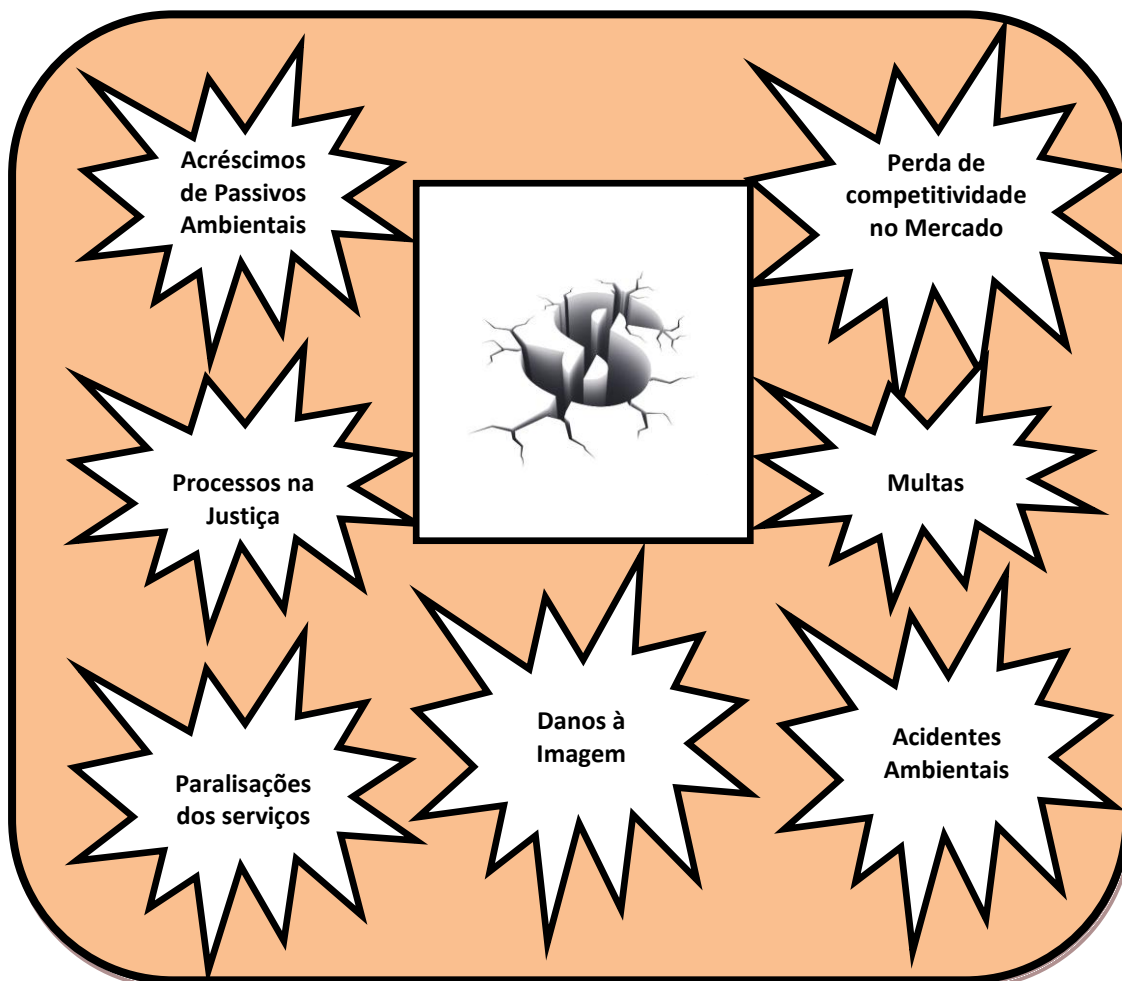
- É caro e não dá retorno – “Isso é para empresa rica”.
- Demanda muito tempo e esforço da empresa.
- Pode ser uma ameaça, uma vez que seus problemas ambientais são expostos e passam a requerer soluções de curto prazo.
- Controles ambientais exigem altos investimentos.

⁷ Norma ISO 14001 é uma norma internacionalmente reconhecida que define o que deve ser feito para estabelecer um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) efetivo. A norma é desenvolvida com objetivo de criar o equilíbrio entre a manutenção da rentabilidade e a redução do impacto ambiental; com o comprometimento de toda a organização. Com ela é possível que sejam atingidos ambos objetivos. Disponível em: <<http://www.bsigroup.com/pt-BR/ISO-14001-Gestao-Ambiental/>>

- Obter certificado exige comprometimento verdadeiro com a questão ambiental (Será que podemos sustentar isso?).

A mesma autora contrapõe as percepções equivocadas acima mostrando o quanto de prejuízos os empresários podem ter não aderindo a um SGA/ISO 14001, mostrado na figura abaixo:

Figura 4 - Quanto custa não ter um SGA/ISO 14001?



Fonte: Adaptado de Moreira, 2006

Moreira (2006) ainda contribui ao afirmar que a Norma ISO 14001 se baseia no ciclo PDCA (plan, do, check, act) criado por Shewhart na década de 30 (século XX) e disseminado por Deming no Japão. Ele é composto fundamentalmente por essas quatro etapas: Planejar, Executar, Verificar e Agir.

A importância de implantar a ISO 14001 pode ser destacada em diversas publicações como, por exemplo, em Rohrich (2011, p. 14) ao afirmar que:

O texto da norma ABNT NBR ISO 14001:2004 expõe que as normas de gestão ambiental têm por objetivo prover as organizações de elementos de um sistema de gestão ambiental (SGA) eficaz que possam ser integrados a outros requisitos da gestão, e auxiliá-las a alcançar seus objetivos ambientais e econômicos. Segundo o mesmo texto, a finalidade geral desta Norma é equilibrar a proteção ambiental e a prevenção da poluição com as necessidades socioeconômicas. Ademais, afirma que a demonstração de um processo bem sucedido de implementação da Norma pode ser utilizada por uma organização para assegurar às partes interessadas que ela possui um sistema de gestão ambiental apropriado em funcionamento.

Apesar das vantagens elencadas acima pela autora sobre a busca de uma SGA eficaz para a organização, integrando-a a outros requisitos de gestão, Epelbaum (2006), incluído em seu texto, já alerta que os SGA seguidores da ISO 14001 não são modelos de excelência ambiental, pois não exigem os melhores padrões e tecnologias imediatas, mas servem para demonstrar que uma organização tem sua gestão ambiental organizada para obter esses resultados e que estão melhorando os seus indicadores, de acordo com a sua política, os seus objetivos e as suas metas ambientais.

Além das iniciativas mencionadas neste trabalho sobre a ISO 14001, é importante destacar também a ISO 26000 que visa estabelecer um padrão internacional de Responsabilidade Socioambiental e, diferentemente da ISO 14001, não é uma norma para certificação.

A ISO 26000 aborda como temas centrais: governança organizacional; direitos humanos; práticas do trabalho; meio ambiente; práticas leais (justas) de operação; questões relativas ao consumidor, envolvimento e desenvolvimento da comunidade.

Verifica-se, portanto, que todas essas iniciativas internacionais têm sido traduzidas como novos padrões, acordos, recomendações e/ou códigos de condutas adotados em diferentes países, inclusive no Brasil, e fazem parte da agenda de Responsabilidade Socioambiental do setor empresarial e de instituições governamentais, principalmente das empresas públicas e sociedades de economia mista.

A Administração Pública, como grande consumidora de bens e serviços, e responsável pela elaboração e implementação de políticas públicas voltadas não só ao bem estar da sociedade como também a preservação e conservação dos recursos naturais, cada vez mais necessários e escassos, precisa dar exemplo das boas práticas nas atividades que lhe cabem. O grande desafio consiste em transpor o discurso meramente teórico e concretizar a intenção num compromisso sólido, já que a adoção de princípios sustentáveis na gestão pública exige mudanças de práticas e atitudes (MMA, 2009, p. 7).

O êxito dessas mudanças é responsabilidade, antes de tudo, dos governos. Para concretizá-las, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos de execução governamental. O envolvimento ativo das organizações não-governamentais e de outros grupos interessados também devem ser estimulados.

Lopes e Silva (2012) esclarecem que, no Brasil, a Política Nacional do Meio Ambiente foi instituída em agosto de 1981, e é considerado o marco inicial na evolução das ações de conservação ambiental e incorporação do tema em diversas áreas da sociedade.

Deve-se considerar também a responsabilidade do Estado na aplicação da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Os autores Lopes e Silva (2012) contribuem ao afirmar que a administração pública tem dois papéis na execução do conjunto dessas políticas e ações: o papel de fiscalizar, elaborar normas, fazer acordos, estabelecer estratégias para as políticas públicas, e o papel de consumidor. Para o funcionamento dos órgãos e repartições é essencial, por exemplo, o abastecimento de insumos, o que torna o poder público, responsável pelos produtos que consome, ou seja, pela compra de materiais que agridam menos o meio ambiente e permitam o uso e o descarte adequado, evitando dessa forma os desperdícios.

Vale mencionar que a inserção de critérios de preservação ambiental nas organizações públicas é muito recente, embora esteja se tornando um diferencial de administração muito valorizado pela sociedade e demais organizações. Percebe-se que há resistência na implantação desses critérios e investimentos que, na maioria das vezes, o retorno acontece de modo imensurável em ganhos ambientais, sociais e econômicos. Para tanto, a mudança de cultura ou a inserção de novos princípios deve ocorrer de forma planejada, gradativa e constante para não gerar rejeição.

Segundo Hollnagel e Moraes (2013, p. 2) as discussões sobre propostas para conciliar o desenvolvimento socioeconômico, conservação e proteção dos ecossistemas em escala global durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) - Rio-92 resultou na “Agenda 21 Global”, principal instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis fundamentadas na proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. As autoras também afirmam que a partir das recomendações presentes no Capítulo IV dessa Agenda (Capítulo IV: Mudança dos Padrões de Consumo, contendo as seguintes áreas de programas: (a) Exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo; (b) Desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo) foi idealizada a criação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P.

Foi nessa perspectiva que o Ministério do Meio Ambiente lançou, desde 1999, a criação e implementação do projeto de gestão socioambiental conhecido por Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P, compatível à realidade e necessidades das empresas e organizações públicas, podendo ser implantado de forma voluntária na esfera dos três poderes (legislativo, executivo e judiciário) e nos seus respectivos entes federado (municipal, estadual e federal).

2.2.2 Gestão socioambiental como proposta de sustentabilidade nas instituições públicas.

Como visão geral da representação do poder público frente às questões de responsabilidade ambiental fora dos espaços institucionais, temos a contribuição a baixo:

Mesmo conferindo à coletividade a obrigação de proteger o meio ambiente, a Constituição de 1988 fez do Poder Público o principal responsável pela garantia, a todos os brasileiros, do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Para isso, a constituição determina incumbências ao Poder Público (e somente a ele) para assegurar a efetividade desse direito. Mas, a mesma sociedade (coletividade) que deve ter assegurado o seu direito de viver num ambiente que lhe proporcione uma sadia qualidade de vida, também precisa utilizar os recursos ambientais para satisfazer suas necessidades básicas. E, como todos sabemos, não é possível vida digna e saudável sem o atendimento dessas necessidades. Na vida prática, o processo de apropriação e uso dos recursos ambientais não acontece de forma tranqüila. Há interesses e conflitos (potenciais ou explícitos) entre atores sociais, que atuam de alguma forma sobre os meios físico-natural e construído, visando ao seu controle ou à sua defesa e proteção.[] Como mediador principal deste processo, o Poder Público é detentor de poderes e obrigações estabelecidos na legislação, que lhe permitem promover desde o ordenamento e controle do uso dos recursos ambientais (incluindo a criação de incentivos fiscais na área ambiental) até a reparação e a prisão de indivíduos pelo dano ambiental. Neste sentido, o Poder Público estabelece padrões de qualidade ambiental, avalia impactos ambientais, licencia e revisa atividades efetiva e potencialmente poluidoras, disciplina a ocupação do território e o uso de recursos naturais, cria e gerencia áreas protegidas, obriga a recuperação do dano ambiental pelo agente causador, promove o monitoramento, a fiscalização, a pesquisa, a educação ambiental e outras ações necessárias ao cumprimento da sua função mediadora (QUINTAS, 2006, p. 29-30).

Em 2001, o MMA lançou de forma desafiadora o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública- A3P, oficializado pela Portaria Nº 510/2002, cujo objetivo é sensibilizar os gestores públicos para as questões ambientais, estimulando-os a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras. Isso se aplica também ser disseminado e incorporado pelos servidores, fornecedores e parceiros interessados em participar e interagir favoravelmente a esse sistema de gestão. Numa economia que ainda se caracteriza por elevado desperdício de recursos, surge mais que conveniente à iniciativa de difundir os princípios da gestão ambiental na administração pública, levando a economia de recursos naturais e a redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos e da gestão adequada dos resíduos.

Desde a instituição da Comissão Gestora da A3P no MMA (Portaria 221/2004), já foram realizados oito fóruns que dão continuidade ao debate sobre a viabilização de políticas públicas de gestão ambiental, a apresentação de estudos, pesquisas e experiências exitosas em A3P, possibilitando uma ampla troca de informações sobre o assunto. Houve, a partir do primeiro fórum, um aumento significativo no número de órgãos públicos que aderiram formalmente à A3P, bem como de outros que participam da Rede A3P.

Em conformidade com o Portal A3P do MMA (www.mma.gov.br), a Rede A3P, atualmente com cerca de 350 participantes, é um canal de comunicação permanente entre o MMA e os órgãos públicos. Tem por objetivo promover o intercâmbio técnico, difundir informações ambientais, sistematizar dados e informações sobre o desempenho ambiental dos órgãos parceiros, incentivar e promover programas de formação e mudanças organizacionais, permitindo a troca de experiências.

Graças à comissão gestora A3P/MMA, o avanço das adesões dos órgãos públicos em todo país e o crescimento da Rede A3P, foi instituído, a partir da quarta edição do fórum A3P (2009), o Prêmio Melhores Práticas da A3P.

Esse prêmio tem por principal objetivo dar visibilidade às iniciativas bem-sucedidas de cunho socioambiental, implementadas pelos parceiros do programa com Termo de Adesão devidamente formalizado. Sua primeira edição ocorreu em 2009 e teve grande repercussão e receptividade por parte dos participantes, o que afirmou a importância de sua realização para o estímulo aos órgãos e instituições da administração pública no desenvolvimento de práticas sustentáveis.

O principal desafio do poder público na atualidade é a promoção de ações e programas de responsabilidade socioambiental como proposta de política governamental para fins de eficiência econômica, social e simultâneo desenvolvimento sustentável no âmbito de sua administração por meio da inserção de princípios e práticas de sustentabilidade.

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa que busca incorporar esses princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da administração pública, através do estímulo a determinadas ações que vão, desde uma mudança nos investimentos, compras e contratações de serviços pelo governo, passando pela sensibilização e capacitação dos servidores, pela gestão adequada dos resíduos naturais utilizados e resíduos gerados, até a promoção da melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho (MMA, 2009, p. 32).

Conforme o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2009), as Diretrizes da A3P se fundamentam nas orientações de documentos que estabelecem e viabilizam a implantação de uma política de responsabilidade socioambiental no Brasil, tais como:

- capítulo IV da Agenda 21 Global que indica aos países signatários o estabelecimento de programas voltados ao exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças desses padrões nocivos de consumo;
- o princípio 8 da Declaração da Rio/92 que afirma : “os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas”;
- a Declaração de Johannesburgo (Rio+10), que institui a “adoção do consumo sustentável como princípio basilar do desenvolvimento sustentável”.
- o princípio da economicidade, que se traduz na relação custo-benefício e o princípio constitucional da eficiência incluído no texto da Carta Magna (art. 37) por meio da Emenda Constitucional 19/1998, atribuindo à administração esse cumprimento.

Ainda em consonância com a publicação oficial da A3P (MMA, 2009) pelo Ministério do Meio Ambiente, a referida agenda tem como principal objetivo estimular a reflexão e a mudança de atitudes dos servidores para que os mesmos incorporem os critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras.

A A3P foi estruturada em seis eixos temáticos prioritários conforme já apresentados neste trabalho:

- Uso racional dos recursos naturais e bens públicos
- Gestão adequada dos resíduos gerados
- Qualidade de vida no ambiente de trabalho
- Sensibilização e capacitação
- Licitações sustentáveis
- Construções Sustentáveis (eixo introduzido na 3ª edição da publicação oficial do MMA em 2014).

Cada eixo temático ou estruturante contempla iniciativas orientadoras desse novo olhar e mudança de cultura institucional na perspectiva da sustentabilidade.

A cartilha orientadora “Como Implantar a A3P”, produzida pelo MMA (2014, p. 11-13), traz em sua 3ª edição a estrutura da A3P a partir dos seis eixos temáticos prioritários, baseados no princípio dos 5 R’s: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais negativos. A seguir são apresentadas as características de cada um deles:

- Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

Usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos implica em ações de economicidade do gasto, otimização do uso dos recursos naturais e bens públicos e redução do desperdício. Este eixo engloba o consumo de água, energia, papel, copos plásticos, madeira, transporte e demais bens e materiais utilizados pela administração pública.

- Gerenciamento de resíduos sólidos

O gerenciamento dos resíduos sólidos está definido e regulamentado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, Lei N° 12.305/2010 e Decreto N° 7.404/2010 que preveem a redução e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados pelas instituições públicas. Este eixo engloba a prática de hábitos de consumo sustentável, um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos, a destinação e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. A PNRS também ampliou a inclusão de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis determinada para a administração pública pelo Decreto N° 5.940/2006.

- Qualidade de vida no ambiente de trabalho

A qualidade de vida no ambiente de trabalho envolve tanto os aspectos físicos e ambientais, como os aspectos psicológicos do local de trabalho. A estruturação deste eixo temático visa atender as necessidades do servidor e desenvolver ações para o seu desenvolvimento pessoal e profissional, aumentando a sua produtividade e bem estar no trabalho. Da mesma forma, engloba as questões relacionadas à garantia da acessibilidade, redução do estresse e ampliação da participação dos servidores nos processos institucionais.

- Sensibilização e capacitação dos servidores

A sensibilização busca desenvolver e estimular a prática da consciência cidadã pelos gestores e servidores públicos, a partir dos princípios da responsabilidade socioambiental. O processo de capacitação, por sua vez, contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais e fornece novas oportunidades para o engajamento dos servidores nas questões socioambientais.

- Contratações/Licitações Públicas Sustentáveis

Compreendem as aquisições de bens, contratações de serviços, obras e reformas com critérios de sustentabilidade, e devem ser planejadas e realizadas a

partir de uma visão sistêmica do processo produtivo como, por exemplo, da Análise de Ciclo de Vida do produto – ACV. Este eixo encontra respaldo em distintos instrumentos normativos como leis, decretos, instruções e portarias.

- Construções Sustentáveis

As construções sustentáveis são edificações e ambientes que considerem, desde a sua concepção, construção, operação e renovação, o uso de conceitos e procedimentos reconhecidos de sustentabilidade. A construção deve considerar medidas para: redução e otimização do consumo de materiais e energia; redução dos resíduos gerados; preservação do ambiente natural e melhoria da qualidade do ambiente construído. O conceito abarca a sustentabilidade de forma sistêmica (ambiental, social, econômica e cultural) e enfatiza a adição de valor à qualidade de vida dos indivíduos e das comunidades.

Cogo (2011) contribui esclarecendo ainda que a A3P teve como referência as orientações e princípios da Norma Brasileira ABNT NBR ISO 14001/2004 e seu Sistema de Gestão Ambiental (normas de certificação de qualidade ambiental para empresas privadas e instituições públicas) desenvolvido pela International Organization for Standardization (ISO). Cabe, portanto, a cada Instituição desenvolver a sua própria Agenda Ambiental adequada às suas características, peculiaridades, atividades e de acordo com seu direcionamento estratégico para a sua efetiva implementação.

Martins et al. (in COGO, 2011) recomendam observar os seguintes pressupostos de implantação da A3P:

- a) Criação e regulamentação de Comissão da A3P: deve envolver servidores públicos de diferentes setores da instituição para o acompanhamento de projetos e atividades para a representatividade institucional;
- b) Diagnóstico da situação: identificação dos pontos críticos e procedimentos, avaliando-se os impactos ambientais e os desperdícios gerados;
- c) Definição de projetos e atividades: a partir do diagnóstico, priorização dos projetos e atividades de maior urgência e relevância;
- d) Planejamento integrado: deve envolver o maior número de colaboradores e áreas de trabalho;
- e) Implementação: realização de programas de capacitação, disponibilização de recursos físicos e/ou financeiros, introdução às mudanças necessárias.

- f) Avaliação e monitoramento: verificação do desempenho ambiental, identificação de falhas e pontos de melhoria;
- g) Melhoria contínua: avaliação sistemática, replanejamento e implementação de procedimentos, qualificação e treinamento de recursos humanos, controle e acompanhamento, conhecimento e absorção de novas tecnologias e legislação;
- h) Avaliação do desempenho ambiental: levantamento de impactos de riscos ambientais, identificação de ações de controle, identificação de indicadores e aprimoramento.

O item “e” dos pressupostos destacados acima veio realçar e fundamentar a intenção dessa pesquisa, ou seja, em verificar através da aplicação do curso desenvolvido na modalidade a distância se servidores da Prefeitura da Cidade do Recife poderão ser capazes de entender, participar e colaborar com o processo de implementação da A3P sugerindo ações a serem implementadas nos seus espaços de atuação profissional.

2.3 PROGRAMAS DE SENSIBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS NAS EMPRESAS E OS DESAFIOS À INOVAÇÃO.

Neste tópico são verificados olhares, concepções, considerações e contribuições de alguns teóricos e estudiosos acerca dos avanços, estímulos e desafios às iniciativas de implantação e desenvolvimento de programas de sensibilização e formação de funcionários nas organizações empresarias de natureza privada e pública ao longo do tempo.

2.3.1 Organizações privadas e públicas, concepções e desafios às inovações.

Saravia e Ferrarezi (2007 p.24-25) trazem a afirmação de que no âmbito das empresas privadas a necessidade de sobrevivência ao contexto de rápida transformação econômica, tecnológica e institucional derivados da complexidade crescente da globalização, e com ela o avanço das novas tecnologias, levou a conseqüente competição na economia mundial e nacional provocando com isso o surgimento de novas técnicas de administração, bem como objetivos e metas cada

vez mais ousados e cobrados para o alcance das finalidades institucionais almeçadas.

Os mesmos autores contribuem também ao afirmar que as transformações do cenário internacional exigiram, portanto, a adoção de formas mais flexíveis de planejamento e administração das organizações privadas. As empresas adotaram, então, as técnicas do planejamento estratégico, isto é, um planejamento que leva em consideração as variáveis externas à organização, a maioria delas não controláveis pelos gestores. [...] a necessidade de auscultar a conjuntura e prever a evolução da estrutura socioeconômica tornou imprescindíveis às técnicas de construção de cenários. Essas, por sua vez, permitiriam modelar organizações capazes de implementar suas estratégias. No que tange as organizações estatais, houve uma reação tardia ou até mesmo a não modificação em face das novas circunstâncias.

No âmbito público, registrou-se, ademais, um desejo crescente de participação democrática nas decisões estatais, na sua implementação, no seu controle e nos seus benefícios. A telemática (comunicações + informática), por exemplo, permitiu fortalecer a transparência e o consequente controle social das ações do Estado. Tudo isso levou, no decorrer dos anos, ao fortalecimento progressivo da concepção mais ágil da atividade governamental: a ação baseada no planejamento deslocou-se para a ideia de política pública. A democratização do sistema político viu-se facilitada pela tecnologia: a descentralização e a participação ficaram mais fáceis do ponto de vista operacional e as mudanças sociais tornaram-nas possíveis e desejáveis (SARAVIA E FERRAREZI. 2007 p. 25).

Bresser-Pereira (1998, p.267) afirma com maior evidência que o nível de resposta às iniciativas inovadoras difere substancialmente nas organizações privadas e públicas.

Ao comparar-se a realidade das organizações privadas com a do setor público percebe-se que há uma crescente disparidade de ritmos e velocidades de modificações em suas dinâmicas de funcionamento. De um lado, as empresas privadas e organizações sociais alterando continuamente seus paradigmas de gestão, compondo seu vocabulário de expressões conhecidas como reestruturação, *downsizing*, flexibilização, quebra de barreiras, competitividade, entre outros. No caso das organizações públicas e sem fins lucrativos precisam ter objetivos claros para orientar sua gestão. Sistemas de controle interno e externo devem ser acionados para estabelecer mecanismos que consigam controlar a

atuação dos gestores no interesse dos proprietários, sejam eles o governo, a sociedade ou grupos de beneficiários, no caso de ações sociais (BRESSER-PEREIRA,1997).

Mello (2014) reforça a citação anterior ao afirmar que a inovação, embora esteja mais dirigida às organizações privadas, não é um tema novo e sim considerado estratégico para as empresas. As vantagens competitivas que podem advir pela adoção de soluções inovadoras nas organizações, sejam elas privadas ou públicas, são fundamentais para que as mesmas enfrentem a concorrência atual. Atesta ainda que as políticas de inovação no governo e no setor público são necessárias por diversas razões como, por exemplo, neste estudo, a aplicação de curso de qualificação profissional a distância utilizando plataforma de ensino e aprendizagem virtual trazendo incentivo de mudança de paradigma socioambiental na cultura institucional da PCR através de conhecimentos sobre o Programa A3P.

Os paradigmas tradicionais de gestão de organizações públicas no olhar de Nassuno (2014 p.78) foram substituídos por outros, baseados em conceitos como flexibilidade, qualidade e inovação. O novo modelo procura diferenciar-se do burocrático por meio da clara definição de objetivos; do aumento da autonomia dos administradores; da implantação da competição administrada; da descentralização e redução dos níveis hierárquicos e da adoção de formas flexíveis de gestão e controle, características essas que possibilitam mais abertura a possíveis inovações, condizentes ao atual modelo de organização administrativa da instituição alvo desta pesquisa.

Vargas e Lima (2004) em seu artigo já aferem que a Organização Internacional do Trabalho – OIT propusera, desde 2003, princípios que deverão balizar as políticas, leis e práticas na área de capacitação e desenvolvimento de pessoal nas organizações empresariais e que cada vez mais um número maior de pessoas, instituições e programas deverão fazer uso de métodos e estratégias de educação centrada no aluno utilizando, principalmente, a modalidade de educação a distância e as novas tecnologias da informação e comunicação. As autoras concordam que alterar a forma de agir das pessoas e das organizações não é uma tarefa simples, ou seja, a implementação de programas inovadores de educação e formação a distância requer não apenas um novo organograma, mas, geralmente, a transformação da própria cultura organizacional.

As dificuldades inerentes a esse processo de mudança tratadas pelas referidas autoras têm levado pesquisadores a estudar as barreiras à implantação de programas de educação e capacitação a distância. Pode-se destacar:

Barreiras Institucionais – São limitações inerentes ao domínio macro da organização, e estão mais diretamente associadas às questões de tomada de decisão e de gestão de recursos, sejam eles de que ordem for. Duas categorias abrangentes de barreiras foram propostas para esse nível:

Infraestrutura organizacional – Refere-se às barreiras que interferem na implantação de um programa de educação e capacitação a distância cuja superação está mais vinculada às questões de ordem gerencial, técnica e administrativa. Falta de apoio dos dirigentes e de recursos físicos, materiais e humanos são alguns exemplos dessas barreiras.

Infraestrutura instrucional – Refere-se às barreiras relacionadas ao planejamento, desenvolvimento e execução dos eventos instrucionais que integrarão o programa de educação e capacitação a distância. A ausência ou a inadequação de um sistema de tecnologia instrucional é um exemplo dessas barreiras.

Barreiras Pessoais – Estão no domínio micro organizacionais, pois se referem a certas características que os indivíduos possuem e/ou a situações por eles enfrentadas que podem interferir na eficácia de um evento instrucional. Foram propostas três categorias abrangentes de barreiras:

Barreiras Demográficas – Referem-se às características pessoais e funcionais dos indivíduos, que podem influenciar no desempenho do evento instrucional. Gênero e lotação são exemplos dessas barreiras.

Barreiras Motivacionais – Referem-se às atitudes dos indivíduos com relação ao evento instrucional, as quais podem influenciar o processo de participação, desempenho e persistência. Ansiedade em testes e crenças de aprendizagem são alguns exemplos.

Barreiras Tecnológicas – Referem-se às atitudes dos indivíduos em relação ao uso das novas tecnologias da informação e da comunicação, particularmente o computador, na realização de eventos instrucionais. A aversão do aluno ao uso do computador e sua percepção de utilidade do computador são exemplos dessas barreiras.

2.3.2 Programa A3P e os desafios da sensibilização e formação de servidores no poder público

Entre os eixos prioritários da Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P, o de Sensibilização e Capacitação destaca-se como referencial de pesquisa deste trabalho.

Conforme o texto do MMA (2009, p. 45):

A sensibilização busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem.

Muitas são as experiências relatadas por autores sobre a necessária implementação de ações e atividades de sensibilização e capacitação de servidores em projetos de educação ambiental em organizações. Nesse aspecto, a A3P também contempla e dá oportunidade, através das diretrizes de sua implantação, introduzir, ampliar e por em prática princípios da educação ambiental também na administração pública.

Autores como Santos, Moura e Fernandes (2012, p. 6) constataram que 90% dos servidores efetivos entrevistados no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT)-Campus Cuiabá, desconhecem as práticas da A3P. E por ser uma instituição de ensino, demonstram que há de ser feitas mobilizações para propor cursos de qualificação nessa área.

As autoras Abbad, Zerbini e Souza (2010, p. 291) trouxeram em seu trabalho intitulado: “Panorama das Pesquisas em Educação a Distância no Brasil” o quanto de investimentos em treinamento, desenvolvimento e educação contínuos de funcionários têm sido um diferencial competitivo para as organizações. Nesse aspecto, a Educação a Distância– EaD é analisada como uma possibilidade viável na construção de mecanismos que favoreçam a aprendizagem significativa e qualificação contínua de trabalhadores, embora ainda necessite de mais pesquisas sobre essa modalidade educativa e, especialmente, na educação a distância corporativa.

Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) analisando os resultados de sua pesquisa, depararam-se com desafios e dificuldades em relação ao eixo sensibilização e

capacitação A3P dos stakeholders ao indagarem: "como sensibilizar colaboradores e usuários da Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) se os gestores, principais responsáveis pela sensibilização, não se sensibilizam".

Os mesmos autores sugerem em seu trabalho alternativas e motivações por parte da gestão em ampliar os conhecimentos para o processo de implantação efetivo da A3P, considerando que o programa encontra-se em estado embrionário na instituição.

Almeida, Silva e Castro (2012) demonstram em sua pesquisa, durante o início da implementação da A3P no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão- IFMA, os desafios das formas de sensibilização e educação de servidores utilizados para diminuir a grande quantidade de resíduos produzidos no Campus Açailândia. Como exemplo, utilizou correio eletrônico, a distribuição de garrafas aos discentes para substituição do uso dos copos descartáveis sempre acompanhados da prática da sensibilização.

Em consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); considerando as concepções e aprimoramento das práticas de sustentabilidade nos espaços de convivência profissional e nas possíveis viabilidades à formação de servidores; as questões centrais que permearam o universo investigativo do estudo de Pieper (2012), ao analisar o processo de capacitação de servidores em Educação Ambiental na instituição pesquisada (Universidade Federal de Pelotas UFPel) transitaram entre o pertencimento dos servidores e suas práticas diárias de sustentabilidade.

O conhecimento das representações que influenciam as atividades-fim da UFPel permitiram, ao longo do referido estudo, avaliar que as representações de sustentabilidade do coletivo estão permeadas do sentido de pertencimento ao meio ambiente institucional onde convivem e desenvolvem relações socioambientais no desempenho de suas funções. Da mesma forma, está presente a vontade de aprimorar conhecimentos para saber como agir corretamente. Desse modo, entendeu-se como fundamental para a consolidação de uma comunidade universitária cidadã, consciente e comprometida na construção da sustentabilidade como um todo, uma dimensão educativa que possibilite o fortalecimento dos laços de interação entre os segmentos que compõem o meio ambiente universitário, começando pelo reconhecimento do potencial dos servidores.

Como contribuição ao trabalho, trazemos o pensamento dos autores, Cabestré et al. (2008, p. 48) sobre a importância da Comunicação Estratégica e sua valiosa utilidade nas organizações:

Desde que a sociedade passou a vivenciar a globalização da economia, os dirigentes das modernas organizações tiveram que investir em processos de comunicação empresarial dar um salto: deixando de ser acionada em situação de emergência para se inserir como um sistema estratégico fundamental para auxiliar a organização a atingir suas metas e também otimizar as relações interpessoais – base essencial do sucesso da empresa.

Os mesmos autores complementam no trabalho que o grande desafio dos dirigentes é transformar funcionários em aliados, sem esquecer que uma estrutura empresarial democrática depende da liberdade de informação e expressão, do incentivo à criatividade e do livre curso das ideias.

Conforme exemplo de resultado positivo em pesquisa sobre a percepção ambiental na Câmara dos Deputados em Brasília-DF, Melo (2007) constatou na análise dos questionários aplicados a servidores de diversas classes e níveis de escolaridade que a maioria tinha uma percepção bem esclarecida em relação a temas como água, energia elétrica, resíduos sólidos e coleta seletiva após a implantação da A3P como sistema de gestão ambiental. E que essa percepção é atribuída ao bom conteúdo de informações e esclarecimentos sobre diversas questões ambientais trabalhadas com eles na instituição. O autor complementa que a manutenção de programas como este só é possível graças ao esforço permanente e adoção de práticas inovadoras.

Como prática inovadora tratada pelo autor citado anteriormente, podemos exemplificar a utilização das novas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação-TDIC em instituições públicas como alternativas de acesso a conhecimentos e aprendizagens significativas de interesse socioambiental.

Baptista (2011) em seu constructo sugere e incentiva os desafios da Educomunicação Ambiental⁸ como proposta de fornecer elementos para uma

⁸ A Educomunicação é uma linha de ação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) que cuida da articulação de ações de comunicação para a Educação Ambiental. Em atendimento à Lei 9795/99, da Política Nacional de Educação Ambiental, esta linha de ação tem como objetivo proporcionar meios interativos e democráticos para que a sociedade possa produzir conteúdos e disseminar conhecimentos, através da

reflexão sobre a mudança de comportamento dos servidores no Plano de Comunicação da Agenda Ambiental na Administração Pública- A3P. Como exemplos de recursos de educomunicação a autora cita: jornal, televisão, rádio, internet e demais mídias.

Dessa forma, percebe-se que a consciência e a real responsabilidade ambiental corporativa devem emergir em caráter de urgência, a fim de que possamos tomar atitudes menos paliativas e mais efetivas, em favor da qualidade de vida da atual e- quem sabe – das futuras gerações. É extremamente importante refletir quanto ao conteúdo, à aplicabilidade e ao quão efetivo estão sendo os resultados propostos pelos programas/atividades ambientais ora promovidos por empresas que dizem educar ambientalmente. (DE ARAÚJO, 2008).

A pesquisa aqui apresentada espera verificar nos seus resultados, entre outros aspectos, a capacidade reflexiva e participativa dos cursistas, sobretudo no momento de expressar opiniões e sugestões viáveis de interesse da A3P, para alcance dos objetivos traçados.

2.3.3 Iniciativas e desafios da divulgação e sensibilização de servidores sobre A3P na Prefeitura da Cidade do Recife.

Apresentamos neste tópico exemplos de iniciativas de divulgação e conscientização de servidores, visitantes e demais colaboradores da PCR sobre a A3P, algumas delas realizadas de forma esporádica:

- A publicação do “*Guia de Práticas A3P*”, desenvolvido pela equipe de Políticas de Sustentabilidade e Mudanças Climáticas da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura do Recife, disponibilizado para consulta no portal da Prefeitura do Recife (<http://www2.recife.pe.gov.br/>) a partir da Aba Secretarias e Órgãos→ Meio Ambiente e Sustentabilidade; e do Ministério do Meio Ambiente (<http://www.mma.gov.br>) a partir da Aba Responsabilidade Socioambiental →A3P→Biblioteca. Além de servir como um manual de educação ambiental, as 27 páginas do Guia de Práticas A3P, lançado em 2012, tem a finalidade de orientar e conscientizar os servidores da prefeitura e o público em geral sobre adoção de uma

nova cultura institucional nas organizações públicas, a partir da inserção de princípios e práticas de sustentabilidade socioambiental no âmbito de sua administração.

- Uso de mural de divulgação sobre notícias, temas e atividades ligadas ao Programa A3P.

- A dinâmica de divulgação, integração e estímulo à participação de servidores de diversos setores da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, na ocasião da construção do Plano de Ações A3P/2014.

- As divulgações da A3P na forma de minipalestras (20min), com auxílio de vídeo institucional do MMA, antes do início dos cursos de qualificação profissional promovidos pela Escola de Governo da Prefeitura da Cidade do Recife;

- Palestras temáticas de sensibilização, orientação e conscientização da A3P para servidores, realizadas nas ocasiões comemorativas do Meio Ambiente e a Semana do Servidor;

- A distribuição de canecas de uso permanente em substituição aos copos descartáveis e caixas coletoras de papelão, com a logomarca A3P, aos servidores e secretarias/órgão da administração com atividades lúdicas e grupos de teatro.

- O lançamento em agosto de 2014 do primeiro curso na modalidade a distância intitulado: “Agenda Ambiental na Administração Pública: conhecendo e aplicando na Prefeitura da Cidade do Recife”. A aplicação desse curso possibilitou ser o objeto desta pesquisa para alcance dos objetivos.

2.4 USO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DIGITAIS (TICD) COMO RECURSO ÀS FORMAÇÕES ORGANIZACIONAIS.

Diante do estudo, constatou-se que desde meados do século XX o mundo vem passando por processos de mudanças consideráveis nos mais variados contextos sociais, econômicos, ambientais e, especialmente, nas organizações corporativas, exigindo transformações no trabalho, inclusive mecanismos mais flexíveis e inovadores de qualificação dos trabalhadores.

Todas essas transformações e influências aconteceram associadas diretamente ao surgimento, difusão e evolução das novas Tecnologias de

Informação e Comunicação Digitais (TICD), as quais passaram a apoiar e contribuir como suporte ao processo produtivo, gerencial e educativo nas organizações, aqui, em especial, na qualificação de servidores da Prefeitura da Cidade do Recife.

Liedke (2013 p.120) em seu trabalho reforça o entendimento do crescente protagonismo das tecnologias digitais de informação e comunicação, em especial dos dispositivos digitais que vieram não só influenciar e modificar a rotina pessoal, social e profissional, facilitando a conexão entre os indivíduos, entre as empresas, bem como entre as empresas e os seus públicos e/ou stakeholders, mas, acima de tudo, permitir a disponibilização da informação a todos àqueles que têm acesso a um desses mecanismos tecnológicos. Por suas características, elas possibilitam uma comunicação autônoma, instantânea e imediata que, independentemente de distâncias geográficas, concede uma aparente aproximação.

A autora cita ainda como exemplo emblemático desse desenvolvimento e das conseqüentes mudanças de hábitos que as TDICs introduziram, o celular e suas diversas utilidades.

As TICDs são recursos tecnológicos microeletrônicos, de informática e de telecomunicações responsáveis pela aquisição, produção, armazenamento, processamento e transmissão de dados na forma de imagens, vídeos, textos ou áudios.

A progressiva expansão da Internet e do surgimento de softwares de fácil utilização capaz de criar e editar páginas para a web, bem como a expansão de serviços de comunicação como o correio eletrônico, fóruns, chats e videoconferência, vieram permitir novas formas de comunicação, sobretudo se esses recursos estiverem presentes numa só ferramenta como alternativa de formação de trabalhadores nas instituições, objeto de análise desta pesquisa com a utilização da ferramenta Moodle.

A Comunidade Europeia define as TICD como: “expressão que engloba o conjunto de tecnologias em conformidade com a sociedade da informação: informática, Internet, multimídia etc., e os sistemas de telecomunicações que permitem sua distribuição” (GARRIDO, 2006, p. 55).

Percebe-se também que esses recursos tecnológicos servem como diversas ferramentas de aprendizagem colaborativa, tanto para a qualificação presencial como a distância, promovendo uma maior adequação de ações

pedagógicas às organizações voltadas para a criação de um ambiente de conhecimento e de aprendizagem contínuo.

Silva e Schneider (2010, p. 2) trazem em seu texto contribuições que reforçam as concepções dos autores citados anteriormente sobre o uso das TDIC no mundo corporativo:

Estas tecnologias têm aplicabilidade em muitos setores da atividade humana, destacando-se neste estudo o da Educação, e sob esta ótica, a interação entre as pessoas propiciada pelas TICD pode e deve, num processo educativo, servir como elemento de ensino/aprendizagem. Assim, as TICD possibilitam informações, processos e/ou relações que se tornam educativas, também, no contexto dos programas de Educação Corporativa, tema que vem sendo atualizado a partir da inserção, avanço e crescimento da utilização e aplicação das tecnologias digitais na nova configuração da organização do trabalho, pautada na gestão do conhecimento.

Os autores acima (SILVA e SCHNEIDER, 2010), contribuem ainda ao afirmar que os avanços tecnológicos das TICD fornecem suporte cada vez mais presente para a implementação de programas de educação corporativa e para o desenvolvimento dos métodos de ensino-aprendizagem nas grandes organizações, dentro de uma perspectiva não apenas de “adestramento” ou adequação ao posto de trabalho, mas uma instância favorável ao desenvolvimento das competências exigidas ao profissional pelas novas relações de trabalho e das tecnologias características da atual “Sociedade do Conhecimento”.

Compreende-se, portanto, com a aplicação do curso a distância, objeto desta pesquisa, que as organizações, sejam elas públicas ou privadas, para continuarem mantendo-se atualizadas e com competência no aprimoramento de suas demandas de mercado e prestação de serviços devem continuar se atualizando através de novas abordagens de formação e qualificação dos seus trabalhadores, investindo cada vez mais em programas de educação corporativa com contextos de ensino-aprendizagem também a distância.

Eboli (2004) complementa o entendimento da importância sobre as novas abordagens de formação organizacional quando afirma que a educação corporativa se consolida cada vez mais como um dos pilares para uma base de gestão empresarial próspera. Afirma ainda que o ideal a ser perseguido pelas organizações é o de formular e viabilizar práticas educativas adequadas e modernas, com o objetivo de qualificar a força de trabalho.

É nessa linha de reflexão que iniciativas como a do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior criou o portal Educação Corporativa, podendo ser acessado em: <http://www.educor.desenvolvimento.gov.br/>.

Esse portal visa à qualificação dos membros internos das organizações e destaca para essa mesma qualificação a Educação a Distância- EaD, mostrando ser grande aliada, ou seja, focada em suprir essas necessidades por meio do ato de viabilizar o compartilhamento do conhecimento entre pessoas, em horários compatíveis com suas atividades diárias, dentre outras (VILELA, 2008).

Segundo Matta (2003 p.6), as organizações têm investido fortemente na construção de seus programas de capacitação e certificação a distância. Esse autor também pondera que a demanda por cursos de EaD concentra-se principalmente em alunos com aspectos parecidos (pode-se citar como exemplo os alunos atuando num mesmo espaço profissional ou em atividades afins), tendo como parâmetro, o ato de se ter como principal motivador o fator de compatibilidade com suas necessidades funcionais.

Compreende-se, após as contribuições dos teóricos citados anteriormente que em contextos organizacionais vem crescendo cada vez mais a preocupação com investimentos tecnológicos baseados no uso do computador, das novas mídias e tecnologias digitais, capazes de fornecer elementos e recursos pedagógicos úteis a aprendizagem e, ao mesmo tempo, favoráveis ao processo interativo e colaborativo na construção de planos de ações e projetos institucionais. Isso se aplica muito bem com a iniciativa proposta da pesquisa em tela.

Os autores abaixo concordam que, apesar dos investimentos cada vez mais frequentes em capacitação ou qualificação de trabalhadores nas organizações, via computadores e pela web, lacunas ainda são observadas nas pesquisas sobre cursos a distância, especialmente relativas às avaliações em EaD: Carvalho (2003), Zerbini (2003), Abbad (2007).

Os educadores a distância, segundo Liedke (2014) precisam estar preparados para, diante das demandas que surgem na era digital, implantar práticas pedagógicas que sejam inovadoras e que façam com que seus pares, tutores e alunos, sintam-se participantes do processo de ensino e aprendizagem. A autora mostra ainda a importância de utilizar as TICD não só como um meio de comunicação e transmissão de informações, mas a favor da aprendizagem, rompendo com os limites de espaço e tempo na construção de novos saberes,

compartilhados, afinal, o conhecimento só é válido se for capaz de provocar mudanças, mesmo nas organizações empresariais.

Após a contextualização teórica revisada anteriormente, foi possível fundamentar e, ao mesmo tempo, compreender a iniciativa de aplicar, experimentalmente, o curso de qualificação a distância para servidores da PCR utilizando-se como recurso das novas TICDs o Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) Moodle.

2.4.1 Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) em educação corporativa.

Com o desenvolvimento e avanço de novos modelos e ferramentas tecnológicas para o processo de ensino e aprendizagem, tem sido cada vez mais frequente a utilização do AVEA em ambientes corporativos/institucionais como alternativa pedagógica de integração, participação e construção de conhecimentos colaborativos a distância.

O Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem conhecido em inglês por: "*teaching and learning environments*" (TLEs), "compreende uma ampla gama de recursos educacionais fundamentados no uso de programas computacionais ("softwares") e no treinamento dos profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizado eletrônico" (PAHL, 2003 apud RODRIGUES et al., 2008).

Como subsídio a esse estudo e justificativa pelo uso de ambiente virtual, temos a contribuição de Rodrigues et al. (2008, p. 72) ao afirmarem que um ambiente virtual de ensino e aprendizagem é considerado eficiente quando é composto por quatro itens fundamentais, a saber:

1. Conteúdo: refere-se à abordagem dos temas de interesse do estudante e à forma de representação do conhecimento no ambiente virtual.
2. Formato: compreende os parâmetros curriculares determinados pelo contexto institucional e os recursos humanos (público-alvo, professores, monitores técnicos entre outros).
3. Infraestrutura: está relacionado aos recursos computacionais empregados, o que inclui os programas ("softwares") e os equipamentos ("hardwares").

4. Pedagogia: corresponde ao planejamento da abordagem didática a partir dos tópicos do conteúdo programático, visando determinar a metodologia de ensino mais adequada para ministrar um determinado curso.

Rodrigues et. al. (2008) afirmam ainda que o AVEA pode passar por constantes mutações, conforme as mudanças ao longo do tempo, relacionadas a qualquer um dos itens citados anteriormente. Desta forma, é previsível que as mudanças tecnológicas também afetem os atributos pedagógicos que caracterizam um ambiente virtual de ensino e aprendizado.

Maciel (2008), em seu trabalho, aborda as possibilidades dos ambientes virtuais de ensino e aprendizagem contribuir na eliminação das distâncias na modalidade Educação a Distância, destacando as mais importantes, também presentes no curso ofertado para servidores da PCR sobre o Programa A3P:

- organização do ambiente;
- interfaces fáceis de manuseio pelos alunos;
- design atrativo;
- recursos para aprendizagem individual e em grupo;
- acesso a fontes bibliográficas;
- comunicação interativa (assíncrona e síncrona);
- existência de espaço para apresentações pessoais, bate papo, bloco de anotações para melhor guiar o/a aluno/a;
- apresentar opções diferenciadas de atividades avaliativas;
- possibilitar condições para que o tutor acompanhe e avalie o/a aluno/a;
- bom suporte técnico para resolução de possíveis problemas.

Como contribuição ao processo formativo a distância nas organizações, temos:

A esse respeito, a Educação a Distância mediada por tecnologias digitais passa a ser uma excelente opção para minimizar a dificuldade das empresas em identificar seus profissionais de hoje e prepará-los para a liderança eficaz de amanhã. Uma das soluções que se apresentou neste cenário de mudanças tão rápidas foi o surgimento do conceito de Educação a Distância (EaD) corporativa, interligando aprendizagem às necessidades estratégicas de negócios. A EaD corporativa é uma ferramenta valiosa para as empresas (re)educarem seus funcionários, reciclando seus conhecimentos numa cultura de aprendizagem continuada voltada para o desenvolvimento pessoal e profissional. A EaD corporativa aparece como um eficiente meio que possibilita direcionar o ensino de forma objetiva, na medida necessária e adequada às exigências das organizações, uma vez que “a atividade de educação nas empresas está se reinventando, deixando de ser um local, um ambiente físico, para tornar-se um processo permanente, composto por um arsenal de soluções voltadas para a aprendizagem (PINTO, 2006, p. 490).

Compreende-se, diante do exposto, que a educação a distância, apoiada em tecnologias de informação e comunicação de conteúdos (aqui, aplicadas, por exemplo, ao uso do AVEA) traz em seu bojo a concepção de estratégia educacional institucional capaz de promover o aprendizado, a atualização e o conhecimento de profissionais sem que haja a necessidade dos mesmos saírem do seu ambiente de trabalho, somando-se a possibilidade também de promover o aprimoramento, a revelação de talentos e competências nos participantes.

Lévy (2001) traz suas considerações ao texto ao afirmar que o foco organizacional, antes direcionado ao mercado, passa agora a estar na pessoa com o intuito de potencializar e valorizar o conhecimento e qualidade dos colaboradores, aprimorando seu conhecimento individual e, conseqüentemente, o empresarial.

Heemann (2013) reconhece ao afirmar que a Educação a Distância (EaD) corporativa surge como uma ferramenta a ser incorporada pela organização, promovendo a capacitação profissional e a manutenção dos conhecimentos, otimizando tempo e recursos no alcance de resultados. O objetivo disso é criar uma cultura organizacional de aprendizado contínuo através de processos de educação continuada, vinculados a programas de aprendizagem, utilizando-se também das tecnologias disponíveis. A EaD corporativa requer, por sua vez, o aprimoramento tecnológico daquele que está envolvido nesse processo de aprendizado. O desconhecimento e a falta de familiaridade com expressões num mundo onde a informática é um poderoso recurso de trabalho, comunicação e formação podem tornar-se uma questão crítica entre a inclusão ou exclusão social e econômica.

De acordo com Fernandes et al. (2010, p. 6), Uma das decisões mais importantes para implantação e sustentação de um projeto de educação a distância numa empresa ou instituição é a escolha do Sistema de Gerenciamento do Aprendizado, também conhecido por Learning Management System (LMS) ou plataforma LMS o qual envolverá gerenciamento administrativo, custos financeiros e recursos humanos. A definição de LMS surgiu para dar nome a um conjunto de ferramentas que integram um sistema responsável pela gestão de cursos e treinamentos à distância, com o objetivo de simplificar a administração em uma organização. Os mesmos autores afirmam que esses sistemas poderão integrar-se a outros já existentes e que algumas questões devem ser levadas em consideração antes de adotar um sistema proprietário ou software livre.

Os ambientes virtuais de ensino e aprendizagem (AVEA) são TDICs concebidas de forma a possibilitar a prática de informações interligadas em rede na qual os sujeitos poderão descobrir diversificadas mídias simultâneas e integradas.

Mercado (1999) destaca bem em seu trabalho algumas das características que incorporam serviços ou ferramentas que, com o passar do tempo, vão melhorando individualmente e de forma paralela o desenvolvimento da internet integrando-os num único espaço virtual. Algumas dessas vantagens são:

- independência geográfica do aluno possibilitando sua participação de forma remota em qualquer lugar do mundo;
- flexibilidade temporal no procedimento de ensino e aprendizagem;
- integração das possibilidades de multimídias da internet e flexibilização na combinação desses meios;
- aprendizagem ativa e autoavaliação on-line por parte dos alunos;
- edição por parte de materiais abertos e facilmente atualizáveis;
- grupos de discussão, entre outros.

O autor acima complementa em seu texto que existem vários ambientes de aprendizagem online, como o Teleduc, e-Proinfo, SOLAR, *Blackboard* e, em especial, o Moodle.

Aqui neste trabalho abordaremos o Moodle, sua origem, funcionalidade pedagógica e recursos interativos de aprendizagem para atendimento a pesquisa apresentada neste construto.

2.4.2 O Moodle como ambiente virtual de ensino e aprendizagem corporativa.

Fernandes et. al. (2010) destacam o AVEA Moodle (*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*) como plataforma virtual de disponibilização gratuita mais adotada em atendimento a demandas educacionais de portes variados. O mesmo oferece no seu *website* oficial vários plugins (funcionalidades separadas) e temas (interfaces) capazes de especificar todos os serviços prestados e garantias de um nível de serviço aceitável para que projetos de curso a distância corporativo, por exemplo, possam obter sucesso.

Legonha, Paes e Fernandes (2006, p. 2-3) trazem para este texto importantes contribuições sobre o Moodle quanto sua origem, funcionalidade e ferramentas interativas que facilitam e proporcionam a interatividade pedagógica entre os envolvidos no processo dialógico ensino-aprendizagem. Os mesmos começam relatando sobre a criação do Moodle pelo pesquisador Martin Dougiamas, graduado em informática e mais tarde também em educação, que, após vários anos ligado à gestão informática do CMS comercial WebCT pela Universidade de Perth (Austrália), desenvolve, em 1999, o software considerado por eles mais prático e eficaz para utilização em ambiente educativo e colaborativo online (Moodle). Afirmam que em sua primeira versão o desenho modular do software já deu condições para a evolução rápida das suas funcionalidades, trazendo uma filosofia *open source*⁹ para sua distribuição e desenvolvimento.

Os mesmos autores, citados no parágrafo anterior, contribuem ainda afirmando que o Moodle tem-se revelado um importante *Learning Management System* (LMS), ou seja, Sistema de Gestão da Aprendizagem devido sua flexibilidade, valor educativo e facilidade de utilização graças à interface simples e amigável, até mesmo para os utilizadores menos experientes. Garantem ainda que o Moodle apresenta funcionalidades com forte componente de participação, comunicação e colaboração entre os diversos participantes. Algumas dessas principais funcionalidades, a maioria delas também presentes no curso a distância objeto desta pesquisa, são:

⁹ Open Source é um movimento que surgiu em 1998 por iniciativa principal de Bruce Perens, mas com o apoio de várias outras pessoas que não estavam totalmente de acordo com os ideais filosóficos ou com outros aspectos do Software Livre, resultando na criação da Open Source Initiative (OSI). Disponível: < <http://www.flisolpa.com.br/> >

- Fórum – ferramenta de discussão ou mesmo de reflexão sobre um determinado conteúdo ou tema postado. Os fóruns podem ser estruturados de diversas maneiras (discussão geral, uma única discussão, sem respostas, etc).
- Trabalho - os trabalhos permitem ao professor classificar e comentar na página Moodle materiais submetidos pelos alunos, ou atividades offline como, por exemplo, apresentações (texto, powerpoint, gráficos/desenhos, etc.). As notas são do conhecimento do próprio aluno e o professor pode exportar os resultados para uma folha em Excel.
- Chat – facilita a comunicação síncrona, através de pequenas mensagens, entre professores e alunos. Pode ser útil como espaço de esclarecimento de dúvidas, mas pode ter outros usos. A sessão de chat pode ser agendada com repetição.
- Referendo - pode ser usado de diversas formas, como registro de opinião ou inscrição numa determinada atividade, sendo dada aos alunos a escolha de uma lista de opções definida pelo professor.
- Diálogo – permite a comunicação privada entre dois participantes da disciplina ou do curso. O professor pode abrir um diálogo com um aluno, o aluno pode abrir um diálogo com o professor, e podem existir diálogos entre dois alunos.
- Glossário - possibilita aos participantes criarem dicionários de termos relacionados com a disciplina ou curso, bases de dados documentais ou de ficheiros, galerias de imagens ou mesmo links que podem ser facilmente pesquisados. Cada entrada permite comentários e avaliação.
- Lição - Consiste num número de páginas ou diapositivos que podem ter questões intercaladas com classificação e em que o prosseguimento do aluno está dependente das suas respostas.
- Teste - o professor pode construir com uma base de dados de perguntas e respostas. Os testes podem ter diferentes formatos de resposta (verdadeiro ou falso, escolha múltipla, resposta curta ou numérica, correspondência, etc.)
- Questionário - permite construir inquéritos com participantes de uma determinada página ou com todos os participantes do Moodle. É possível manter o anonimato dos inquiridos, e os resultados podem ser exportados para Excel.

•Wiki - torna possível a construção de um texto (com elementos multimídia) por vários participantes, ou seja, de forma coletiva onde cada um dá a sua contribuição ou revisão ao texto.

Autores como Da Rosa, compreendem e aprovam a utilização de ambientes virtuais de ensino-aprendizagem, em especial o Moodle, em instituições corporativas como alternativas que se revelam mais favoráveis que desfavoráveis.

É importante salientar as vantagens do ambiente virtual, que são bem maiores que as possíveis desvantagens, uma vez que apontam possibilidades diversificadas de ampliação do universo de ensino-aprendizagem, onde o principal foco é o saber a partir do desenvolvimento individual e singular do próprio indivíduo. O professor, neste contexto, será um guia, um facilitador, onde, através da comunicação interpessoal, servirá como uma ponte entre o acadêmico e o conhecimento. Muito mais do que a aprendizagem de um certo conteúdo, está em questão aqui a proposta de uma nova forma de adquirir informação e transformá-la em conhecimento, através do uso reflexivo das novas tecnologias e de uma nova dinâmica de aprendizagem conectada ao contexto do sujeito (DA ROSA, 2013, p. 2575).

A escolha do Moodle como ferramenta auxiliar de investigação dessa pesquisa se apoia também nas considerações dos autores Nardin, Fruet e Barros (2009, p. 2):

[...] porque viabiliza a associação entre as ações de ensino e aprendizagem e, por ser um software livre, propicia a prática da liberdade. Devido a isso, o Moodle amplia a liberdade dos sujeitos, possibilitando sua execução para variados propósitos: a liberdade de aperfeiçoar, copiar, estudar e modificar o programa através do acesso ao código fonte de forma a colaborar e a beneficiar toda a comunidade. Tal aperfeiçoamento constante potencializa a apropriação do conhecimento científico tecnológico por toda comunidade, ao permitir a prática da liberdade mediante a interação ativa de seus participantes, de forma que professores e estudantes sejam sujeitos autônomos e críticos no processo, na medida em que não se constituem apenas como usuários e consumidores das tecnologias.

2.5 MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA, FORMAÇÃO COLABORATIVA E PARTICIPATIVA EM AMBIENTE VIRTUAL DE ENSINO E APRENDIZAGEM (AVEA).

Dentro das teorias da aprendizagem, as que mais se destacam no processo de ensino-aprendizagem adotado neste trabalho é a Mediacional cuja principal

abordagem é a Sociointeracionista cujo principal teórico representativo é Vygotsky¹⁰ e a Construtivista Motivacionista defendida por Piaget¹¹.

Consoante às autoras colaboradoras Andrade e Vicari (2006, in SILVA, 2006, p. 257-258) elas trazem importantes contribuições a este trabalho ao abordarem que, embora o desenvolvimento da aprendizagem aconteça atrelado ao desenvolvimento do indivíduo, outras influências interacionistas devem ser consideradas nesse processo, tais como a afetividade e a motivação. A afetividade é considerada pelo construtivismo interacionista de Piaget como a energia subjacente à ação, regulando as trocas pelo sujeito e o objeto do conhecimento. Para Piaget, a afetividade exerce profunda influência no desenvolvimento intelectual. Com base nesse pressuposto, entende-se que o ambiente de aprendizagem computacional deverá propiciar algum grau de “afetividade” e motivação ao interagir com o aluno.

Para Vygotsky, no olhar das mesmas autoras, a motivação é a razão da ação. Ela é a principal impulsionadora de interesses, desejos e atitudes particulares dos sujeitos aprendizes. Partindo-se desse princípio, é inaceitável que a motivação nos ambientes de aprendizagem, inclusive virtuais, esteja dissociada da aprendizagem.

Um dos conceitos mais importantes e úteis de Vygotsky (in MARTINS, 2002, p. 60) é o que ele chama de zona de crescimento proximal, que é definida como a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes.

Em sua teoria, Vygotsky defende ainda que mudanças na vida social, cultural, material e mesmo profissional podem produzir mudanças significativas na vida mental do aprendiz. A interação, na verdade, está inserida dentro da motivação que ocorre por intermédio de instrumentos e signos, representados no

¹⁰ Vygotsky Foi o primeiro psicólogo moderno a sugerir os mecanismos pelos quais a cultura torna-se parte da natureza de cada pessoa ao insistir que as funções psicológicas são um produto de atividade cerebral. Atribuía um papel preponderante às relações sociais nesse processo. Disponível: <<http://www.infoescola.com/biografias/vigotski/>>

¹¹ Piaget foi biólogo e criou um campo de investigação que denominou a epistemologia genética, isto é, uma teoria do conhecimento centrada no desenvolvimento natural da criança. Disponível: <<http://revistaescola.abril.com.br/>>

Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem pelas ferramentas de chat, e-mail, fóruns, vídeos-aula e videoconferências, por exemplo.

A mediação pedagógica tratada aqui é reforçada pelos autores Machado e Teruya (2009 p.1730) ao afirmarem que ela é considerada uma ação de intervenção no aprendizado do sujeito, seja ela presencial ou online, e que essa ação de significados e de instrumentos auxiliares serão capazes de conduzir os alunos e professores na prática educativa.

A mediação pedagógica também é tratada por Molon (2008) sob a perspectiva vygotskyana, ou seja, ela não corresponde ao ato em si, não é alguém que se contrapõe a uma ação, mas é ela mesma a própria relação. A mediação acontece, na verdade, por meio de diferentes signos, instrumentos e até pelas formas semióticas. Portanto, não necessita obrigatoriamente da presença física do professor, mas de uma relação social mediatizada. Seria, antes, um processo de significação que permite a interação e a comunicação entre as pessoas e a passagem da totalidade às partes e vice-versa.

O termo “interação social” está intimamente ligado à proposta de Vygotsky, ao passo que a aprendizagem “afetiva/motivacional” está atrelada às ideias de Piaget. Ambos os teóricos somam e se complementam na prática docente e discente contribuindo para a aprendizagem mais significativa, em especial na EaD. Compreende-se, também, que o processo de construção da aprendizagem acontece, de fato, no relacionamento com os pares e na intervenção de agentes motivadores do desenvolvimento mental.

Para Kensky (2003 p.69), o professor em atuação na sala de aula presencial tem o poder da “fala”, ao passo que no espaço virtual essa “fala” é substituída pelo diálogo e colaboração entre os participantes.

De acordo com Palloff e Pratt (2004 p.74), os alunos de curso a distância precisam entender suas responsabilidades na criação de uma comunidade de aprendizagem e a importância de sua interação nesses espaços. Para isso, entende-se que esse processo depende também da significação prévia das atividades avaliativas criadas pelos professores/tutores no início do curso ou durante o desenvolvimento do mesmo.

Os mesmos autores reforçam com a afirmação:

Mostrar aos alunos online qual é sua responsabilidade e quais são as expectativas que se têm deles pode ajudá-los a entender o que é a aprendizagem online antes de continuarem no curso, eliminando assim surpresas. Isso repita-se, só pode aumentar a probabilidade de que os alunos permaneçam no curso até o fim, alocando tempo suficiente e estando prontos para serem responsáveis pela própria aprendizagem. (PALLOFF e PRATT, 2004)

Machado e Teruya (2009, p. 1737) contribuem ainda mais com essa temática, afirmando que a aprendizagem no AVEA pressupõe um elo intermediário entre os conteúdos, as ferramentas tecnológicas de interação e os sujeitos. Afirmam ainda que mesmo levando em consideração a autonomia da aprendizagem dos alunos, eles não são responsáveis pela escolha dos conteúdos do curso, nem nas estratégias de estudo. Na verdade, isso recai sob a responsabilidade do professor. Nesse sentido, os autores explicam que a mediação pedagógica não demanda apenas encaminhar ou orientar os alunos dentro do espaço virtual, nem dizer aos mesmos que eles concluíram ou não uma determinada atividade. Mediar, na verdade, é instigar o aluno, acompanhá-lo em suas dúvidas e, sobretudo, identificar a sua ausência no decorrer do processo.

Aspecto complementar a capacidade de mediação em cursos a distância é a importância do processo de interação entre os principais envolvidos no ensino e na aprendizagem. Saber mediar essa interação é um passo considerável ao sucesso do referido processo. Autores como Moore e Kearsley (2007) tentam explicar esse fenômeno ao afirmar que a interação na EaD deve ser vista como um acontecimento pedagógico e não simplesmente uma mera questão de distância geográfica.

A distância física conduz a um hiato na comunicação, um espaço psicológico de concepções errôneas potencia entre instrutores e alunos, que precisa ser suplantado por técnicas especiais de ensino. A superação da distância se dá por meio de procedimentos diferenciadores na elaboração da instrução e na facilitação da interação (MOORE e KEARSLEY, 2007).

O entendimento sobre aprendizagem colaborativa no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem Moodle é considerado especialmente pertinente neste trabalho por ser necessário ao alcance do objetivo principal a ser investigado. É sob a égide do trabalho colaborativo em cursos a distância que temos a contribuição de Romano (2004, p.75) ao afirmar que o aprendizado colaborativo é

uma estratégia de ensino que encoraja a participação do estudante no processo de aprendizagem e que faz da aprendizagem um processo ativo e efetivo.

No mesmo trabalho do autor citado no parágrafo anterior, tentam-se destacar a controvérsia existente entre vários estudiosos sobre a utilização dos termos “colaboração” e “cooperação”, tentando relacioná-los e defini-los basicamente nos dois termos: a colaboração é uma filosofia da interação e do modo de vida pessoal em que os indivíduos são responsáveis pelas suas ações, incluindo o aprender e respeitando as habilidades e as contribuições de seus colaboradores. A cooperação é uma estrutura de interação projetada para facilitar o desenvolvimento ou realização de um produto ou objetivo específico (ROMANO, 2004, p. 75)

Ribeiro et. al. (2007, p. 10) vêm realçar também os aspectos fundamentais para o sucesso no processo de aprendizagem dos alunos na educação a distância, ou seja, os mesmos precisam ter hábitos diferentes dos alunos presenciais. Para os autores, os alunos devem possuir a cultura da participação, trabalho em grupo, em colaboração e interagir com os outros participantes. Acrescentam ainda que o tutor, mediador da aprendizagem, também tem uma grande responsabilidade na EaD, ele é responsável em configurar o ambiente a ser utilizado, assim como orientar os alunos a usarem adequadamente todos os recursos interativos presentes no espaço virtual.

Dando continuidade ao construto, apresentamos a seguir o capítulo III trazendo os Procedimentos Metodológicos da pesquisa que subsidiaram o alcance dos resultados.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O atual capítulo esboça os procedimentos metodológicos da pesquisa a partir de sua caracterização; abrangência; público alvo e amostragem; forma de coleta e tratamento dos dados; e as principais variáveis para análise.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa é caracterizada, a partir do seu objeto de estudo, delimitado no curso de qualificação a distância para servidores da Prefeitura da Cidade do Recife- PCR, em **pesquisa de natureza aplicada**, baseada em **estudo de caso** de iniciativa piloto. Para justificar a escolha da natureza desta pesquisa com base em estudo de caso, trouxemos as contribuições dos teóricos a seguir:

Silva e Menezes (2005 p. 20) afirmam que a pesquisa aplicada tem por objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.

Vilaça (2010, p. 66) complementa ao afirmar que pesquisa aplicada busca respostas e resoluções para os problemas, formula e testa teorias, produz conhecimentos, caracteriza um contexto ou uma população, mensura fenômenos, identifica probabilidades, observa e descreve comportamentos, explora um aspecto pouco conhecido, determina condições de fenômenos e estabelece classificações.

Segundo Yin (2001, p.4), o estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir tanto estudos de caso único (característica desta pesquisa) quanto de múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de investigações.

Já na posição de Lüdke e André (in Ventura, 2007 p.384) , o estudo de caso visto como estratégia de pesquisa pode ser simples, específico ou complexo e abstrato e deve ser sempre bem delimitado. Pode ser semelhante a outros, mas é

também distinto, pois tem um interesse próprio, único, particular e representa um potencial na educação.

Em relação aos objetivos propostos, a pesquisa se classifica em **descritiva** e, ao mesmo tempo, **exploratória**. A primeira por buscar relatar fatos, interpretar resultados, atribuir significados/características e comportamentos do público alvo (aqui representados pelos cursistas servidores da PCR) a partir da experiência de estudar o material didático elaborado para o curso em Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem e a participação/colaboração dos mesmos nas respostas aos formulários de pesquisa encontrados no próprio ambiente de estudo virtual. É também exploratória por ser uma pesquisa específica, assumindo formato de estudo de caso, sempre em consonância com outras fontes de dados que deram base ao tema abordado, tais como a pesquisa bibliográfica e as respostas dos formulários de investigação pelos cursistas auxiliando a solucionar o problema pesquisado.

Gressler (2004, p. 54) nos trás contribuições ao justificar a escolha da pesquisa descritiva como aquela usada para descrever os fenômenos existentes, situações presentes e eventos, identifica problemas e explica condições, compara e avalia o que os outros estão desenvolvendo em situações e problemas similares, visando esclarecer situações para futuros planos e decisões.

A pesquisa exploratória, na definição de Prodanov e De Freitas (2013 p.52), é aquela que se encontra na fase preliminar e tem por finalidade proporcionar mais informações ao assunto investigado. [...] Assume em geral as formas de pesquisa bibliográfica e estudos de caso, bem como permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos.

Quanto à abordagem do problema da pesquisa em tela, buscou-se considerar, principalmente, a análise **qualitativa** dos dados obtidos, embora tenha utilizado a estatística descritiva (abordagem quantitativa) nos resultados da investigação das principais variáveis definidas.

A estatística descritiva na interpretação de Pertenelli (2012 p.162) é a parte da estatística que procura somente descrever e avaliar um certo grupo sem tirar quaisquer conclusões ou inferências sobre um grupo maior. O autor define ainda como etapas da estatística descritiva: a definição do problema, planejamento, coleta e crítica dos dados, apresentação em tabelas e gráficos e a descrição dos dados obtidos.

Segundo Prodanov e De Freitas (2013 p.70), a pesquisa qualitativa tem o ambiente como fonte direta dos dados e tenta retratar um maior número possível de elementos da realidade estudada, ou seja, no ambiente em que elas se apresentam sem nenhuma manipulação intencional do pesquisador, necessitando, na verdade, de um trabalho mais intensivo de campo.

Portanto, embora esta pesquisa tenha sido tratada predominantemente de forma qualitativa, utilizou-se método estatístico descritivo para a análise dos resultados. Os dados foram agrupados por categorias de variáveis e apresentados na forma de tabelas e gráficos.

As pesquisas qualitativas e quantitativas oferecem perspectivas diferentes, porém não são, necessariamente, polos opostos ou excludentes. De fato, elementos de ambas as abordagens podem ser usados conjuntamente em estudos mistos, para fornecer mais informações do que poderia se obter utilizando um dos métodos isoladamente (MORESE, 2003).

Para melhor entendimento das diferentes características das abordagens qualitativa e quantitativa das pesquisas, apresentamos abaixo um quadro comparativo revelando os principais aspectos e suas respectivas características conforme os autores: Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2005), Godoy (1995) e Lima (2005):

Quadro 7 - Características das abordagens qualitativa e quantitativa das pesquisas

Aspectos	Pesquisa Quantitativa	Pesquisa qualitativa
Inferência	Dedutivo	Indutivo
Objetivo	Comprovação	Interpretação
Finalidade	Teste de teorias, predição, estabelecimento de fatos e teste de hipóteses	Descrição e entendimento de realidades variadas, captura da vida cotidiana e perspectivas humanas.
Realidade investigada	Objetiva	Subjetiva e complexa
Foco	Quantidade	Natureza do objeto
Amostra	Determinada por critério estatístico	Determinada por critérios diversos
Característica da amostra	Grande	Pequena
Característica do	Questões objetivas, aplicações em curto	Questões abertas e flexíveis.

instrumento de coleta de dados	espaço de tempo. Evita-se a interação entrevistador-entrevistado	Explora a interação pesquisador entrevistado.
Procedimentos	Isolamento de variáveis. Anônima aos participantes	Examina todo o contexto, interage com os participantes
Análise dos dados	Estatística e numérica.	Interpretativa e descritiva. Ênfase na análise de conteúdo
Plano de pesquisa	Desenvolvido antes de o estudo ser iniciado. Proposta estruturada e formal.	Evolução de uma idéia com o aprendizado. Proposta flexível.
Resultados	Comprovação de hipóteses. A base para generalização dos resultados é universal e independente do contexto.	Proposições e especulações. Os resultados são situacionais e limitados ao contexto
Confiabilidade e validade	Pode ser determinada, dependendo do tempo e recurso.	Difícil determinação, dada à natureza subjetiva da pesquisa.

Fonte: Adaptado de Godoy,1995; Alves e Gewandsznajder, 2005 e Lima, 2005

3.2 ABRANGÊNCIA DA PESQUISA

No que se refere à abrangência da pesquisa, a mesma foi realizada com servidores das secretarias/órgãos da Prefeitura da Cidade do Recife- PCR relacionados com os objetivos desta proposta:

Meio Ambiente e Sustentabilidade- SMAS;

Infraestrutura e Serviços Urbanos/Empresa de Limpeza Urbana- EMLURB;

Administração e Gestão de Pessoas;

Educação;

Empresa Municipal de Informática- EMPREL e

Escola Municipal de Governo.

O período de aplicação do curso foi de trinta dias (01 a 30 de agosto de 2014), com carga horária de 20h, sendo posteriormente estendido para mais dez dias (até o dia 10 de setembro de 2014).

3.3 PÚBLICO ALVO E AMOSTRAGEM

O público alvo constituiu-se na representação de amostragem intencional de 35 servidores da PCR com perfil e atuação profissional de interesse deste estudo e do Programa A3P, ou seja, gestores setoriais ou colaboradores indicados pelos mesmos exercendo atividades profissionais relacionadas aos seis eixos orientadores da A3P na perspectiva de identificar o perfil, seus olhares/práticas, conhecimentos prévios e capacidade proativa em colaborar com a gestão mais sustentável nos seus espaços de atuação. Buscou-se, portanto, convidar para essa primeira turma servidores lotados nos seguintes postos de trabalho: gestão de recursos materiais e de pessoas; compras, contratações e licitações; educação; comunicação/informação e gestão de resíduos.

Como contribuição à escolha do tipo de amostragem da pesquisa, temos a afirmação dos autores Marconi e Lakatos (2002 p.224) sobre o método de amostragem intencional: é aquela cujo pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção etc.) de determinados elementos da população, mas não representativos dela, ou seja, deliberadamente escolhem-se certos representantes para pertencer à amostra por julgar os mesmos bem representativos da população. Seria, por exemplo, o caso de se desejar saber como pensam os gestores de determinada comunidade organizacional. O pesquisador não se dirige, portanto, à “massa”, isto é, a elementos representativos da população geral, mas àqueles, segundo seu entender, pela função desempenhada, cargo ocupado, prestígio social, exercem as funções de líderes de opinião na comunidade. Pressupõe que estas pessoas, por palavras, atos ou atuações, têm a propriedade de influenciar a opinião dos demais.

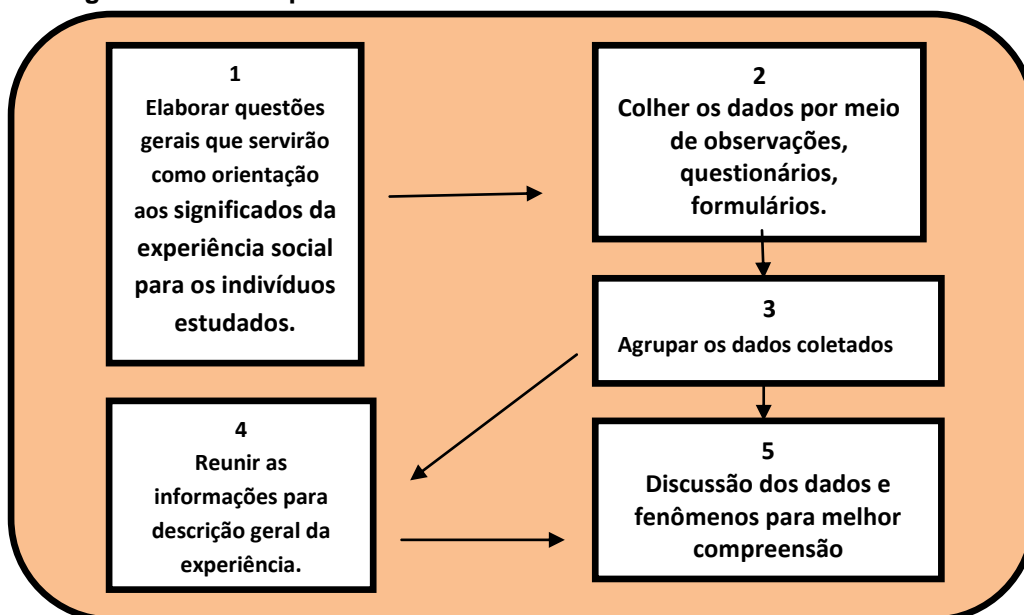
Os servidores foram contatados a partir de iniciativa de divulgação e mobilização apoiada pela Unidade de Gestão de Políticas de Sustentabilidade (UGPS) ligada a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, junto aos respectivos gestores dos citados postos de trabalho, por meio de carta-convite (Apêndice A), e-mails e contatos telefônicos.

3.4 COLETA, TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta dos dados foi obtida a partir do estudo de caso, ou seja, do estudo detalhado da primeira turma do curso a distância *"Agenda Ambiental na Administração Pública: conhecendo e aplicando na Prefeitura da Cidade do Recife"* com auxílio de formulários de pesquisa disponibilizados no ambiente virtual do próprio curso.

A seguir é demonstrada uma sequência de coleta e tratamento de dados viável ao alcance dos objetivos desta pesquisa.

Figura 5 - Passos para a coleta e tratamento dos dados



Fonte: Adaptado de Carvalho e Vergara, 2002

As técnicas de coleta de dados, segundo Teixeira (2003 p.189), predominantemente utilizadas na análise qualitativa, em especial nesse estudo, foram nas perspectivas fenomenológica/interpretativa ou crítica/dialética: observações, uso de formulários, análise bibliográfica e documental. A mesma autora especifica ainda que algumas técnicas, como entrevistas, questionários, formulários, podem ser utilizados para a coleta de dados de forma tanto qualitativa como quantitativa.

Os dados desta pesquisa foram coletados utilizando-se dois tipos de fontes:

1. Primária: levantados através da elaboração/utilização de instrumentos pedagógicos on line de pesquisa:

- a) Formulário de Avaliação Pré Curso, postado no ambiente virtual antes do início do primeiro módulo de estudo (Apêndice B);
- b) Formulário da Atividade Prática: "Construção Participativa da Gestão A3P" (Apêndice C), postado como atividade avaliativa no último módulo do curso (Módulo IV);
- c) Formulário de Avaliação Pós Curso (Apêndice D) presente no ambiente virtual após o estudo do último módulo (Módulo IV).

Esses formulários foram elaborados pela própria pesquisadora, com auxílio do aplicativo Google Drive, serviço de armazenamento e sincronização de arquivos, apresentado pela Google (empresa multinacional de serviços online e software dos Estados Unidos) que permite o armazenamento de dados nas "nuvens".

2. Secundária: levantados a partir de pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica ocorreu através de consultas e referências em livros, teses, dissertações e artigos em periódicos nas áreas de interesse da pesquisa (administração, gestão ambiental e educação). A pesquisa documental ateu-se a legislações e normas de interesse socioambientais e de sustentabilidade das organizações; cartilhas e manuais técnicos sobre A3P.

O tratamento dos dados é a seção do projeto da investigação que se ocupa com a explicação de como se pretende tratar os dados a coletar, inclusive justificando por que referido tratamento é o mais adequado aos propósitos do estudo. Os objetivos da investigação somente são alcançados com a coleta, o tratamento e, posteriormente, com a interpretação dos dados, buscando assegurar com isso a correlação entre objetivos e formas de atingi-los (VERGARA, 1997).

Neste estudo, no que se refere ao tratamento dos dados, foi utilizada a análise predominantemente qualitativa com enfoque estatístico sobre a participação e desempenho dos cursistas, da tutoria virtual e do software Moodle em uma única aplicação do curso a distância de forma a compreender aspectos individuais e coletivos do ensino-aprendizagem, em especial a capacidade

participativa e colaborativa dos alunos no processo de implementação da A3P na Prefeitura da Cidade do Recife.

Não obstante haja peculiaridade em cada forma de tratamento foi possível tratar, ao mesmo tempo, os dados qualitativos com o uso da estatística descritiva para apoiar uma interpretação dita subjetiva.

Após a coleta e tratamento dos dados inicia-se o processo de análise, uma das partes de grande importância em uma pesquisa, pois é nessa fase que os dados obtidos anteriormente serão transformados em informações relevantes. De acordo com Pádua (2004, p. 82) “essa etapa é importante justamente porque através desta atividade há condições de evidenciar-se a criatividade do pesquisador”.

Gil (1999, p. 168) afere que a análise e interpretação, apesar de conceitualmente distintos, aparecem sempre estreitamente relacionados: compreende-se que a análise tem como objetivo organizar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação procura o sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos, em especial as referências teóricas citadas neste texto. A análise interpretativa dos resultados é o processo de formação de sentido além dos dados, e esta formação se dá consolidando, limitando e interpretando o que as pessoas disseram e o que a pesquisadora viu e leu, isto é, o processo de formação de significados.

3.5 PRINCIPAIS VARIÁVEIS

As variáveis da pesquisa estão detalhadas conforme os objetivos específicos apresentados na introdução:

3.5.1 Objetivo específico 1

“Identificar o perfil socioambiental e conhecimentos prévios dos servidores sobre A3P e cursos na modalidade EaD”.

Quanto à avaliação do perfil socioambiental e conhecimentos prévios dos cursistas, procurou-se elaborar o Formulário de Avaliação Pré Curso (Apêndice B) para ser respondido antes de iniciar o primeiro módulo (Módulo I).

Estruturalmente, o Formulário de Avaliação Pré Curso foi elaborado para obter as respostas necessárias ao objetivo específico 1 da pesquisa:

- perfil pessoal e profissional dos (as) cursistas;
- conhecimentos/hábitos prévios sobre ações sustentáveis no local de trabalho;
- conhecimentos prévios sobre cursos a distância; e
- conhecimentos prévios sobre o Programa A3P

3.5.2 Objetivo Específico 2

“Aferir o nível de participação e colaboração dos cursistas ao propor ações de sustentabilidade socioambiental de interesse da A3P para seus espaços profissionais”.

Foi elaborado para análise e avaliação do nível de participação e colaboração dos cursistas o formulário presente no último módulo do curso (Módulo IV) como atividade de aprendizagem prática: “Construindo a Gestão Participativa A3P” (Apêndice C). Nele, são encontradas lacunas relacionadas a cada eixo temático do programa A3P para preenchimento de sugestões de intervenção, minimização ou solução de impactos socioambientais de interesse local. Portanto, os eixos da A3P rememorados abaixo correspondem às variáveis da investigação desse objetivo:

- Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos
- Gestão de Resíduos Sólidos
- Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho
- Sensibilização e Capacitação
- Licitações e Compras Sustentáveis
- Construções Sustentáveis

3.5.3 Objetivo específico 3

“Avaliar o processo ensino-aprendizagem do curso aplicado a distância com auxílio do software Moodle”.

Como processo de avaliação do ensino-aprendizagem a distância e da plataforma Moodle (Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment), foram usadas as seguintes variáveis:

- relação cursista e conteúdo didático;
- relação cursista e ambiente virtual;
- relação cursista com cursista e sua autoavaliação;
- relação cursista e tutora virtual.

A análise das variáveis acima foi possível através da aplicação do Formulário de Avaliação Pós Curso (Apêndice D) respondido pelos cursistas após o término do estudo de todo material didático postado no ambiente.

O Formulário de Avaliação Pós Curso trouxe as seguintes contribuições para respostas das variáveis:

- Identificação das ações de responsabilidade socioambiental no ambiente de trabalho;
- Como o (a) cursista passou a avaliar os processos de implementação da A3P na Prefeitura da Cidade do Recife desde o início de seu lançamento;
- Os conteúdos e a importância do curso para o entendimento do Programa A3P
- A importância da coparticipação dos mesmos no processo de implementação da gestão socioambiental A3P;
- A autoavaliação dos (as) cursistas e do desempenho da tutoria virtual no processo ensino-aprendizagem;
- A avaliação do ambiente virtual Moodle onde o curso foi hospedado.

3.6 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DO CURSO

Todo processo de realização da pesquisa ocorreu no período de fevereiro a setembro de 2014. Abaixo, encontra-se detalhada a sequência de atividades desenvolvidas dentro do período acima mencionado trazendo em destaque, dentro de parênteses, as abreviaturas dos meses correspondentes a cada etapa cumprida:

1 Elaboração e revisão dos conteúdos do curso pela própria pesquisadora com base no Plano de Curso de Qualificação Profissional (Apêndice E) (FEV-JUN);

2 Reunião de decisões estratégicas com representantes dos principais órgãos parceiros da PCR envolvidos no lançamento, instalação, administração e acompanhamento pedagógico do curso virtual: Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade; EMPREL, Secretaria de Educação e Escola Municipal de Governo (MAI);

3 Elaboração dos formulários de investigação pela própria pesquisadora direcionados a responder os objetivos específicos anteriormente apresentados. Esses formulários foram elaborados com o auxílio do aplicativo Google Drive, serviço de armazenamento e sincronização de arquivos do Google que oferece a edição de documentos e muito mais (JUN);

4 Instalação e administração do software Moodle, versão 2.6.2, em computador servidor da Empresa Municipal de Informática- EMPREL (JUL);

5 Hospedagem dos conteúdos do curso no Moodle por profissional técnico administrador do ambiente virtual (parceria com o Centro de Tecnologia da Secretaria de Educação da PCR) (JUL);

6 Mobilização formal e telefônica para convite dos servidores cursistas lotados nas Secretarias/Órgãos de interesse dessa pesquisa (JUN-JUL);

7 Início e conclusão do curso totalmente a distância de 20h, com tutoria virtual executada pela própria pesquisadora, com direito a certificado registrado pela Escola de Governo da Cidade do Recife, no período correspondente a 01/08/2014 a 10/09/2014 (AGO-SET).

A seguir ingressaremos no capítulo 4 deste construto abordando os principais resultados da aplicação do curso a distância, objeto dessa pesquisa, e a análise discursiva detalhada e aprofundada de cada um deles na perspectiva de verificar se o objetivo central proposto nessa investigação foi alcançado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

No presente capítulo, esboçaremos os resultados obtidos com as respostas aos formulários de pesquisa contendo as principais variáveis de interesse deste trabalho relacionadas com os objetivos específicos traçados anteriormente. Ao mesmo tempo, serão feitas as discussões das respectivas evidências obtidas fazendo o alinhamento e interlocução das mesmas com referenciais teóricos citados no texto, pertinentes às questões abordadas.

4.1 RESULTADOS E DISCUSSÃO REFERENTES AO OBJETIVO ESPECÍFICO 1:

“Avaliar o perfil socioambiental e conhecimentos prévios dos servidores sobre A3P e cursos na modalidade EaD”.

Os resultados relacionados ao objetivo específico 1 correspondem aos dados referentes ao Formulário de Avaliação Pré Curso, disponibilizado na primeira seção do ambiente virtual de aprendizagem antes de iniciar os estudos. Dos 35 cursistas inscritos, só 29 responderam esse formulário de pesquisa. Para isso, foi realizada a análise qualitativa descritiva com abordagem estatística (quantitativa) dos resultados, seguida de quadros demonstrativos da síntese das principais evidências obtidas contendo as variáveis relacionadas ao primeiro objetivo específico:

- perfil pessoal e profissional dos (as) cursistas;
- conhecimentos/hábitos prévios sobre ações sustentáveis no local de trabalho;
- conhecimentos prévios sobre cursos a distância; e
- conhecimentos prévios sobre o Programa A3P

4.1.1 Aspectos do perfil pessoal e profissional dos (as) cursistas

Nessa variável da pesquisa foram levados em consideração alguns aspectos de um dos Princípios Universais Globais da Responsabilidade Social nas instituições, citados por Dias (2011, p. 173), ou seja, o princípio que as empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos. Por conseguinte, investigaram-se, nessa primeira turma, possíveis desigualdades de gênero, raça, faixa etária e condições físicas, principalmente entre servidores ocupantes de postos de gestão. Os resultados apresentados foram: a participação do sexo feminino (58,62%) foi mais destacada que a do sexo masculino (41,37%); com relação à faixa etária dos cursistas, observou-se a predominância de participantes entre 41 a mais de 50 anos (68,96%) revelando ser uma turma mais madura nessa primeira edição; o aspecto raça foi também contemplado, em especial cor de pele. As respostas evidenciaram que a cor parda de pele foi a mais citada pelos cursistas com 48,27%; a análise de possíveis evidências de participantes portadores de deficiência física foi igualmente considerada a fim de verificar se há inclusão de servidores com essa característica ocupando cargos de gestão. Nessa primeira turma, esse aspecto não foi revelado; já no quesito escolaridade, o resultado das respostas revelou que 55,17% dos participantes são servidores com pós-graduação; quanto ao estado civil, a predominância dos resultados foi para os casados (as) com 48,27%; com relação ao perfil profissional dos cursistas, a maioria (62,07%) revelou serem servidores públicos efetivos de carreira. Esse resultado acenou favorável à valorização desses profissionais e a possibilidade dos mesmos darem continuidade a implementação da A3P na Prefeitura.

Quadro 8 – Aspectos do Perfil pessoal e profissional dos cursistas

ASPECTO	RESULTADO
Gênero	58,62% dos cursistas participantes foram do sexo feminino
Faixa Etária	A faixa etária predominante dos cursistas (68,96%) foi entre 41 a 50 anos
Escolaridade	O nível de escolaridade mais destacado (55,17%) foi o de pós graduação.
Estado Civil	O estado civil predominante (48,27%) foi o casado (a).
Raça	A cor de pele predominante (48,27%) foi a parda
Portador(a) de deficiência física	Não houve participação de portadores de deficiência física na turma.
Cargo ou função na PCR	A maioria dos(as) participantes interessados(as) no curso (62,07%) foram de servidores públicos efetivos

Fonte: Prado (2015).

4.1.2 Conhecimentos/hábitos prévios sobre ações sustentáveis no local de trabalho

Quanto à percepção prévia dos cursistas sobre hábitos/costumes sustentáveis, 55,17% revelaram não possuir essa compreensão da prática cidadã. Esse resultado revelou que a maioria dos participantes desconhece suficientemente o que sejam ações ou práticas sustentáveis.

Já com relação ao exercício individual consciente e voluntário de práticas sustentáveis nos espaços profissionais 58,62% responderam não contribuir com essas práticas nem tão pouco ter sido estimulados pela administração.

Quadro 9 - Conhecimentos/hábitos prévios sobre ações sustentáveis no local de trabalho

ASPECTO	RESULTADO
Conhecimento prévio sobre ações sustentáveis	A maioria dos participantes (55,17%) não conhecia o suficiente sobre ações sustentáveis
Prática de ações sustentáveis conscientes nos espaços de trabalho	Menos da metade dos cursistas (41,38%) disseram praticar hábitos sustentáveis no local de trabalho

Fonte: Prado (2015).

4.1.3 Conhecimentos prévios sobre cursos a distância

Foi questionado aos cursistas se já tinham experiência com cursos a distância. O resultado revelou que 58,62 já tiveram algum tipo de experiência antes; ao contrário de 41,37 sem nenhuma experiência com essa modalidade.

Quanto a Disponibilidade de Tempo e Local para Fazer Cursos Presenciais na Prefeitura da Cidade do Recife, 68,96% dos cursistas reconheceram estar disponíveis para participar de cursos presenciais, ao contrário dos 31,03% não disponíveis.

Quadro 10 - Conhecimentos prévios sobre cursos a distância

ASPECTO	RESULTADO
Experiência com cursos a distância	A maioria (58,62) já tinha experiência com cursos a distância ou virtuais
Disponibilidade para cursos presenciais	A maioria dos cursistas (68,96%) teria disponibilidade de tempo e local para fazer cursos presenciais.

Fonte: Prado (2015).

4.1.4 Conhecimentos prévios sobre o Programa A3P

Quanto ao nível de conhecimento dos cursistas sobre o Programa A3P 51,72% afirmaram não conhecer o programa de forma suficiente; 37,93% responderam conhecer o programa; 10,34% nunca tiveram conhecimento a respeito. Observou-se com a análise dessa variável que a maioria dos cursistas não tinha conhecimento suficiente sobre o programa A3P revelando a deficiência de divulgação no processo de implementação do referido programa.

No que se refere à participação dos cursistas em eventos da A3P na prefeitura, os resultados sinalizaram que 31,03% não tinham participado de nenhum evento na Prefeitura. Essa análise veio realçar o precário conhecimento e envolvimento dos mesmos com a A3P na PCR.

Quanto à colaboração em processo de implementação da A3P na PCR tivemos a resposta positiva de 51,72% dos cursistas, embora 51,72% tenha informado, contraditoriamente, não conhecer bem o Programa.

Quadro 11- Conhecimentos prévios sobre o Programa A3P

ASPECTO	RESULTADO
Conhecimento prévio sobre A3P	A maioria dos cursistas (51,72%) não tinha conhecimento suficiente sobre o Programa A3P
Convite a participação de evento sobre a A3P na PCR	31,03% declararam nunca ter participado em eventos sobre a A3P na PCR.
Convite a colaborar na implementação da A3P na PCR	51,72% revelaram ter contribuído de alguma forma na implementação do programa.

Fonte: Prado (2015).

A análise preliminar das percepções dos cursistas nessa primeira turma do curso a distância possibilitou verificar a predominância de servidores sem cargo de gestão participando dessa edição; profissionais portadores de deficiência física e de raça negra não ocupantes de cargos de chefia; o pouco ou inexistente conhecimento e comprometimento dos servidores e gestores com ações proativas sustentáveis nos ambientes de trabalho.

Ainda com relação à análise do perfil socioambiental dos discentes foi constatado que os servidores não estão sensibilizados e educados o suficiente para internalizar novos costumes e hábitos sustentáveis nos espaços profissionais

e, por conseguinte, o desconhecimento e o não comprometimento dos mesmos com o Programa A3P e seus benefícios advindos com sua prática.

Muitos dados obtidos sobre o perfil socioambiental dos participantes do curso, identificados através das respostas ao *Formulário Pré Curso* foram contraditórias as ideias, percepções e conceitos subjetivos a cerca da Responsabilidade Social tratada por Ashley et. al.(2000) com a ineficiente aplicação do Vetor 2 da RSA (apoio ao meio ambiente institucional); da Organização Cidadã postulada por Carroll (1999) e Mueller (2003) propondo a convergência da prática da cidadania externa com a interna nas organizações; dos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho citados por Dias (2011) e a carência de um planejamento estratégico organizacional com foco na sustentabilidade defendido por Furtado (2003). A importância da investigação sobre conhecimentos prévios dos cursistas foi destacada por Palloff e Pratt (2004) ao afirmarem que os alunos de curso a distância precisam entender suas responsabilidades e necessária participação na criação de uma comunidade de aprendizagem colaborativa nesses espaços e fora deles. Para isso, entende-se que esse processo depende da significação prévia das experiências dos cursistas e a necessária elaboração de atividade avaliativa, elaborada por professores/tutores, antes de iniciar um curso a distância.

4.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES REFERENTES AO OBJETIVO ESPECÍFICO 2:

“Aferir o nível de participação e colaboração dos cursistas ao propor ações de sustentabilidade socioambiental de interesse da A3P para seus espaços profissionais”.

Os resultados relacionados ao objetivo específico 2 correspondem às respostas ao Formulário de Atividade Prática presente no último módulo do curso (Módulo IV): *“Construindo a Gestão Participativa A3P”*. Dos 35 cursistas inscritos, só 21 participaram dessa atividade. Para isso, foram utilizados gráficos demonstrativos estatísticos dos resultados referentes às principais contribuições aos seis eixos temáticos da A3P:

- Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos

- Gestão de Resíduos Sólidos
- Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho
- Sensibilização e Capacitação
- Licitações e Compras Sustentáveis
- Construções Sustentáveis

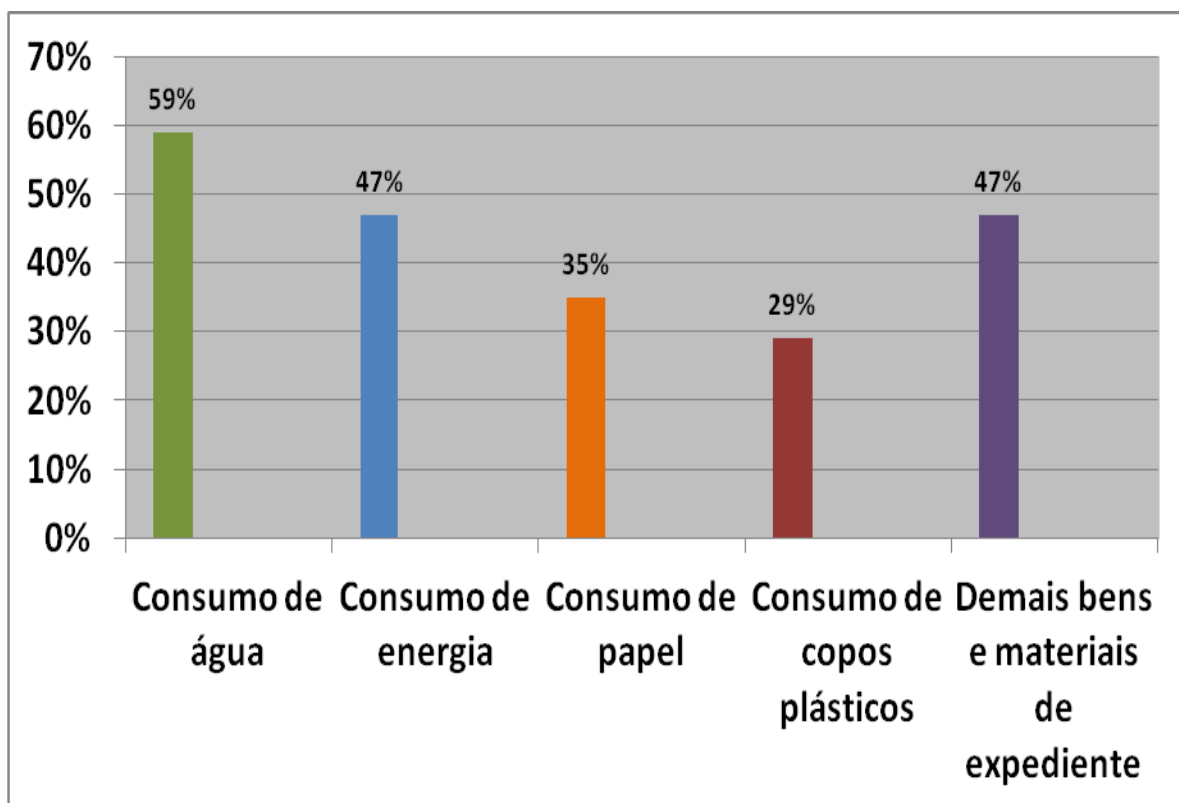
Em seguida, fez-se a análise descritiva e qualitativa de cada um, de forma a corroborar e direcionar futuros planejamentos, execuções e monitoramentos de planos de ação e projetos de implementação desse programa na PCR.

A atividade prática de construção individual favoreceu, satisfatoriamente, à análise dos dados adquiridos, conforme destacam os gráficos a seguir, no sentido de perceber o nível de internalização dos conhecimentos apreendidos e a capacidade colaborativa dos cursistas promovendo, não só o eixo Sensibilização e Capacitação da A3P, mas o modelo de gestão sustentável A3P mais participativo.

4.2.1 Contribuições ao Eixo 1: Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos

Nesse eixo temático da A3P, identificamos que os cursistas sugeriram ações diversificadas de sustentabilidade nos espaços profissionais direcionadas ao consumo consciente de água, consumo consciente de energia, consumo consciente de papel, de copos plásticos e demais bens materiais de expediente. O maior destaque foram as sugestões voltadas ao consumo racional de água (59%) nos locais de trabalho com os seguintes exemplos de ações: uso de torneiras temporizadoras, manutenção das instalações hidráulicas, reutilização de água como, por exemplo, a de ar condicionado. Essas sugestões foram seguidas em mesma proporção ao consumo de energia elétrica (47%) e uso racional de bens e materiais de expediente (47%) revelando maior sensibilidade no uso consciente dos bens naturais (água e energia elétrica) e adquiridos (materiais de expediente) na administração pública.

Gráfico 1 – Contribuições ao Eixo Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos



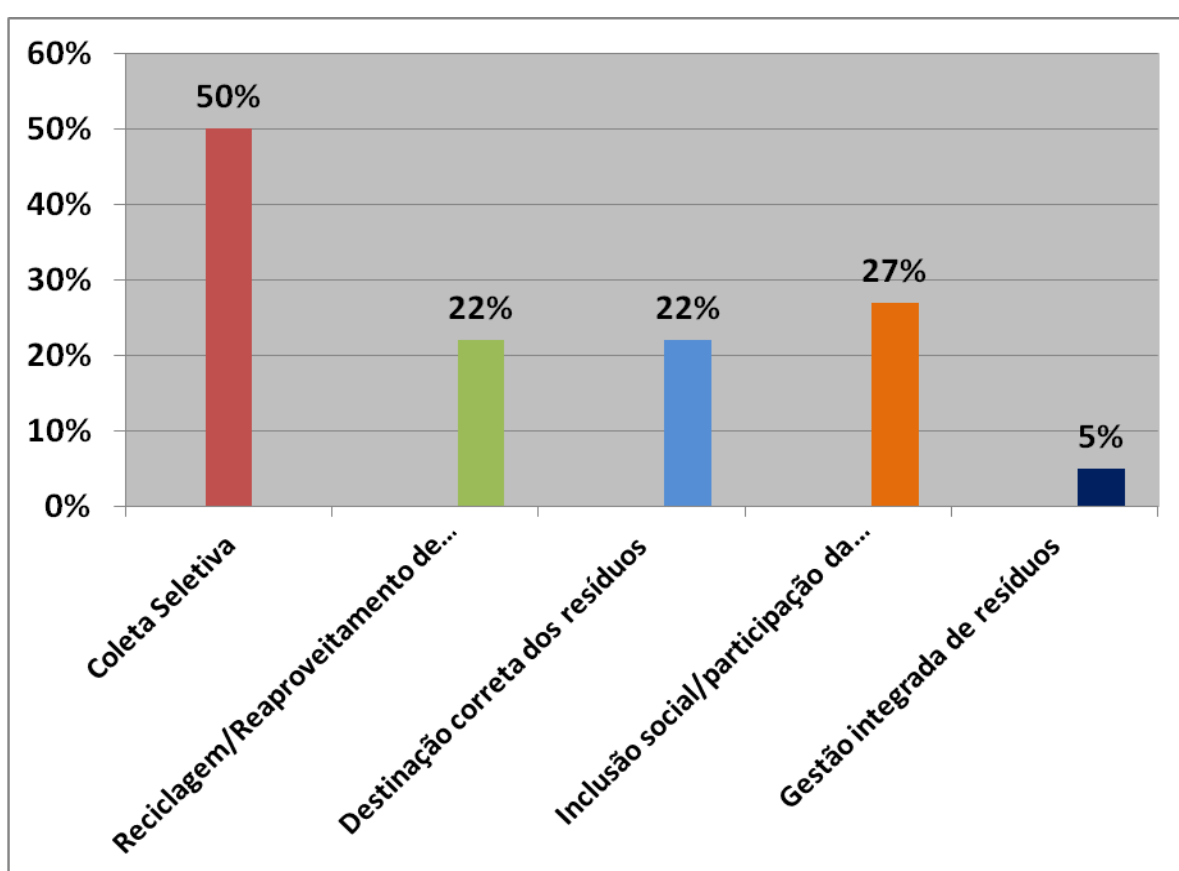
Fonte: Prado (2015).

4.2.2 Contribuições ao eixo 2: Gestão de Resíduos Sólidos

Nesse eixo foram dadas importantes contribuições voltadas à gestão adequada de resíduos sólidos nos espaços de trabalho. Cada cursista citou sugestões diversificadas e de cunho subjetivo, direcionadas aos principais aspectos da gestão de resíduos, em destaque no gráfico 2 (coleta seletiva; reciclagem/reaproveitamento de resíduos; destinação correta dos resíduos; Inclusão social/participação da sociedade civil; gestão integrada de resíduos). Verificou-se que a implantação e monitoramento da coleta seletiva, desde o local

de origem de sua produção, foram as sugestões mais citadas (50%), seguida da necessária inclusão e participação de grupos sociais na cadeia de destinação dos mesmos (27%). Percebe-se através do resultado das contribuições desse eixo uma consciência maior no processo de separação e coleta inicial dos resíduos, bem como o maior controle, participação e colaboração de grupos e associações de catadores na gestão dos resíduos da Prefeitura da Cidade do Recife- PCR.

Gráfico 2 – Contribuições ao Eixo Gestão de Resíduos Sólidos



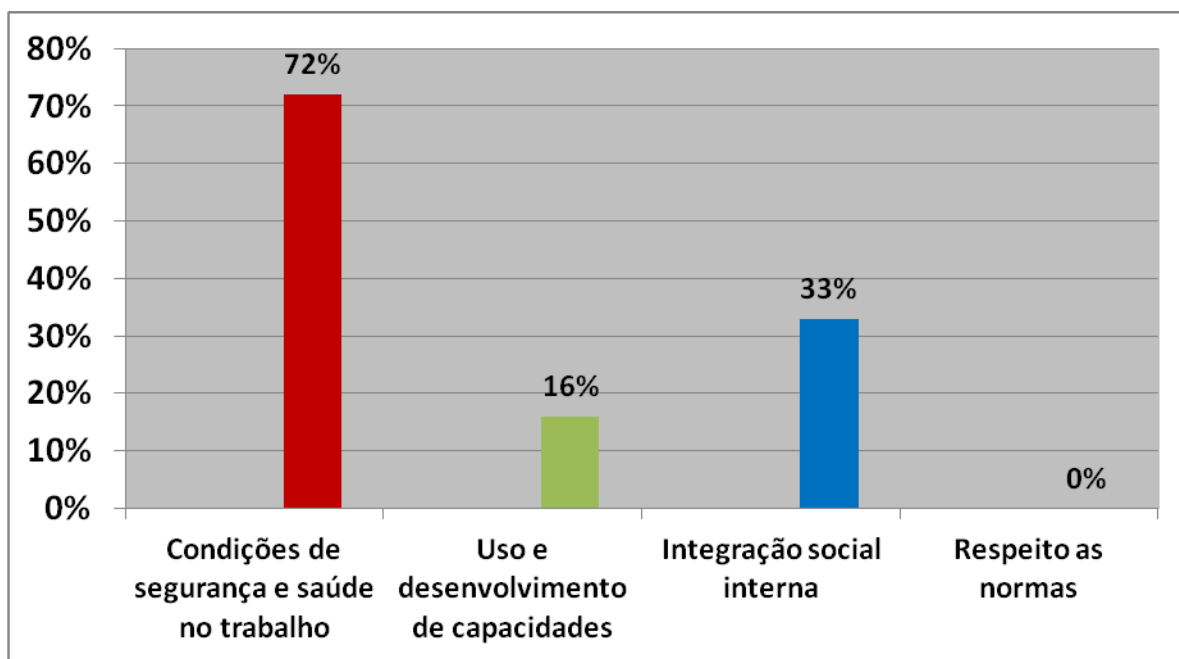
Fonte: Prado (2015).

4.2.3 Contribuições ao eixo 3 : Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

Entre as sugestões voltadas ao eixo Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho os participantes deram preferência, principalmente, as melhores condições de segurança, bem estar e saúde nos ambientes profissionais (72%). Esses aspectos mais destacados foram seguidos da necessidade de maior

integração social, profissional e envolvimento dos servidores nas decisões institucionais sobre o programa A3P (33%). O resultado apresentado pode favorecer ações e projetos futuros desse programa de Responsabilidade Socioambiental direcionadas às maiores necessidades destacadas.

Gráfico 3 – Contribuições ao Eixo Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

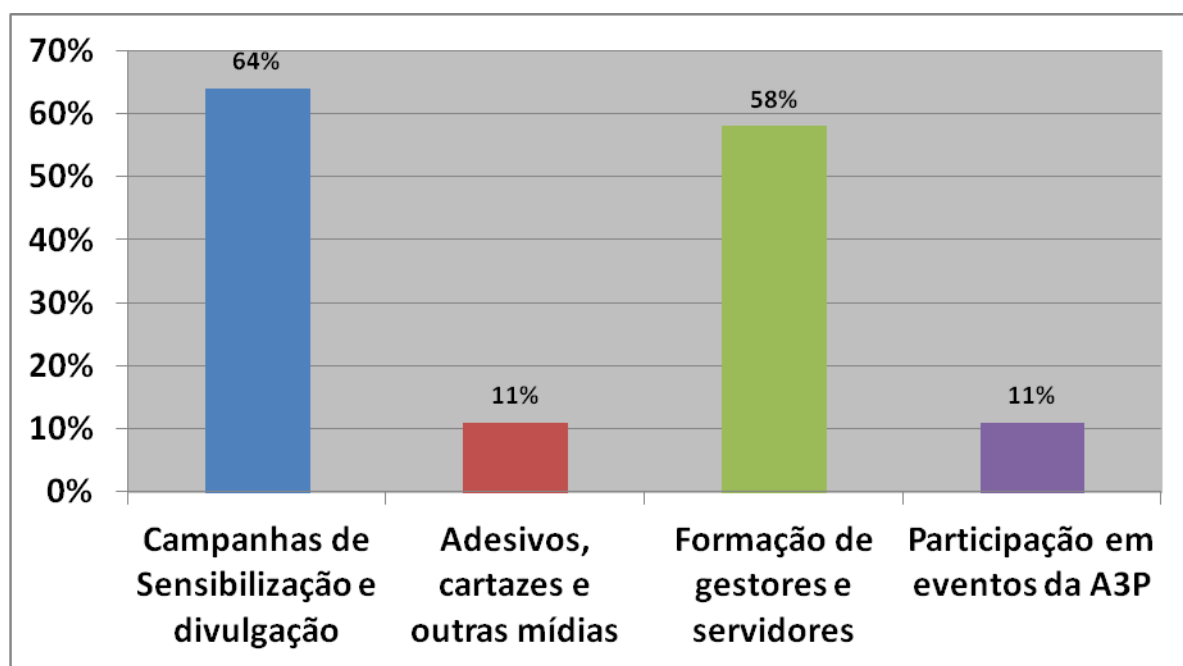


Fonte: Prado (2015).

4.2.4 Contribuições ao eixo 4 : Sensibilização e Capacitação

As contribuições ao eixo 4 revelaram maior necessidade dos servidores em promover campanhas e atividades diversas de divulgação e sensibilização do Programa A3P (64%), seguidas de estratégias metodológicas de formação de gestores e servidores (58%). Esse resultado veio reforçar e consolidar a real carência existente de iniciativas eficientes em projetos de divulgação e formação em A3P na Prefeitura da Cidade do Recife- PCR.

Gráfico 4 – Contribuições ao Eixo Sensibilização e Capacitação

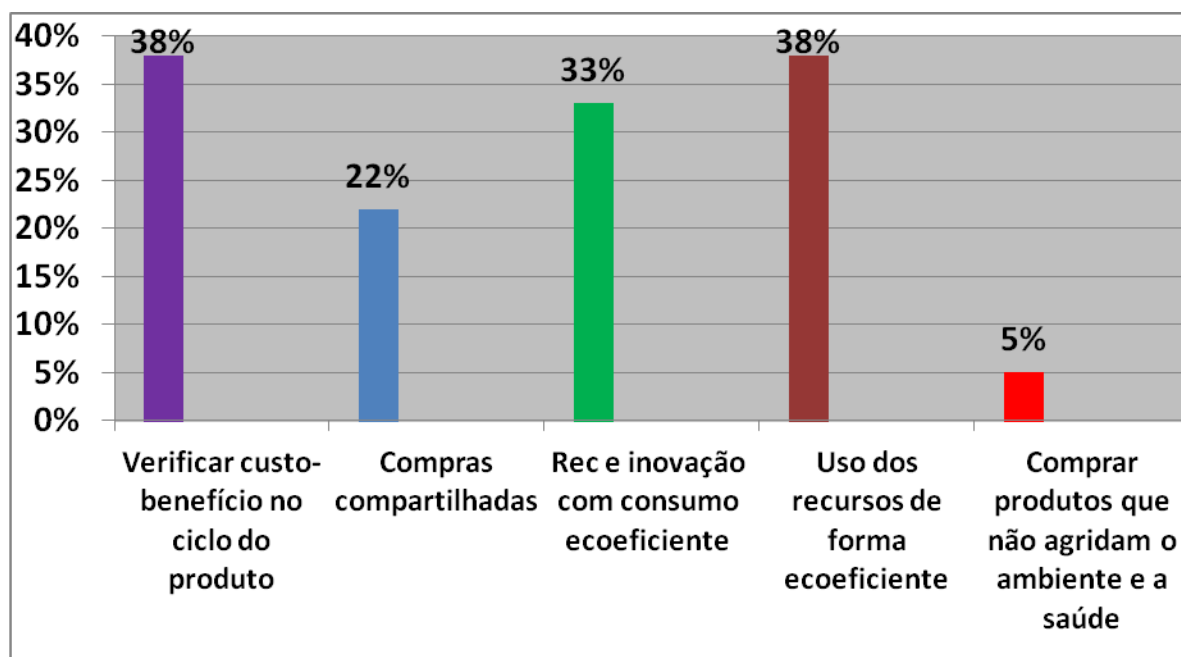


Fonte: Prado (2015).

4.2.5 Contribuições ao eixo 5 : Licitações e Compras Sustentáveis

Nesse eixo, as maiores contribuições ao programa A3P foram, em igual proporção, o uso ecoeficiente dos recursos e bens materiais já existentes (38%) como forma de evitar compras desnecessárias, assim como o hábito de adquirir bens, produtos e serviços (38%) respeitando o ciclo de produção e o custo-benefício na aquisição dos mesmos. Compreende-se que para conquistar grandes êxitos nesse programa de responsabilidade socioambiental deve-se praticar, contínua e eficientemente, o “R” de **Repensar** antes de comprar desnecessariamente e o “R” de **Rejeitar** produtos e serviços ambientalmente incorretos.

Gráfico 5 – Contribuições ao Eixo Licitações e Compras Sustentáveis



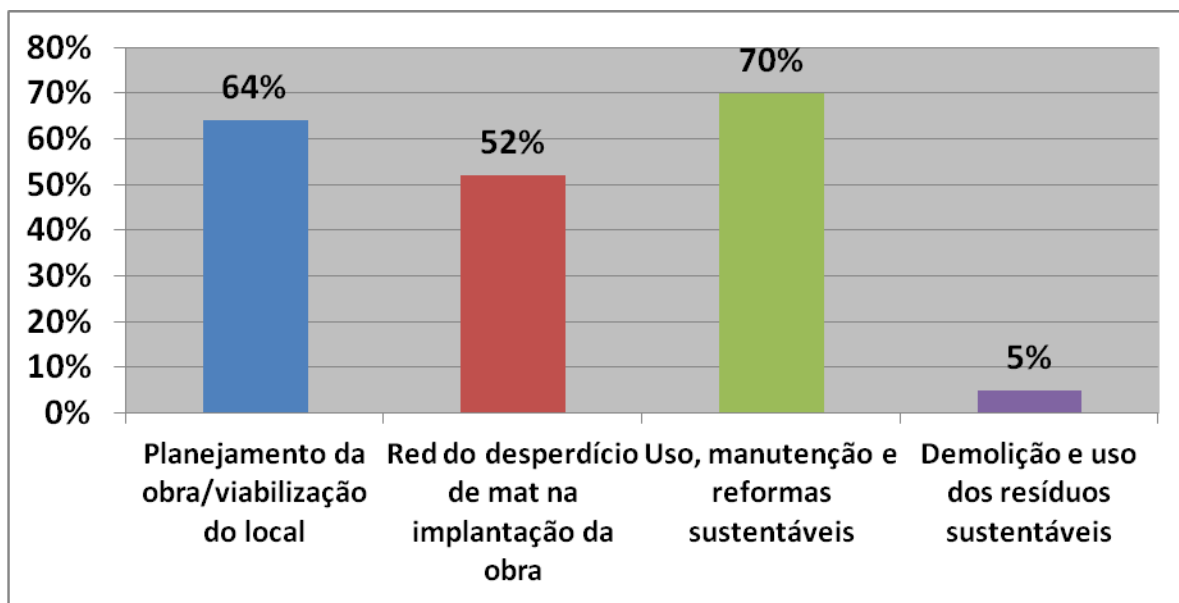
Fonte: Prado (2015).

4.2.6 Contribuições ao eixo 6 : Construções Sustentáveis

As contribuições desse eixo sinalizaram a maior preocupação dos cursistas com o estado atual das edificações já construídas (70%). Sugeriram reformas e manutenções dos prédios na perspectiva da sustentabilidade, ou seja, introduzindo rampas de acessibilidade, modificação das janelas para janelões de vidro temperado e correções no sentido de aproveitar mais a energia solar e ventilação natural; instalação de equipamentos para economia de água, tais como descargas e torneiras temporizadoras; secadores de mãos nos banheiros em substituição ao uso de papéis; sensores de presença e lâmpadas LED para economia de energia; sistema de captação de água das chuvas e instalação de placas fotovoltaicas. Essa preocupação com as edificações já construídas foram seguidas à necessidade de planejamento consciente das futuras obras e edificações (64%) pela prefeitura tendo como principal foco a sustentabilidade de todas as etapas do projeto de construção: planejamento, licitação, contratação e execução dos serviços,

economia de materiais, descarte dos resíduos provenientes das obras e manutenção permanente das estruturas.

Gráfico 6 – Contribuições ao Eixo Construções Sustentáveis



Fonte: Prado (2015).

Os resultados descritivos do objetivo específico 02 demonstraram que as principais contribuições aos 06 eixos temáticos da A3P foram:

- Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos;
Ações diversificadas de sustentabilidade nos espaços profissionais envolvendo, em destaque, a utilização e consumo racional de água;
- Gestão de Resíduos Sólidos;
A implantação e monitoramento da coleta seletiva, desde o local de origem de sua produção e a necessária inclusão e participação de grupos sociais na cadeia de destinação dos mesmos;
- Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho;
Deram preferência às melhores condições de segurança, bem estar e saúde dos servidores nos espaços profissionais;
- Sensibilização e Capacitação;

As maiores necessidade dos servidores foram: a de promover campanhas e atividades de divulgação e sensibilização do programa A3P, seguida de estratégias metodológicas de formação de gestores e servidores

- Licitações e Compras Sustentáveis;

O uso ecoeficiente dos recursos e bens materiais já existentes como forma de evitar compras desnecessárias, assim como o hábito de adquirir bens, produtos e serviços respeitando o ciclo de produção e o custo-benefício na aquisição dos mesmos;

- Construções Sustentáveis

As contribuições deste eixo sinalizaram a maior preocupação dos cursistas com o estado atual das edificações já construídas. Sugeriram também o planejamento de reformas e manutenções dos prédios na perspectiva da sustentabilidade.

Esse exercício individual da prática cidadã colaborativa no ambiente virtual de aprendizagem, efetuado pelos cursistas durante o preenchimento do formulário de pesquisa *Construindo a Gestão Participativa A3P* foi considerado satisfatório devido ao seu teor construtivista, estimulante e criativo de propor sugestões e ideias possíveis de serem executadas. As mesmas poderão ser incluídas em futuros projetos e ações de sustentabilidade institucional, ou seja, não só nos Planos de Ação da Coordenação Geral da A3P na PCR, mas aplicadas de forma específica e contextualizadas nas diversas realidades locais das secretarias/órgãos da prefeitura onde os cursistas encontram-se lotados.

Essa experiência veio reforçar a citação de Melo (2007) sobre a percepção do sentimento de pertencimento socioambiental dos cursistas quando foram provocados a colaborar com a gestão A3P; a motivação observada pelos alunos realçada na contribuição de Andrade e Vicari (2006) ao declararem que a motivação é a razão da ação e a principal impulsionadora de interesses, desejos e atitudes particulares dos sujeitos aprendizes; a estratégia de ensino em encorajar os cursistas a participarem como agentes colaboradores no processo de implementação da A3P responde ao que Romano (2004) e Ribeiro et. al.(2007) compreendem sobre aprendizado colaborativo, ou seja, é uma estratégia de ensino que encoraja a participação do estudante no processo de aprendizagem e que faz dessa aprendizagem um processo ativo e efetivo, assim como o estímulo a cultura da participação e colaboração dos cursistas da educação a distância.

4.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES REFERENTES AO OBJETIVO ESPECÍFICO 3:

“Avaliar o processo ensino-aprendizagem do curso aplicado a distância com auxílio do software Moodle”.

Os resultados correspondentes ao objetivo específico 3 foram obtidos com a resposta individual ao *Formulário de Avaliação Pós Curso*, disponibilizado no ambiente virtual Moodle, logo após o último módulo de aprendizagem (Módulo IV). Dos 35 cursistas inscritos, só 21 responderam esse formulário. Para isso, foi realizada a análise qualitativa descritiva com abordagem estatística (quantitativa) dos resultados, seguida de quadros demonstrativos da síntese das principais evidências obtidas contendo as variáveis relacionadas ao terceiro objetivo específico:

- relação cursista e conteúdo didático;
- relação cursista e ambiente virtual;
- relação cursista com cursista e sua autoavaliação;
- relação cursista e tutora virtual.

4.3.1 Aspectos da aprendizagem relacionados à variável: Relação Cursista e Conteúdo Didático.

O aspecto sobre a importância dos conteúdos do curso na aprendizagem da A3P o resultado revelou que houve total (100%) aprovação dos cursistas aos conteúdos estudados;

Quanto à avaliação do Programa A3P na PCR, após o estudo dos conteúdos do curso, 52,38% responderam insatisfeitos com o programa. Esse resultado possivelmente está relacionado à deficiência em divulgação e formação mais frequentes e satisfatórias;

Sobre a avaliação da comissão A3P na instituição após o estudo do curso, o resultado de 42,86% insatisfeitos foi representado pela maioria dos cursistas;

Nessa variável foram considerados os principais aspectos relacionados aos conteúdos de aprendizagem sobre o Programa A3P e o alcance dos principais

objetivos propostos dessa pesquisa, na perspectiva de avaliar o nível de compreensão, esclarecimento e participação dos cursistas.

Quadro 12 – Resultado da Relação Cursista e Conteúdo Didático

ASPECTO	RESULTADO
Importância dos conteúdos do curso na aprendizagem da A3P	Houve 100% de aprovação dos cursistas aos conteúdos do curso
Avaliação da A3P na PCR após o estudo dos conteúdos	52,38% responderam insatisfeitos
Avaliação da comissão A3P na instituição após o estudo dos conteúdos	42,86% responderam insatisfeitos

Fonte: Prado (2015).

4.3.2 Aspectos da aprendizagem relacionados à variável: Relação Cursista e Ambiente Virtual.

Quanto à avaliação do ambiente virtual de ensino e aprendizagem Moodle, a ferramenta foi avaliada 80,95% ser de fácil acesso.

Quanto à avaliação dos cursistas sobre a experiência de estudar a distância na Prefeitura da Cidade do Recife 85,71% sugeriram ampliar a oferta de cursos nessa modalidade; 80,95% sugeriram conciliar com atividades presenciais; 38,09% sugeriram a introdução de novas mídias; 23,81% sugeriram a expansão da carga

horária; 14,28% sugeriram melhorar a forma de acesso e permanência no ambiente virtual.

Embora tenha se destacado a ampliação na oferta de cursos a distância e a conciliação do estudo a distância com atividades presenciais, as respostas relacionadas a essa variável avaliou o ambiente virtual Moodle como ferramenta pedagógica favorável ao acesso, permanência e interatividade durante a aprendizagem dos conteúdos propostos.

Quadro 13 – Resultado da Relação Cursista e Ambiente Virtual

ASPECTO	RESULTADO
Avaliação do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem Moodle	80,95% responderam que o Moodle é ferramenta de aprendizagem de fácil acessibilidade.
Avaliação dos cursistas sobre a experiência de estudar a distância pela PCR	Destacou-se a ampliação na oferta de cursos a distância na PCR com 85,71%

Fonte: Prado (2015).

4.3.3 Aspectos da aprendizagem com a variável: Relação Cursista com Cursista e sua Autoavaliação.

Quanto a Interação entre os cursistas no ambiente virtual 80,95% responderam não ter havido interação satisfatória. Foi verificada, portanto, a

carência de maior interatividade dos cursistas no ambiente virtual, em especial no fórum e chat.

Sobre a autoavaliação dos cursistas no processo de aprendizagem no ambiente virtual, 66,66 afirmaram ter ficado motivados e disciplinados em estudar a distância.

Quanto à capacidade protagonista/colaborativa dos cursistas em participar do Programa A3P propondo ações sustentáveis para seus espaços profissionais tivemos como resultado 85% propondo o uso de copos permanentes em substituição aos copos descartáveis seguido de 76% o uso racional de papel e 71% a prática da coleta seletiva.

Nesse aspecto da variável foram destacados o uso de copos permanentes, o uso de papel reciclado e a prática da coleta seletiva como principais referenciais de práticas sustentáveis nos espaços profissionais.

Quadro 14 – Relação cursista com cursista e sua autoavaliação

ASPECTO	RESULTADO
Quanto a Interação entre os cursistas no ambiente virtual	80,95% responderam não ter havido interação satisfatória
Quanto à autoavaliação dos cursistas no processo de aprendizagem no ambiente virtual	66,66 afirmaram sentir-se motivados com o curso
Quanto à capacidade colaborativa dos cursistas em participar do Programa A3P propondo ações sustentáveis para seus espaços profissionais	85% propuseram o uso de copos permanentes ; 76% o uso racional de papel; e 71% a prática da coleta seletiva

Fonte: Prado (2015).

4.3.4 Aspecto da aprendizagem com a variável: Relação Cursista e Tutora Virtual.

No aspecto da interação cursista e tutora virtual, o que mais se destacou foi a afirmação dos cursistas se sentirem estimulados pela tutora a fazer o curso (66,66%). A análise completa desse aspecto mostrou que a tutora virtual estimulou à participação e o cumprimento das respostas em tempo hábil dos cursistas, embora tenha percebido que a cultura de estudar presencialmente continuasse privilegiada por alguns cursistas.

Quanto ao aspecto da avaliação da tutora sobre o desempenho da aprendizagem dos cursistas no ambiente virtual, o resultado revelou que o índice de aprovação foi de 60%, ou seja, dos 35 inscritos, 21 participaram de forma satisfatória nas atividades avaliativas propostas no ambiente virtual.

Quadro 15 - Relação cursista e tutora virtual

ASPECTO	RESULTADO
Interação cursista e tutora virtual	52,38% afirmaram satisfeitos com as respostas virtuais no prazo de 24h
Avaliação da tutora sobre o desempenho da aprendizagem dos cursistas no ambiente virtual	O índice de aprovação foi de 60% dos cursistas

Fonte: Prado (2015).

Os resultados descritivos do objetivo específico 03 avaliaram os principais aspectos relacionados ao processo ensino-aprendizagem durante a aplicação do curso a distância, tais como:

A aprovação unânime dos conteúdos do curso (100%) favorecendo a aprendizagem significativa; o favorável índice de conclusão dos cursistas (60%); a capacidade avaliativa dos participantes, após o curso, sobre o atual processo de implementação do Programa A3P, de sua comissão gestora na PCR, dos costumes e hábitos praticados cotidianamente nos espaços profissionais, inclusive se são considerados sustentáveis ou não.

Esses aspectos vieram realçar o pensamento de Rodrigues et. al. (2008) e Mercado (1999) ao afirmarem que o sucesso do estudo a distância acontece, de fato, quando há aprendizagem ativa, significativa e capaz de colaborar na formação ética de agentes autoavaliadores e avaliadores da realidade local.

A experiência de estudar a distância foi considerada positiva nos resultados obtidos, assim como a facilidade de acesso e permanência no ambiente virtual Moodle possibilitando reduzir as distâncias com o estímulo motivacional a interatividade, fato já previsto por Rodrigues et. al. (2008) e Maciel (2008).

Nas respostas ao formulário de pesquisa pós-curso, chegou-se até haver solicitações de expansão da oferta deste e de outros cursos a distância na PCR. Essa iniciativa caracterizou maior consciência à necessidade de investir em cursos a distância na instituição, bem como tornar essa modalidade ferramenta valiosa a (re) educação numa cultura de aprendizagem continuada de servidores, conforme afirma Pinto (2006); a ampliação da carga horária e, até mesmo, a introdução de multimídias diversificadas e atividades presenciais como recursos pedagógicos combinados e estimuladores à integração, motivação e complementação de aprendizagens expressivas foi sugerido por Mercado (1999) em seu trabalho.

No que se refere aos aspectos interacionistas e colaborativistas durante o processo de ensino-aprendizagem do curso no Moodle percebeu-se que os cursistas se sentiram, em sua maioria, bastante motivados e disciplinados, embora tenham percebido pouca interação entre seus pares nos fóruns e chats. A motivação é uma das características consideradas “*Sine Qua Non*” ao sucesso da aprendizagem a distância e esse aspecto é previsto por Vicari (apud SILVA 2006) e Martins (2002) no referencial teórico deste trabalho.

O relacionamento virtual com a tutora e autora desta pesquisa caracterizou-se como sendo também satisfatório, tendo destacado, em especial, os quesitos estímulo à participação, colaboração e o cumprimento das respostas aos cursistas em tempo hábil. Esses resultados vieram realçar as contribuições dos autores Machado e Teruya (2009); Molon (2008); Kensky (2003); Moore e Kearsley (2007) ao afirmarem que, mesmo levando em consideração a autonomia da aprendizagem dos alunos, eles não são responsáveis pela escolha dos conteúdos do curso, das estratégias de estudo, da escolha do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem-AVEA e o estímulo à participação dos mesmos no ambiente de estudo. Na verdade, isso recai sob a responsabilidade do tutor/professor. Nesse sentido, os mesmos autores explicam que a mediação pedagógica do tutor/professor virtual não demanda apenas encaminhar ou orientar os alunos dentro do espaço de aprendizagem virtual, nem dizer aos mesmos que eles concluíram ou não uma determinada atividade. Mediar, na verdade, é instigar o aluno, acompanhá-lo em suas dúvidas e, sobretudo, identificar a sua ausência no decorrer do processo educativo.

4.4 PRODUTO DA PESQUISA

O produto da pesquisa foi o curso de qualificação profissional intitulado: *“Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P: Conhecendo e Aplicando na Prefeitura da Cidade do Recife”*, com carga horária de 20h, ofertado na modalidade a distância, hospedado no software Moodle, versão 2.6.2, considerado um dos Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem mais versátil, intuitivo, utilitário, de fácil instalação e utilização.

Foi elaborado com a intenção de constituir-se ferramenta importante para o processo de sensibilização, ampliação de conhecimentos e formação de servidores sobre a Agenda Socioambiental A3P em implementação na Prefeitura do Recife.

Tem a proposta de qualificar agentes colaboradores, mesmo aqueles já conhecedores desse modelo de gestão, para a adoção de práticas cotidianas pautadas no uso racional, produção, aquisição de recursos e contratação de serviços e obras sustentáveis, na redução de gastos públicos e na melhoria da qualidade de vida, requisitos fundamentais da A3P.

Nele, estão disponibilizados quatro módulos contendo conhecimentos e informações básicas necessárias ao entendimento, às iniciativas proativas, colaborativas e participativas da gestão A3P.

A sua idealização, estrutura e mediação pedagógica no ambiente virtual Moodle foram de responsabilidade da própria autora e estão previstas no Plano de Curso de Qualificação Profissional, disponibilizado na sessão de apêndices deste construto (Apêndice E).

Os módulos de aprendizagem do curso são:

Módulo I. A Questão Ambiental: Conhecimentos Básicos Preliminares;

Módulo II. Programa A3P;

Módulo III. Implantação do Programa A3P;

Módulo IV. Construindo a Gestão Participativa A3P

Essa proposta tem a intenção, através da sua base teórica e prática, sensibilizar, educar e ampliar esse novo olhar de gestão mais consciente, participativa e sustentável nos diversos órgãos da administração direta e indireta da Prefeitura da Cidade do Recife, contribuindo para que haja a expansão e consolidação da gestão A3P nesses espaços.

Foi baseada nessa perspectiva que se idealizou os seguintes objetivos:

- Promover conhecimentos básicos que fundamentam o Programa A3P junto aos gestores e demais servidores da Prefeitura do Recife, de forma a iniciá-los ou aprimorá-los nas práticas cotidianas pautadas nos principais eixos do programa na administração pública.
- Apresentar a metodologia de implantação da A3P no sentido de auxiliar a sua expansão nos diversos espaços institucionais da administração;
- Contribuir para a sensibilização, o entendimento e a construção participativa da Gestão Socioambiental A3P junto aos servidores da Prefeitura.

Os conteúdos do curso, recursos e demais aplicativos de apoio pedagógico a interação virtual foram disponibilizados, ao mesmo tempo, no ambiente Moodle. O referido ambiente foi dividido em quatro sessões, as quais disponibilizam o material de estudo no formato PDF, vídeos de referência aos conteúdos estudados, fórum de discussão, teste de aprendizagem e a pasta biblioteca com arquivos contendo conteúdos complementares aos principais temas abordados.

Os formulários de pesquisa já detalhados anteriormente (Pré-curso; Atividade: Construindo a Gestão Participativa; Pós-curso) também fizeram parte do

curso e estiveram disponibilizados no ambiente com objetivo de obter as respostas necessárias às principais variáveis da investigação.

A seguir são apresentadas as principais telas do produto de pesquisa hospedado na versão do Moodle supracitada (as imagens mais detalhadas encontram-se disponibilizadas nos anexos deste texto):

Figura 6 - Tela de apresentação inicial do curso

The screenshot displays the initial course presentation screen in Moodle. The header features the A3P logo (a lightbulb with a green leaf) and the text "MEIO AMBIENTE" and "A3P PREFEITURA DO RECIFE". The Recife City Coat of Arms and "RECIFE PREFEITURA DA CIDADE" are in the top right. A user login bar shows "Você acessou como Walkyria Prado (Sair)". The main content area displays "Cursos disponíveis" with a course titled "Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P: Conhecendo e Aplicando na Prefeitura do Recife" by Professors Walkyria Prado and Claudia Simone Almeida de Oliveira. A large A3P logo is centered below. The left sidebar contains "Navegação" and "Administração" menus. The right sidebar shows a calendar for September 2014.

Fonte: Prado (2015).

Figura 7 - Tela com a estrutura do curso

The screenshot displays the course structure for 'Agenda Ambiental na Administração Pública-ASP: Conhecendo e Aplicando na Prefeitura do Recife'. The interface includes a header with the course title and logo, a navigation menu on the left, and a main content area with a sidebar on the right.

Agenda Ambiental na Administração Pública-ASP: Conhecendo e Aplicando na Prefeitura do Recife.

SOAS VINDAS E APRESENTAÇÃO DO CURSO

AVALIAÇÃO PÓS-CURSO ASP*

FORUM DE NOTÍCIAS

GLOSSÁRIO DE TERMOS AMBIENTAIS

CHAT COM A TUTORIA

MÓDULO I

A QUESTÃO AMBIENTAL - CONHECIMENTOS BÁSICOS PRELIMINARES

VÍDEOS DE REFERÊNCIA (Visualização pela rede intranet. EM/YEL só com autorização)

FORUM DE DISCUSSÃO

TESTE DE APRENDIZAGEM

SÍMBOLO CA

MÓDULO II

PROGRAMA ASP*

VÍDEOS DE REFERÊNCIA (Visualização pela rede intranet. EM/YEL só com autorização)

FORUM DE DISCUSSÃO

TESTE DE APRENDIZAGEM

SÍMBOLO CA

MÓDULO III

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ASP*

FORUM DE DISCUSSÃO

TESTE DE APRENDIZAGEM

SÍMBOLO CA

MÓDULO IV

CONSTRUINDO A GESTÃO PARTICIPATIVA ASP*

VÍDEO DE REFERÊNCIA (Visualização pela rede intranet. EM/YEL só com autorização)

FORUM DE DISCUSSÃO

TESTE DE APRENDIZAGEM

AVALIAÇÃO PÓS-CURSO ASP*

Usuários Online (Últimos 5 minutos)

Wallynia Prado

Pesquisar nos Fóruns

Pesquisar

Últimas notícias

Atualizado em novo tópico... 5 Set, 09:25

Wallynia Prado PROFERGANDO O ENDEZINAMENTO DO CURSO 5 Set, 09:28

Wallynia Prado ULTIMOS INFOMOS DO CURSO 27 Ago, 08:31

Wallynia Prado Não houve participação do curso 19 Ago, 16:38

Wallynia Prado Lembrando o prazo para conclusão de seus cursos 11 Ago, 19:45

Wallynia Prado Situação de Monitor do Chat nos Quatro meses. Tópico antigo...

Atividade recente

Atualizado desde quinta, 12 fevereiro 2015, 15:25

Realizado o curso de atividade recente. Parabéns realizada desde o seu último acesso

Mensagens

Não há mensagens pendentes

Mensagens

Fonte: Prado (2015).

Figura 8 - Tela inicial do Fórum de Discussão do Módulo I

Página inicial ► Meus cursos ► Miscelânea ► Curso A3P ► MÓDULO I ► FÓRUM DE DISCUSSÃO

Navegação

- Página inicial
- Minha página inicial
- Páginas do site
- Meu perfil
- Curso atual
 - Curso A3P
 - Participantes
 - Badges
 - Agenda Ambiental na Administração Pública A3P: Co...
 - MÓDULO I
 - A QUESTÃO AMBIENTAL: CONHECIMENTOS BÁSICOS PRELIM.
 - VIDEOS DE REFERÊNCIA (Visualização pela rede intra...

FÓRUM DE DISCUSSÃO

Mostrar respostas aninhadas

FÓRUM DE DISCUSSÃO
por Walkyria Prado - sexta, 15 Junho 2014, 22:13

PERGUNTA: Diante do que foi assimilado no Módulo I, faça suas considerações sobre a importância dos conhecimentos básicos tratados neste módulo e a escolha de um programa de gestão ambiental nas organizações públicas.

LEMBRE-SE: O Fórum é uma atividade avaliativa, portanto, necessitando da participação de TODOS.

Após a resposta do primeiro cursista, os demais participantes deverão também clicar na opção "Responder", no canto inferior direito da página, contribuindo com novas ideias, contestando ou complementando às anteriores. Cada cursista poderá responder mais de uma vez.

Fonte: Prado (2015).

Figura 9 - Tela inicial do Teste de aprendizagem do Módulo I

The screenshot displays the initial test interface for Module I. At the top, there is a header with the logo of the Prefeitura do Recife and a decorative background of trees. Below the header, a breadcrumb trail indicates the current location: Página inicial > Meus cursos > Miscelânea > Curso A3P > MÓDULO I > TESTE DE APRENDIZAGEM > Visualização prévia.

The interface is divided into three main sections:

- Navigation (Navegação do questionário):** Located on the left, it includes a progress indicator (1, 2, 3, 4, 5) and a button to start a new visualization.
- Question 1:** A multiple-choice question about sustainable development. The text asks for the concept of sustainable development. The options are:
 - a. O crescimento econômico está dissociado do desenvolvimento sustentável.
 - b. Deve-se buscar uma forma de progresso socioeconômico que não comprometa o meio ambiente sem que, com isso, deixemos de utilizar os recursos nele disponíveis.
 - c. Os países subdesenvolvidos são os únicos que praticam esta ideia, pois, por sua baixa industrialização, preservam melhor o seu meio ambiente do que os países ricos.
 - d. Ocorre uma oposição entre desenvolvimento e proteção ao meio ambiente e, portanto, é inevitável que os riscos ambientais sustentem o crescimento econômico dos povos.
 - e. São as riquezas acumuladas nos países ricos, em prejuízo das antigas colônias durante a expansão colonial, que devem, hoje, sustentar o crescimento econômico dos povos.
- Question 2:** A multiple-choice question based on a text by Leonardo Boff. The text discusses the concept of 'cuidado' (care) and its application at different levels. The options are:
 - a. A ética do cuidado se refere, principalmente, em ações locais que irão refletir nas ações globais.
 - b. O mundo está prestes a sofrer uma grande catástrofe.
 - c. O autor usa o termo cuidar para definir ações de cuidado dentro da empresa.
 - d. A sustentabilidade mundial está ameaçada, pois nenhuma nação é auto-suficiente.
 - e. A ética do cuidado com o planeta deve ocorrer tanto no âmbito global como no local, configurando uma nova sociedade que se percebe parte integrante dos ecossistemas terrestres e, portanto, o desenvolvimento de atividades embasadas na visão holística do meio ambiente.
- Question 3:** A multiple-choice question about biodiversity. The text asks for the basic conditions to maintain environmental sustainability. The options are:
 - a. A biodiversidade deve ser preservada nos países desenvolvidos, pois já destruíram quase tudo.
 - b. Os países ricos são os grandes responsáveis pela degradação ambiental.
 - c. A conservação da biodiversidade deve ocorrer em âmbito global, visto que os problemas não se restringem ao regional.
 - d. A educação ambiental é uma grande aliada para a transformação da sociedade na direção de uma relação de cuidado com o meio ambiente.
 - e. Alguns países dependem mais da sua biodiversidade do que outros mais industrializados e com forte tecnologia.

Fonte: Prado (2015).

Figura 10 - Tela inicial de apresentação do Chat

RECIFE
PREFEITURA DA CIDADE

Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P:
Conhecendo e Aplicando na Prefeitura do Recife

PREFEITURA DO RECIFE

Você acessou como Walkyria Prado (Sair)
Português - Brasil pt-br

Página inicial > Meus cursos > Miscelânea > Curso A3P > Agenda Ambiental na Administração Pública A3P: Co... > CHAT COM A TUTORA

Navegação

- Página inicial
- Meu perfil
- Curso atual
- Curso A3P
 - Participantes
 - Badges
 - Agenda Ambiental na Administração Pública A3P: Co...
 - BOAS VINDAS E APRESENTAÇÃO DO CURSO
 - FÓRUM DE NOTÍCIAS
 - GLOSSÁRIO DE TERMOS AMBIENTAIS
 - CHAT COM A TUTORA

CHAT COM A TUTORA

CHAT

Neste espaço interativo você terá oportunidade, durante todo o curso, de esclarecer dúvidas sobre os conteúdos de cada módulo, conversando diretamente com sua tutora virtual e demais colegas. Acesso nas segundas e sextas-feiras no horário das 20h às 21h e nas quartas de 21 às 22h (o horário das quartas foi modificado. Que tal conferir no Fórum de Notícias)

Entre e participe das discussões!

QUE TAL ENTENDER O USO DESSA FERRAMENTA!

Ao entrar no chat, identifique-se e especifique exatamente o módulo e os conteúdos que deseja esclarecimentos. A objetividade das perguntas nesse momento será importante para administrar melhor o tempo de resposta de cada participante. Esclareço ainda que neste chat os assuntos tratados deverão ser, exclusivamente, relacionados aos conteúdos do curso. Agradeço sua colaboração.

Clique aqui para entrar no chat agora

Versão sem frames e Javascript

Ver sessões encerradas

Fonte: Prado (2015).

5. CONCLUSÕES E CONTRIBUIÇÕES FUTURAS

Com a identificação do problema da pesquisa sobre a dificuldade de implementar na Prefeitura da Cidade do Recife- PCR o eixo temático do Programa A3P: “Sensibilização e Capacitação” voltado para servidores, levou-nos a idealizar a hipótese de criação de recurso pedagógico (curso na modalidade a distância: *“Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P: Conhecendo e Aplicando na Prefeitura da Cidade do Recife”*), continuado, inovador, de maior abrangência institucional, ofertado em horários e locais de modo mais flexível e capaz de colaborar ao mesmo tempo no processo de sensibilização, educação e implementação desse programa na prefeitura.

Em conformidade com os resultados obtidos na aplicação do produto de pesquisa (curso a distância) na primeira turma piloto, alinhados aos objetivos específicos delineados para alcance do objetivo central deste trabalho constatou-se que:

1 - Os servidores participantes do curso revelaram o perfil socioambiental não compatível aos preceitos teóricos e práticos referendados sobre a Responsabilidade Socioambiental- RSA contidos no Referencial Teórico deste construto; houve pouco conhecimento prévio sobre ações e hábitos sustentáveis nos espaços profissionais, assim como pouco entendimento sobre o programa A3P em implementação na PCR desde 2010, carecendo, portanto, de iniciativas que promovam, auxiliem e intensifiquem as informações, sensibilizações e orientações continuadas sobre esse programa;

2 - Os cursistas sentiram-se motivados a participar, durante atividade prática postada no curso, como agentes colaboradores na implementação da A3P na prefeitura, sugerindo ações e projetos de natureza socioambiental (norteado pelos seis eixos da A3P), considerados viáveis à execução nos seus espaços de atuação profissional;

3 - Houve um alto percentual de aprovação (100%) dos conteúdos do curso postados no ambiente virtual de aprendizagem; uma boa aceitação (80%) do

ambiente virtual Moodle como ferramenta tecnológica facilitadora da aprendizagem, assim como um favorável índice de conclusão (60%) na primeira turma, revelando, através desses dados, êxito na aplicação do produto como alternativa de formação em A3P.

Embora tenha havido resultado favorável obtido com a primeira experiência de estudar a distância na Prefeitura da Cidade do Recife- PCR foi inegável perceber a cultura da resistência de alguns participantes em estudar nessa modalidade. As resistências foram traduzidas em diversas formas até a decisão de desistir do curso. Essa observação encontra lastro nas ideias de alguns estudiosos como as de Bresser-Pereira (1998) ao afirmar que o nível de resposta às iniciativas tecnológicas inovadoras difere substancialmente entre as organizações privadas e públicas, bem como no necessário investimento em mídias interativas nos cursos a distância, sugerido por Ribeiro et. al. (2007), como alternativa mais atrativa.

Diante do exposto, reconheceu-se a necessidade de haver mais experiências e conhecimentos sobre as diversas utilidades e aplicabilidades de cursos na modalidade a distância, em especial nos espaços públicos de atuação profissional.

A hipótese da pesquisa foi confirmada pela verificação de que o primeiro curso aplicado a distância na PCR foi considerado instrumento eficaz na promoção do eixo temático *Sensibilização e Capacitação* de servidores do Programa Socioambiental A3P.

Abaixo são apresentados alguns depoimentos de cursistas durante a participação em fóruns de discussão que atestam a aprovação do produto:

Aluno A:

"Realmente, esta é uma boa iniciativa da Prefeitura do Recife. Utilizando recursos tecnológicos que facilitam o acesso a informações sobre um tema tão relevante como este, a Prefeitura dissemina o conhecimento, básico, necessário a uma conscientização sobre a importância de praticarmos ações que contribuam com a preservação do meio ambiente. O material é muito rico, a metodologia e dinâmica do curso são muito boas".

Aluno B:

"Gostei muito das temáticas gerais trabalhadas no Módulo I, foi um momento de revisitar temáticas, conhecer novas temáticas e conceitos. A dinâmica do curso ficou muito bom, com textos de fácil compreensão, vídeos, grande quantidade de link disponíveis, dando oportunidade ao cursista explorar e aprofunda novos conhecimentos. A participação dos colegas no fórum está muito bom, o que só enriquece o nosso curso".

Aluno C:

"Parabenizo pela iniciativa de instruir os servidores, proporcionando o Curso da A3P, nos conduz a uma grande reflexão no ambiente de trabalho, e em nosso cotidiano. Já tinha estudado por alto sobre os assuntos, chegando a estudar apenas até os 3Rs, mais ainda não havia colocado em prática no ambiente de trabalho".

Como contribuições futuras a este trabalho, sugerimos:

A criação de novas pesquisas acadêmicas sobre gestão participativa e solidária A3P utilizando a EaD como modalidade educativa desafiadora à autonomia, criatividade e disciplina, tão necessárias a expansão, consolidação e manutenção desse modelo de gestão nas diversas esferas do poder público do país;

A promoção de formações continuadas a distância trabalhando os demais eixos da A3P com servidores da Prefeitura da Cidade do Recife- PCR no sentido de sensibilizá-los e, ao mesmo tempo, convidá-los a se tornarem agentes protagonistas mobilizadores e transformadores da realidade socioambiental local;

A Inovação e atualização permanente do produto aplicado nesta pesquisa (curso a distância) através de novos aplicativos e mídias de comunicação para ampliação da interatividade virtual e, com isso, estimular cada vez mais os cursistas a participarem e permanecerem no curso;

A introdução de atividades presenciais neste e demais cursos desenvolvidos na PCR como alternativa complementar de estímulo a participação, interação e afetividade entre os principais atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem;

A instituição de equipe multidisciplinar em EaD capitaneada pela Escola de Governo da Cidade do Recife para elaboração de conteúdos e materiais didáticos, inclusive novas mídias digitais, web design, coordenação e monitoramento constantes de novos programas nessa modalidade de formação;

A experiência da aplicação do produto desta pesquisa servir de modelo pedagógico na implantação da A3P, ou de outros sistemas de gestão ambiental, nos diversos espaços públicos da esfera municipal, estadual e federal;

A divulgação e disseminação dos resultados desta e de outras experiências envolvendo a EaD na Rede Nacional de Informações A3P;

A ampliação da oferta do curso aplicado a distância nesta pesquisa, bem como a criação de novas propostas de programas de qualificação profissional nessa modalidade na PCR, de forma a ampliar, diversificar e consolidar esse modelo pedagógico na instituição.

REFERÊNCIAS

ABBAD, G. S. Educação a distância: o estado da arte e o futuro necessário. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 58, p. 100-110, 2007.

ABBAD, G. S.; ZERBINI, T; SOUZA, D. B. L. Panorama das pesquisas em educação a distância no Brasil. **Estudos de Psicologia**, v.15, n. 3, p. 291, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/epsic>>. Acesso em: 23 jan. 2014, 13 ago. 2014.

ABNT. **ISO 140004**: sistema de gestão ambiental, diretrizes gerais, princípios, sistemas e técnicas de apoio. Rio de Janeiro, 1996. 32 p.

ABNT. **ISO 9000**: sistema de gestão da qualidade, fundamentos e vocabulário. Rio de Janeiro, 2000. 26 p.

ALMEIDA B. S.; SILVA, S. T.; CASTRO, R. A. A Importância da sensibilização no programa agenda ambiental na administração pública (A3P), dentro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO- CONNEPI, 7, 2012, Palmas. **Ciência, tecnologia e inovação**: ações sustentáveis para o desenvolvimento regional. Disponível em: <<http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/view/5398>>. Acesso em: 06 dez. 2014.

ALVES, L. E. S. Governança e cidadania empresarial. **Revista de Administração de Empresas**, Local, v. 41, n. 4, p. 78-86, 2001.

ALVES MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

ANDRADE, A. F.; VICARI, R. M. **Construindo um ambiente de aprendizagem a distância inspirado na concepção sociointeracionista de Vygotsck**. 2. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2006. 547p.

ASHLEY, P. A. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

ASHLEY, P A; COUTINHO, R B G; TOMEI, P A. Responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial: uma análise conceitual comparativa. Encontro Anual da ANPAD, v. 24, 2000.

AZEVEDO, A. L. V. Indicadores de sustentabilidade empresarial no Brasil: uma avaliação do Relatório do CEBDS. In: **Revibec: revista de la Red Iberoamericana de Economía Ecológica**. 2006. p. 075-93.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BRAGION, L. Nem tão responsáveis assim. **ComCiência- Revista Eletrônica de Jornalismo Científico** n. 82, p. 34-49, 2006.

BAPTISTA, F. D. **A Inserção da educomunicação no plano de comunicação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): perspectivas e desafios**. 2011. 48 p. Monografia (Especialização em Gestão Pública Ambiental) - Universidade de Brasília, Brasília-DF.

BARATA, M. M. L.; KLIGERMAN, D. C; MINAYO GOMEZ, C. A Gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 12, n. 1, p. 165-170, 2007.
Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v12n1/15.pdf>>. Acesso em: 29/01/2014.

BOWEN, H. R. **Responsabilidades sociais do homem de negócios**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957. p. 3.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma do Estado nos Anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, Cadernos MARE da Reforma do Estado, no1, julho 1997.

BUSCH, S. E; RIBEIRO, H. Responsabilidade Socioambiental Empresarial: Revisão da Literatura sobre Conceitos. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. v. 4. n. 2. mai./ago. 2009.

CABESTRÉ, S. A. et. al. Comunicação estratégica, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental: um estudo destacando os aspectos teórico-conceituais e práticos. **Conexão (Caxias do Sul): Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, RS, v. 7, n. 13, p.39-58, 2010.

CAGNIN, C. H. **Fatores relevantes na implementação de um sistema de gestão ambiental com base na Norma ISO 14001**. 2.000. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/78894>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

CALIXTO, L. Responsabilidade socioambiental: pública ou privada?. **Revista Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 123-147, jul./set. 2008.
Disponível em: <<http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/363/362>>. Acesso em: 31 jan. 2014.

CAPPELLIN, P.; GIULIANI, G. M. A economia política da responsabilidade empresarial no Brasil: as dimensões social e ambiental. Instituto de Pesquisas das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD). Estudo n. 14, 160p. Genebra, Suíça 2006.

CARROLL, A. B. *The Pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders*. **Business Horizons**, Bloomington, Indiana, v. 34, n. 4, p. 39-48, jul./aug. 1991.

_____. *Social issues in management research*. **Business and Society**, v. 33, n. 1, p. 5-29, Indiana, 1994.

_____. *A Three-dimensional conceptual model of corporate performance*. **Academy of Management Review**, v. 4, p. 497-505, 1979.

CARVALHO, R. Impacto de treinamento a distância no trabalho via internet: reação, suporte à transferência e impacto do treinamento no trabalho. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade de Brasília, DF, 2003.

CAVALCANTI, M. L. S. A. Administração Pública e Agenda Ambiental – A3P - considerações sobre a implementação nos órgãos públicos . *Revista Controle*, Fortaleza, CE. Disponível em: <<http://www.tce.ce.gov.br/component/jdownloads/finish/299-revista-controle-volume-x-n-1-jan-jun-2012/1776-artigo-9-administracao-publica-e-agenda-ambiental-a3p-consideracoes-sobre-a-implementacao-nos-orgaos-publicos?Itemid=592>>. Acesso em: 28 jan.2014

CAGNIN C H. Fatores Relevantes na Implementação de um Sistema de Gestão Ambiental com Base na Norma ISO 14001. Dissertação submetida à Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Grau de Mestre em Engenharia de Produção. Florianópolis, SC, 2000, 229p

COGO, G. A. R. A sustentabilidade na administração pública federal: um desafio às organizações. 2011. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2011.

DA ROSA, M. B. Mestrado profissionalizante e novas tecnologias educacionais: uma proposta de ambiente virtual de ensino e aprendizagem. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, Santa Maria, RGS, v. 12, n. 12, p. 2568-2576, 2013.

DA SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. UFSC, Florianópolis, 4a. edição, 2005.

DE ALMEIDA, P. A.; GOVATTO, A. C. M. Ética e responsabilidade social nos negócios. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, SP, v. 3, n. 5, p. 57-58, 2010.

DE ARAUJO, J. Considerações sobre programas ambientais ditos educativos-DOI: 10.4025/actascihumansoc. v30i2. 3459. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá-PR, v. 30, n. 2, p. 181-187, 2008.

DE AZEVEDO, A. L. V. Indicadores de sustentabilidade empresarial no Brasil: uma avaliação do Relatório do CEBDS. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, México, n. 5, p. 75-93, 2006.

DE GEORGE, R. *The status of business ethics: past and future*. **Journal of Business Ethics**, Columbia, n. 6, p. 201-212, 1987.

DEMAJOROVIC, J. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectiva para a educação corporativa**. São Paulo: Editora Senac, 2003.

DE SOUZA, R. S. Evolução e condicionantes da gestão ambiental nas empresas. **Revista Eletrônica de Administração**- Santa Maria/RS, v. 8, n. 6, 22p, 2002.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. Atlas, 2011.

DIAS, R.; CARVALHO, R. V. Cultura ambiental nas empresas: os elementos estruturantes. **eGesta-Revista Eletrônica de Gestão de Negócios**, v. 6, n. 1, jan.-mar./2010, p. 80-95, SP. Disponível em: <http://www.unisantos.br/mestrado/gestao/egesta/artigos/209.pdf> Acesso em 28/01/2014

DONALDSON, t.; DUNFEE, T. W. *Towards a unified conception of business ethics: Integrative social contracts theory*. **Academy of Management Review**, Briarcliff Manor, Nova York, v.19, p. 252-284, 1994

EBOLI, M. **Educação corporativa no Brasil: mitos e verdades**. São Paulo-SP: Editora Gente Liv e Edit Ltd, 2004.

EPELBAUM, M. **Sistemas de gestão ambiental**. 2. ed. São Paulo : Ed. Senac, 2006.

FARAH, M. F. S. Gestão pública e cidadania: iniciativas inovadoras na administração subnacional no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro-RJ, v. 31, n. 4, p. 126-156, 2013.

FARIA, A.; SAUERBRONN, F. F. A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro-RJ, v. 42, n. 1, p. 7-34, 2008.

FERNANDES, R. R. et al. Moodle: uma ferramenta on-line para potencializar um ambiente de apoio à aprendizagem no curso Java Fundamentos (JSE). In: 7º SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2010, Resende, RJ. **Anais**, p.02-13, 2010

FREDERICK, W. C. From CSR1 to CSR2. **Business and Society**, Universidade de Harvard, v. 33, n. 2, p. 150-164, aug. 1994.

FREEMAN, R. E.; MCVEA, J. *A stakeholder approach to strategic management. Darden Business School Working Paper. InterfacEHS - Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade*, São Paulo v. 4, n. 2, 2010.

FREITAS, C. L.; BORGERT, A.; PFITSCHER, E. D. Agenda Ambiental na Administração Pública: uma análise da aderência de uma IFES as diretrizes propostas pela A3P. In: XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Repositório Institucional da UFSC, 16p, Florianópolis- SC, 2011

FRIEDMAN, M. *The social responsibility of business is to increase its profits. New York Times Magazine*, setembro, 1970.

FURTADO, J. S. Gestão com responsabilidade socioambiental. Ferramentas e tecnologias. **Produção Limpa**, 78p São Paulo-SP, Março, 2003.

GARRIDO, P. O. Educação corporativa policêntrica: aplicação transdisciplinar da engenharia pedagógica para a produção da aprendizagem transformadora. 2006. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 1, p. 11-30, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995

GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa**. Edições Loyola, 295p, São Paulo, 2004.

GUARANY, G. P. B. GUARANY, Gláucia Paula Bernardes. Responsabilidade Social e Educação para a Cidadania: O Caso Furnas. 2003. 122 p. Dissertação de Mestrado em Administração Pública da Escola Brasileira de Administração Pública, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

HEEMANN, C. A Aprendizagem nas organizações: comunidades de prática e letramento digital. **Texto Livre: Linguagem e Tecnologia**, Belo Horizonte-MG v. 6, n. 2, 13p. 2013.

HENDERSON, D. *Misguided virtue: false notions of social corporate responsibility*. London: **Institute of Economic Affairs**, 2001.

HOFFMAN, A. J. *From heresy to dogma: an institutional history of corporate environmentalism*. Stanford: Stanford Business Books, 2001. Expanded Edition.

_____. *Institutional evolution and change: Environmentalism and the US chemical industry*. *Academy of management journal*, v. 42, n. 4, p. 351-371, 1999.

HOLLNAGEL, H. C.; MORAES, F. C. C. A Importância dos cursos relacionados à sustentabilidade na consolidação da Agenda Ambiental Brasileira na Administração Pública (A3P). In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 4., 2013, Brasília-DF. **Anais.** Disponível em: <<http://repositorio.fjp.mg.gov.br/consad/handle/123456789/828>>. Acesso em: 12 dez. 2014

INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade social das empresas:** a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis, 2003a. v. 2.

IPEA. A iniciativa privada e o espírito público: evolução da ação social das empresas privadas no Brasil. Brasília. 2006. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/acaosocial/IMG/pdf/doc-28.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2015

JONES, M. T. *Missing the forest for the trees: a critique of the social responsibility concept and discourse.* **Business and Society**, Universidade de Harvard v. 35, n. 1, p. 7-41, mar.1996.

KENSKI, V. **Tecnologias e ensino presencial e a distância.** Campinas, SP: Papirus, 2003.

KREITLON, M. P. A Ética nas relações entre empresas e sociedade: fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial. Encontro anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração- Anpad, **Anais** v. 28, Curitiba- PR, 2004.

KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada.** Summus Editorial, 2003 - 417 p. São Paulo-SP, 2003.

LANTOS, G. P. *The boundaries of strategic corporate social responsibility.* **Journal of Consumer Marketing**, vol. 18, Iss. 7, p.595-632, 2001

LEFF, E. Saber Ambiental. Petrópolis, Vozes, 343 p, 2004.

LEGOINHA, P.; PAIS, J.; FERNANDES, J. O Moodle e as comunidades virtuais de aprendizagem. In: CONGRESSO NACIONAL DE GEOLOGIA, 7., 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/1646>>. Acesso em: 04/11/2014

LÉVY, P. **A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência.** São Paulo: Editora 34, 2001.

LEVITT, T. *The Dangers Of Social-Responsibility.* **Harvard business Review**, v. 36, n. 5, p. 41-50, 1958.

LIEDKE, E. D. Uma nova visão sobre a informação que circula internamente nas organizações em tempos de TDICs. **Revista Organicom**, São Paulo-SP, v. 10, n. 19, p. 118-129, 2014.

LIMA, M. C. Pesquisa-ação nas organizações: do horizonte político à dimensão formal. Revista Eletrônica **Gestão Organizacional**, Recife v. 3, n. 2, 2010

LINS, L. S.; SILVA, R. N. S. Responsabilidade sócio-ambiental ou greenwash: uma avaliação com base nos relatórios de sustentabilidade ambiental. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 91-105, 2009.

LOPES, M. N.; SILVA, C. C. Agenda ambiental como instrumento de mudança da cultura institucional. In: **Anais CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA**, 5., 2012, Brasília, DF.

LÜDKE M; ANDRÉ M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2008, 99p.

LUIZ, L. C. et al. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e práticas de sustentabilidade: um estudo aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFECT). In: **Anais Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente- ENGEMA**, abr-jun 2013, p.54-62 UFRS.

MCVEA, J. F.; FREEMAN, R. E. *A names-and-faces approach to stakeholder management: how focusing on stakeholder as individuals can bring ethics and entrepreneurial strategic together.* **Journal of Management Inquiry** Março 2005 vol. 14 no. 1 57-69

MACHADO FILHO, C. P. **Responsabilidade social e governança**: o debate das implicações. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

MACHADO, S.; TERUYA, T. K. A mediação pedagógica em ambientes virtuais de aprendizagem: a perspectiva dos alunos. In: Anais do CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9. Paraná, p. 1726-1738, 2009. .

MACIEL, I. M. Educação a distancia. Ambiente virtual: construindo significados. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 38-45, 2002.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa/São Paulo: Atlas Ed., 2002. 282p.

MARTINS, A. B. et al. Agenda ambiental na administração pública (A3P): um instrumento de gestão ambiental para UFPEL. In: Anais XXXII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUCAO Bento Gonçalves-RS, 2012.

MARTINS, J. G. **Aprendizagem baseada em problemas aplicada a ambiente virtual de aprendizagem**. 2002. 219 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

MATTA, A. E. R. Comunidades em rede de computadores: abordagem para a Educação a Distância -EAD acessível a todos **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, Publicada em: 30/04/2003, São Paulo, 11p,

Disponível:<http://www.abed.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=1por&infoid=724&sid=69&tpl=printerview> (acesso em julho 2014)

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MELO, W. D. Percepção ambiental na câmara dos deputados de Brasília, DF. Artigo Técnico do Curso Tecnológico em Saneamento Ambiental do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe CFETES para obtenção do grau de Tecnólogo em Saneamento Ambiental, Aracaju- SE, 2007, 21p.

MELLO, S. M. M. Inovação no Setor Público - O Programa de Educação Fiscal na Secretaria de Fazenda de Minas Gerais. IETEC - Instituto de Educação Tecnológica, **Revista de Opinião Techoje**, Edição.

MERCADO, L. P. L. A Internet como ambiente auxiliar do professor no processo ensino-aprendizagem. In: Actas di IE2002 L6 Congresso Iberoamericano, 4V Simpósio Internacional de Informática no Ensino. 2002.

MMA. **A3P-Agenda Ambiental na Administração Pública**. 5. ed. Brasília, DF, 2009. 95 p.

MOLON, S. I. Cultura– A dimensão psicológica e a mudança histórica e cultural. In: Anais da III Conferência de Pesquisa Sócio-cultural, V. 20, Campinas, 2000, SP

MORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Educação a distância**. São Paulo: Thomson, 2007.

MOREIRA, M. S. **Estratégia e implantação do sistema de gestão ambiental (Modelo ISSO 14001)**. 3. ed. Nova Lima: INDG, 2006. 320 p.

MORESI, E. (Organizador). Metodologia da pesquisa. Universidade Católica de Brasília, UCB. Pró-Reitoria de Pós-Graduação – PRPG. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão do Conhecimento e Tecnologia Da Informação. Brasília, DF, 2003. 108p

MUELLER, A. A utilização dos indicadores de responsabilidade social corporativa e sua relação com os stakeholders. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003. 202p

NARDIN, A. C.; FRUET, F. S. O.; BASTOS, F. P. Potencialidades tecnológicas e educacionais em ambiente virtual de ensino-aprendizagem livre. Centro Interdisciplinar de Tecnologia na Educação- CINTED, **Revista Renote**, RS v. 7, n. 3, 10p dez. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/renote/article/view/13582>>. Acesso em: 1 fev. 2014.

NASSUNO, M. Inovação na Administração Pública Estadual: o 1o prêmio excelência em gestão pública do estado de Minas Gerais. *Revista do Serviço Público*, v. 58, n. 1, p. 77-96, 2014.

NUNES, I. B. Noções de educação a distância. **Revista Educação a Distância**, n. 4/5, dez. 1993/abr. 1994. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EAD/NOCOESEAD.PDF>. Acesso em: 26 jan. 2014.

OLIVEIRA, B. M. K. **Aceitação e uso de ambiente virtual de aprendizagem no contexto de um curso de capacitação para servidores públicos**. 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

PAHL, C. *Managing evolution and change in web-based teaching and learning environments*. **Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 71-83, 2008.

PALLOFF, R. M.; PRATT, K. **O aluno virtual**: um guia para trabalhar com estudantes on-line. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PELIANO, A. M. T. M. (Coord.). A iniciativa privada e o espírito público: um retrato da ação social das empresas do sudeste brasileiro. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: mar. 2014

PETERNELLI, L. A. Estatística descritiva. Disp. em: [http://www. each. usp. br/rvicente/Paternelli_Cap2. pdf](http://www.each.usp.br/rvicente/Paternelli_Cap2.pdf), 2012.

PIEPER, D S. **Representações às margens do São Gonçalo**: o pertencimento e a sustentabilidade na perspectiva da educação ambiental da UFPEL. 2012. 146 p. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) - Instituição de Ensino, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande-RS. Estudo de um processo de formação/capacitação dos servidores

PINTO, L. F. S. **Gestão cidadã**: ações estratégicas para a participação social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PRODANOV, C. C ; DE FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico - 2ª Edição. Editora Feevale, 2013, 272p.

PULINO FILHO, A. R. Conte com o MOODLE no próximo semestre. Brasília, 2009. Disponível em: Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/sesap/ead/bibliotecadigital/bitstream/123456789/41/1/Moodle.pdf> Acesso em: 25 fev. 2014.

QUINTAS, J. S. **Introdução à gestão ambiental pública**. Brasília, DF: IBAMA; 2002. 128 p. (Coleção Meio Ambiente, Série Educação Ambiental).

_____. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2. ed. Revista. Brasília, DF: IBAMA, 2006. 134 p. (Coleção Meio Ambiente, Série Educação Ambiental).

RIBEIRO, E. N. et. al. A importância dos ambientes virtuais de aprendizagem na busca de novos domínios na EAD. **Revista ABED**, São Paulo, 10p, 2007. Disponível: <http://www.abed.org.br/congresso2007/tc/4162007104526am.pdf>
Acesso em 12/12/2014

RICO, E. M. **Filantropia empresarial e a gestão de projetos sociais**, 2001, 159p Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.

RODRIGUES, C. R. et al. Ambiente virtual: ainda uma proposta para o ensino. **Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 71-83, 2008.

ROHRICH, S. S. A gestão ambiental e os sistemas de gestão ambiental conforme a NBR ISO 14001: 2004: uma revisão do panorama nacional. **Revista Qualidade Emergente**, Curitiba PR, v. 2, n. 1, 16p, 2011.

ROMANÓ, R. S. Ambientes virtuais para a aprendizagem colaborativa no ensino fundamental. Athena: **Revista Científica de Educação (Online)**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 73-88, 2004.

SANTOS, E. C. G.; MOURA, J. M.; FERNANDES, A. T. Estudo de caso para aplicação da agenda ambiental na administração pública-A3P no IFMT- Campus Cuiabá Bela Vista. In: **Anais CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL**, 3., 2012, Goiânia, GO. 2012. 9p. Disponível: <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2012/I-001.pdf> Acesso: 05/01/2015

SARAVIA, E; FERRAREZI, E. Políticas públicas. **Coletâneas Volumes**, v. 1, 2007

SILVA, A. P.; SCHNEIDER, H. N. Reflexões sobre a utilização das tecnologias da informação e da comunicação em programas de educação corporativa. **Scientia Plena**, Aracaju- SE v. 6, n. 3, 5p, 2010.

SILVA, J. B. **A Utilização da experimentação remota como suporte para ambientes colaborativos de aprendizagem**. 2006. 196 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis- SC

SILVA, L. C. **Utilizando o ambiente MOODLE como apoio ao treinamento presencial em corporações**. 2010. Monografia (Especialização em Informática na Educação) - Faculdade de Educação FACED, Faculdade de Informática FACIN da PUCRS, Porto Alegre. Disponível em:
<<https://www.hostedredmine.com/attachments/3587/LucianoTCCfinalWeb.pdf>>. Acesso em: 16/11/2014.

SIMÃO FILHO, A. et al. Por uma empresa cidadã em ambiente de sociedade informacional. **FMU Direito**, São Paulo, ano 26, n. 38, p.156-197.

SPOSATI, A. O. et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** São Paulo; Cortez; 1992. 112 p.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira.** São Paulo: Atlas, 2005.

TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. **Gestão socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

TEIXEIRA, E. B. A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, Local, v. 1, n. 2, p. 177-201, 2003.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa.** FGV Editora, Rio de Janeiro, 2005.

VARGAS, M. R. M; LIMA, S. M. V. Barreiras à Implantação de Programas de Educação e Treinamento a Distância. In: XI Congresso Internacional de Educação a Distância. 2004.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Rev Socerj**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

VILAÇA, M. L. C. Pesquisa e ensino: considerações e reflexões. **Revista E-escrita**, Nilópolis- RJ, v.1. n. 2, 59-74, maio/ago. 2010.

VILELA, R. Interação e conteúdo: dois grandes focos na implantação da EaD na Prodemge. **Revista Fonte**, Minas Gerais, p. 67-73, dez. 2008.

WOOD, D. J. *Corporate social performance revisited.* **Academy of Management Review**, v. 16, n. 4, p. 691-718, oct. 1991.

YIN R.K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5a ed. Porto Alegre: Bookman; 2015, 320p.

YOUNG, R. *Dilemmas and advances in corporate social responsibility in Brazil: the work of the Ethos institute.* **Natural Resources Forum**, v. 28, p. 291-301, 2004.

ZERBINI, T. **Estratégias de aprendizagem, reações aos procedimentos de um curso via internet, reações ao tutor e impacto do treinamento no trabalho.** 2003. 210p Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de Brasília, DF.

APÊNDICE A – CARTA CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO NO CURSO



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SMAS
Rua Fernando César, 65, Encruzilhada, Recife PE
CEP 52.041-170 – (8) 3355.5801 / 3355.5806

Recife, 30 de julho de 2014

Caro (a) servidor(a), conforme informações divulgadas anteriormente, já estamos disponibilizando o LINK, LOGIN e SENHA INICIAL de acesso ao ambiente Moodle do curso a distância de 20 horas, intitulado: "Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P: conhecendo e aplicando na Prefeitura do Recife":

O LINK é: <http://escolavirtual.recife.pe.gov.br/>

LOGIN: é o número de seu CPF

SENHA INICIAL: abc@123

O sistema recomenda que você modifique sua primeira senha de acesso (abc@123) a fim de que possa preservar sua identidade com segurança. Sugere-se que a nova senha seja elaborada com letras, símbolos e números.

Antes de iniciar seus estudos no ambiente virtual de ensino-aprendizagem (Moodle), procure se apropriar de todos os recursos, ferramentas e conteúdos de estudos, já disponibilizados no ambiente, para início oficial às 00:00 do dia 01 de agosto do corrente ano, com término agendado às 23:59 do dia 31 do mesmo mês. É importante também que o(a) cursista preencha os dados de seu perfil e coloque uma foto sua atual, só de rosto, para melhor identificação e comunicação com os demais participantes. Todo material do curso encontra-se postado no ambiente virtual. Siga os estudos de forma sequenciada, iniciando com a mensagem de boas vindas e apresentação do curso, até o último módulo de aprendizagem. Isso garantirá a ordem e níveis de complexidade na construção dos conhecimentos.

Todas as dúvidas e interatividade com a tutora virtual (Walkyria Prado) e demais cursistas deverá acontecer, EXCLUSIVAMENTE, dentro do moodle através de mensagens inbox via perfil, chats e fóruns, de modo que possa ser respeitada e preservada a comunicação a distância entre os participantes, característica fundamental deste curso.

As atividades avaliativas para aprovação serão: Avaliações Pré e Pós curso, Fóruns e Testes de Aprendizagens.

Esclarecemos ainda que o acesso aos vídeos do youtube, presentes no curso, via rede intranet EMPREL, só poderá ser possível através de autorização de liberação da EMPREL. Para que isso ocorra, solicitamos que todos os servidores inscritos nesta primeira turma do curso encaminhem seus dados (Nome, Matrícula, Setor da Prefeitura e LOGIN de acesso a rede EMPREL) para o email do administrador do ambiente deste curso: -----@recife.pe.gov.br Ele será o técnico que administrará esse processo de liberação e qualquer outro problema de acessibilidade ligado ao software Moodle.

Fora da rede EMPREL, o(a) servidor(a) poderá acessar normalmente seu curso pela rede internet mundial em qualquer lugar e horário. Atenciosamente,

Walkyria Prado
Tutora Virtual

APÊNDICE B - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO PRÉ CURSO


Pesquisar os menus (Alt+)

Editar perguntas Alterar tema Ver respostas Ver formulário publicado

Página 1 de 1

AVALIAÇÃO PRÉ CURSO A3P

Prezado(a) cursista, antes de iniciar seus estudos, convidamos você a responder as proposições elaboradas abaixo como forma de colaborar conosco no processo de avaliação do seu perfil e dos seus conhecimentos prévios a cerca do programa de gestão ambiental A3P. Este é uma das atividades avaliativas do curso e não tem caráter inicialmento, pois a mesma não é obrigatória.



ASSINALE AS ALTERNATIVAS E RESPONDA O QUE SE PEDE, CASO SEJA NECESSÁRIO.

NOME COMPLETO

MATRÍCULA

GÊNERO

FEMININO

MASCULINO

FAIXA ETÁRIA:

18 A 30 ANOS

31 A 40 ANOS

41 A 50 ANOS

MAIS DE 50 ANOS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE

MÉDIO

SUPERIOR

PÓS GRADUAÇÃO

Fonte: Prado (2015). No prelo

Pesquisar os menus (Alt+)

Editar perguntas Alterar tema Ver respostas Ver formulário publicado

Outro:

QUAL É SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE A3P?

NENHUM

INSUFICIENTE

SATISFATÓRIO

EXCELENTE

VOCE TEM DISPONIBILIDADE DE TEMPO E LOCAL PARA PARTICIPAR DE CURSOS PRESENCIAIS DE QUALIFICAÇÃO/PERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL EM SUA INSTITUIÇÃO?

SIM

NÃO

JÁ PARTICIPOU ANTES DE ALGUMA EXPERIÊNCIA ENVOLVENDO A A3P?

NENHUMA

PALESTRA

REUNIÃO

EM OUTRA INSTITUIÇÃO PÚBLICA

CURSO

Outro:

VOCE SABE O QUE SÃO AÇÕES SUSTENTÁVEIS NO AMBIENTE DE TRABALHO?

SIM

NÃO

CASO SAIBA O QUE SÃO AÇÕES SUSTENTÁVEIS, INDIQUE ALGUMAS NO SEU LOCAL DE TRABALHO

JÁ FEZ ALGUM CURSO A DISTÂNCIA ANTES UTILIZANDO FERRAMENTA VIRTUAL DE APRENDIZAGEM?

SIM

NÃO

JÁ COLABOROU DE ALGUMA FORMA COM O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA A3P NA PREFEITURA DO RECIFE?

SIM

NÃO

Fonte: Prado (2015).

APÊNDICE C - FORMULÁRIO ATIVIDADE PRÁTICA: CONSTRUINDO A GESTÃO PARTICIPATIVA A3P

Pesquisar os menus (Alt+) ↶ ↷ Editar perguntas Alterar tema ↶ ↷ Ver respostas ↶ ↷ Ver formulário publicado ⌵

Página 1 de 1

Atividade Prática: Construindo a Gestão Participativa A3P

Considerando os seis eixos da Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P:

- 1- Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos
- 2- Gestão de Resíduos Sólidos
- 3- Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho
- 4- Sensibilização e Capacitação
- 5- Licitações e Compras Sustentáveis
- 6- Construções Sustentáveis

Sugira para cada um dos eixos da A3P ações (mínimo de 2 e máximo até 5) que você considera relevantes para tornar seu espaço institucional mais sustentável.

Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos

Gestão de Resíduos Sólidos

Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

Sensibilização e Capacitação

Licitações e Compras Sustentáveis

Construções Sustentáveis

Adicionar Item ⌵

Fonte: Prado (2015).


APÊNDICE D - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO PÓS CURSO

Pesquisar os menus (Alt+)
Ver formulário publicado

AVALIAÇÃO PÓS CURSO A3P

Prezado(a) aluno(a), nesta etapa do seu curso a distância: "Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P: Conhecendo e Aplicando na Prefeitura do Recife", oportunizamos este espaço para você exercer sua capacidade colaborativa no processo de construção da gestão participativa A3P na Prefeitura do Recife e responder também as perguntas formuladas para avaliação deste curso.

Lembramos que esta atividade também será avaliada. Sua valiosa contribuição é fundamental para que possamos juntos unir forças em prol da transformação da Prefeitura do Recife em espaço de convivência, de prestação de serviços e aquisição de bens e produtos mais sustentáveis, comprometido com o bem estar social, ambiental, profissional e econômico dos entes municipais.



NOME COMPLETO

MATRÍCULA

APÓS ESTE CURSO, COMO VOCÊ AVALIA O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA A3P NA PREFEITURA DO RECIFE DESDE 2010?

INSATISFATÓRIO
 SATISFATÓRIO
 EXCELENTE

AVALIE A COMISSÃO A3P NA SUA INSTITUIÇÃO.

	INEXISTENTE	INSATISFATÓRIA	SATISFATÓRIA	EXCELENTE
AVALIE	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

ASSINALE AS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL QUE SÃO IDENTIFICADOS NO SEU AMBIENTE DE TRABALHO (PODE ESCOLHER MAIS DE UMA ALTERNATIVA)

ECONOMIA DE ÁGUA
 ECONOMIA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
 USO RACIONAL DE PAPEL
 USO RACIONAL DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE

Fonte: Prado (2015).

NENHUMA IMPORTÂNCIA POUCO IMPORTANTE MUITO IMPORTANTE

AVALIE

AVALIE O AMBIENTE VIRTUAL DE ENSINO E APRENDIZAGEM MOODLE (PODE ESCOLHER MAIS DE UMA ALTERNATIVA)

FÁCIL ACESSO E USO DOS APLICATIVOS
 DIFÍCIL ACESSO E USO DOS APLICATIVOS
 AMBIENTE DE FÁCIL INTERAÇÃO COM COLEGAS E TUTORIA
 AMBIENTE DE DIFÍCIL INTERAÇÃO COM COLEGAS E TUTORIA
 Outro:

COMO VOCÊ SE AVALIA PARTICIPANDO DESTE CURSO A DISTÂNCIA (PODE ESCOLHER MAIS DE UMA ALTERNATIVA)?

DISCIPLINADO(A)
 INDISCIPLINADO(A)
 PERSEVERANTE
 NÃO PERSEVERANTE
 MOTIVADO(A)
 DESMOTIVADO(A)

VOCÊ INDICARIA OUTROS CURSOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA PARA QUALIFICAÇÃO/APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES NA PREFEITURA DO RECIFE?

SIM
 NÃO

ASSINALE AS ALTERNATIVAS QUE CORRESPONDEM A ATUAÇÃO DO(A) TUTOR(A) VIRTUAL?

ESTIMULA A PARTICIPAÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA
 TIRA DÚVIDAS DE CONTEÚDOS DOS TEXTOS
 MANTÉM O DIÁLOGO CONSTANTE COM O GRUPO
 TECE COMENTÁRIOS CONSTRUTIVOS E DE FORMA AGRADÁVEL
 DOMINA OS CONTEÚDOS DO CURSO
 RESPONDE DE FORMA CLARA E OBJETIVA AS PERGUNTAS FORMULADAS
 RESPONDE NO PRAZO DE 24h

ASSINALE A ALTERNATIVA QUE CORRESPONDE A RELAÇÃO ENTRE CURSISTAS

HOUE INTERAÇÃO SATISFATÓRIA
 HOUE POUCA INTERAÇÃO
 A INTERAÇÃO FOI INEXISTENTE

Fonte: Prado (2015).

APÊNDICE E - PLANO DE CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL



PLANO DE CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

1. Nome do curso:

Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P: Conhecendo e Aplicando na Prefeitura da Cidade do Recife.

2. Área Solicitante:

Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade- SMAS. Responsável: Maurício Guerra, Secretário Executivo de Sustentabilidade.

3. Justificativa:

O referido curso foi elaborado diante da necessidade de ampliar o processo de divulgação, expansão e consolidação da gestão A3P na Prefeitura do Recife, o qual teve início desde junho de 2010 com a assinatura do Termo de Adesão junto ao Ministério do Meio Ambiente- MMA. A A3P foi oficialmente implantada na prefeitura através da Portaria 26.293/2011.

4. Público- alvo:

Qualquer servidor(a) / fornecedor(a) / terceirizado(a) da Prefeitura do Recife, interessado(a) pelo tema ou diretamente envolvido(a) na implementação desse modelo de gestão sustentável.

5. Pré-requisito:

A partir do ensino médio já concluído.

6. Objetivos:

6.1 Objetivo Geral:

Promover condições aos servidores de conhecerem esse modelo de gestão socioambiental sustentável (A3P) e se tornarem agentes multiplicadores dessa proposta em seus espaços profissionais.

6.2 Objetivos Específicos:

◆ Promover conhecimentos básicos que fundamentam o Programa A3P junto aos gestores e demais servidores da Prefeitura do Recife de forma a iniciá-los ou aprimorá-los nas práticas cotidianas pautadas nos principais eixos da sustentabilidade na administração pública.



- ◆ Apresentar a metodologia de implantação e implementação da A3P nos diversos espaços institucionais da administração pública do Recife;
- ◆ Contribuir para o entendimento e construção participativa da Gestão Socioambiental A3P ;
- ◆ Oportunizar a pesquisa e avaliação dos conhecimentos prévios e adquiridos, respectivamente, antes e após o curso pelos cursistas.

7. Planejamento do Curso:

7.1. Metodologia de Estudo: A distância através da Plataforma Virtual de Ensino e Aprendizagem Moodle

7.2. Carga Horária: 20 horas a serem cumpridas em qualquer local e horário no período de trinta dias.

7.3. Conteúdo Programático:

Boas Vindas e Apresentação do Curso

Avaliação Pré Curso

1. Módulo I – A Questão Ambiental : Conhecimentos Básicos Preliminares

1.2. Histórico do Processo de Conscientização Ambiental

1.3. Noções básicas de Meio Ambiente

1.4. Noções de Educação Ambiental

1.5. Noções de Gestão Ambiental

1.6 Noções de Sustentabilidade

1.7 Referencial Teórico

2. Módulo II – Programa A3P

2.1. Entendendo a A3P

2.2. Eixos Temáticos da A3P

2.3. Referencial Teórico

3. Módulo III – Implantação do Programa A3P

3.1. Implantando a A3P

3.2. Referencial Teórico

4. Modulo IV- Construindo a Gestão Participativa A3P

4.1. Entendendo a Gestão Participativa



4.2. Faça sua parte, colabore com a A3P.

4.3. Referencial Teórico

Avaliação Pós Curso

7.4. Cronograma de Execução:

Não há um cronograma fixo de execução, podendo haver duas possibilidades :

→Deixar todo os conteúdos já disponibilizados de uma só vez no ambiente virtual durante os 30 dias;

→Disponibilizar em cada sete dias, ou por semana, um módulo de aprendiza-gem com data e hora para concluir.

8. Metodologia de Avaliação de Aprendizagem:

O processo de avaliação do curso é somativo e os instrumentos utilizados são:

→Responder o Formulário Pré Curso com objetivo de avaliar o perfil dos alunos e seus conhecimentos prévios a cerca do tema principal.

→Fóruns de Discussão a partir da formulação de perguntas acerca de temas tratados nos respectivos módulos de aprendizagens.

→Testes de Aprendizagens com questões objetivas (múltipla escolha) relacionadas, respectivamente, aos módulos de estudo;

→ Responder o Formulário Pós Curso com objetivo de avaliar o curso e a capacidade colaborativa de cada aluno (a) no processo de implementação da A3P nos seus espaços profissional

9. Recursos Didáticos:

Uso de computador, tablet ou smarthfone com acesso a internet.

A ser preenchido pela EGPCR

10. Instrutoria e Coordenação:

11. Turmas

11.1 TURMA:

11.2 PERÍODO:

11.3 C.H.:

12. Recurso financeiro

13. Pagamento de Hora/Aula

14.Observações:

ANEXO A - ESTRUTURA DETALHADA DO CORPO DO CURSO

The screenshot displays a web-based course interface. At the top, a breadcrumb trail reads: **Página inicial** ▶ **Meus cursos** ▶ **Miscelânea** ▶ **Curso A3P**. A button labeled **Ativar edição** is located in the top right corner.

Seu progresso (?) is displayed above the main content area.

Agenda Ambiental na Administração Pública A3P: Conhecendo e Aplicando na Prefeitura do Recife.

The main content area is divided into two sections:

- Top Section:**
 - BOAS VINDAS E APRESENTAÇÃO DO CURSO
 - AVALIAÇÃO PRÉ CURSO A3P
 - FÓRUM DE NOTÍCIAS
 - GLOSSÁRIO DE TERMOS AMBIENTAIS
 - CHAT COM A TUTORA
- MÓDULO I:**
 - A QUESTÃO AMBIENTAL : CONHECIMENTOS BÁSICOS PRELIMINARES
 - VÍDEOS DE REFERÊNCIA (Visualização pela rede intranet EMPREL só com autorização)
 - FÓRUM DE DISCUSSÃO
 - TESTE DE APRENDIZAGEM
 - BIBLIOTECA

Sidebars:

- Navegação:**
 - Página inicial
 - Minha página inicial
 - Páginas do site
 - Meu perfil
 - Curso atual
 - Curso A3P
 - Participantes
 - Badges
 - Agenda Ambiental na Administração Pública A3P: Co...
 - MÓDULO I
 - MÓDULO II
 - MÓDULO III
 - MÓDULO IV
 - Testes de Recuperação
 - Meus cursos

- Administração**
- Usuários Online:** (últimos 5 minutos) Walkyria Prado
- Pesquisar nos Fóruns:** Includes a search input field and a **Vai** button, with a **Pesquisa Avançada** link.
- Últimas notícias:**
- Acrescentar um novo tópico...
- 5 Set, 09:55: Walkyria Prado PRORROGADO O ENCERRAMENTO DO CURSO
- 5 Set, 09:26: Walkyria Prado ÚLTIMOS INFORMES DO CURSO
- 27 Ago, 08:31: Walkyria Prado

Fonte: Prado (2015).

ANEXO B - ESTRUTURA DETALHADA DO CORPO DO CURSO

The screenshot displays a course management interface with a sidebar on the left and a main content area on the right. The sidebar contains navigation options such as 'Conclusão de curso', 'Usuários', 'Filtros', 'Relatórios', 'Notas', 'Badges', 'Backup', 'Restaurar', 'Importar', 'Reconfigurar', and 'Banco de questões'. The main content area is divided into three sections: 'MÓDULO III' and 'MÓDULO IV'. Each module contains a list of activities, including 'IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA A3P', 'FÓRUM DE DISCUSSÃO', 'TESTE DE APRENDIZAGEM', and 'BIBLIOTECA'. A 'MENSAGENS' section on the right indicates that there are no pending messages.

Conclusão de curso

- ▶ Usuários
- ▼ Filtros
- ▶ Relatórios
- 📄 Notas
- ▶ Badges
- 🔄 Backup
- 🔄 Restaurar
- 📁 Importar
- 🔄 Reconfigurar
- ▶ Banco de questões

▶ Mudar papel para...

▶ Minhas configurações de perfil

PROGRAMA A3P

- 📄 VÍDEOS DE REFERENCIA (Visualização pela rede intranet EMPREL só com autorização)
- 🗨️ FÓRUM DE DISCUSSÃO
- ✅ TESTE DE APRENDIZAGEM
- 📁 BIBLIOTECA

Lembrando o prazo para conclusão de nosso curso
11 Ago, 19:45
Walkyria Prado
Mudança de Horário do Chat nas Quartas Feiras
Tópicos antigos ...

Atividade recente

Atividade desde domingo, 15 fevereiro 2015, 20:43
Relatório completo da atividade recente
Nenhuma novidade desde o seu último acesso

Mensagens

Não há mensagens pendentes
Mensagens

MÓDULO III

- 📄 IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA A3P
- 🗨️ FÓRUM DE DISCUSSÃO
- ✅ TESTE DE APRENDIZAGEM
- 📁 BIBLIOTECA

MÓDULO IV

- 📄 CONSTRUINDO A GESTÃO PARTICIPATIVA A3P
- 📄 VÍDEO DE REFERÊNCIA (Visualização pela rede intranet EMPREL só com autorização)
- 🗨️ FÓRUM DE DISCUSSÃO
- ✅ TESTE DE APRENDIZAGEM
- 📄 AVALIAÇÃO PÓS CURSO A3P
- 📁 BIBLIOTECA

Fonte: Prado (2015).

ANEXO C - FÓRUM DETALHADO DO MÓDULO I

FÓRUM DE DISCUSSÃO
por Walkyria Prado - sexta, 18 julho 2014, 23:13

PERGUNTA: Diante do que foi assimilado no Módulo I, faça suas considerações sobre a importância dos conhecimentos básicos tratados neste módulo e a escolha de um programa de gestão ambiental nas organizações públicas.

LEMBRE-SE: O Fórum é uma atividade avaliativa, portanto, necessitando da participação de **TODOS**.

Após a resposta do primeiro cursista, os demais participantes deverão também clicar na opção "Responder", no canto inferior direito da página, contribuindo com novas ideias, contestando ou complementando às anteriores. Cada cursista poderá responder mais de uma vez.

[Editar](#) | [Responder](#)

Re: FÓRUM DE DISCUSSÃO
por Nilo Rocha - terça, 5 agosto 2014, 17:46

A Prefeitura da Cidade do Recife como um todo vive uma fase de mudanças e desafios em busca da sustentabilidade, conscientizando servidores e munícipes a respeito da importância de construirmos uma sociedade mais justa, viável e duradoura.

Quero ressaltar a importância desta iniciativa que tem como missão instruir o servidor, atualizando e ampliando seus conhecimentos a respeito deste Programa de Gestão Ambiental que certamente proporcionará ao poder público uma economia de recursos naturais e redução dos gastos institucionais.

[Mostrar principal](#) | [Editar](#) | [Excluir](#) | [Responder](#)

Re: FÓRUM DE DISCUSSÃO
por Walkyria Prado - sábado, 9 agosto 2014, 00:06

Parabeno Nilo Rocha por ter iniciado as discussões neste fórum, suas primeiras impressões a respeito do curso e a importância do mesmo como instrumento auxiliar no processo de implementação da A3P na Prefeitura do Recife. Nilo, contribua mais um pouco conosco avaliando os conteúdos específicos postados no primeiro módulo para o seu aprendizado.

[Mostrar principal](#) | [Editar](#) | [Excluir](#) | [Responder](#)

Re: FÓRUM DE DISCUSSÃO
por Sílvia Martins Torreão - quarta, 13 agosto 2014, 13:16

Fonte: Prado (2015).

ANEXO D - TELA EM DETALHE DO CHAT

Página inicial ► Meus cursos ► Miscelânea ► Curso A3P ► Agenda Ambiental na Administração Pública A3P: Co... ► CHAT COM A TUTORA ► Sessões de chat

Navegação

- Página inicial
 - Minha página inicial
 - Páginas do site
 - Meu perfil
 - Curso atual
 - Curso A3P
 - Participantes
 - Badges
 - Agenda Ambiental na Administração Pública A3P: Co...
 - BOAS VINDAS E APRESENTAÇÃO DO CURSO
 - FÓRUM DE NOTÍCIAS
 - GLOSSÁRIO DE TERMOS AMBIENTAIS
 - CHAT COM A TUTORA
 - Clique aqui para entrar no chat agora
 - Versão sem frames e Javascript
- MÓDULO I
- MÓDULO II
- MÓDULO III
- MÓDULO IV
- Testes de Recuperação
- Meus cursos

CHAT COM A TUTORA

segunda, 11 agosto 2014, 20:02 --> segunda, 11 agosto 2014, 20:19

20:02 Walkyria Prado entrou no chat

20:02 Walkyria: Boa noite Yasodhara! Seja bem vinda a nosso chat

20:03 Walkyria: Vejo que está bem entusiasmada!

20:03 Walkyria: Comente o que está achando do curso.

20:04 Yasodhara: Prezada Walkyria, boa noite!

20:04 Yasodhara: Quero parabenizá-la e a todos os envolvidos pela qualidade do material aqui disponível e organização do curso.

20:06 Walkyria: Que bom ! Fico feliz por estarmos começando a atingir nossos objetivos. A finalidade é ampliar e melhorá-lo cada vez mais.

20:06 Yasodhara: Estou lendo e assistindo aos vídeos para começar a responder os testes.

20:06 Yasodhara: Sugiro que lá no calendário

20:06 Walkyria: Muito bem!

20:07 Yasodhara: seja colocado os dias e horários em que podemos encontrá-la no chat

20:07 Yasodhara: mesmo sabendo que você encaminhou mensagem para todos os cursistas

Fonte: Prado (2015).

ANEXO E - TESTE DE APRENDIZAGEM DO MÓDULO I

Página inicial ► Meus cursos ► Miscelânea ► Curso A3P ► MÓDULO I ► TESTE DE APRENDIZAGEM ► Visualização prévia

Navegação do questionário

1 2 3 4 5

Finalizar tentativa ...

Iniciar nova visualização

Navegação

Página inicial

- Minha página inicial
- Páginas do site
- Meu perfil
- ▼ Curso atual
 - ▼ Curso A3P
 - Participantes
 - Badges
 - Agenda Ambiental na Administração Pública A3P: Co...
 - ▼ MÓDULO I
 - A QUESTÃO AMBIENTAL: CONHECIMENTOS BÁSICOS PRELIM...
 - VÍDEOS DE REFERÊNCIA (Visualização pela rede intra...)
 - FÓRUM DE DISCUSSÃO
 - TESTE DE APRENDIZAGEM
 - BIBLIOTECA
 - MÓDULO II

Questão 1
Ainda não respondida
Vale 1,00 ponto(s).

▼ Marcar questão
🔗 Editar questão

O conceito de desenvolvimento sustentável tem sido cada vez mais discutido junto às questões referentes ao crescimento econômico. De acordo com esse conceito considera-se que:

Escolha uma:

- a. O crescimento econômico está dissociado do desenvolvimento sustentável.
- b. Deve-se buscar uma forma de progresso socioeconômico que não comprometa o meio ambiente sem que, com isso, deixemos de utilizar os recursos nele disponíveis.
- c. Os países subdesenvolvidos são os únicos que praticam esta ideia, pois, por sua baixa industrialização, preservam melhor o seu meio ambiente do que os países ricos.
- d. Ocorre uma oposição entre desenvolvimento e proteção ao meio ambiente e, portanto, é inevitável que os riscos ambientais sustentem o crescimento econômico dos povos.
- e. São as riquezas acumuladas nos países ricos, em prejuízo das antigas colônias durante a expansão colonial, que devem, hoje, sustentar o crescimento econômico dos povos.

Questão 2
Ainda não respondida
Vale 1,00 ponto(s).

▼ Marcar questão
🔗 Editar questão

Sobre o texto a seguir, indique a questão que exprime o pensamento do autor:

"A ética de cuidados se aplica tanto a nível internacional como aos níveis nacional e individual; nenhuma nação é auto-suficiente, todos lucrarão com a sustentabilidade mundial e todos estarão ameaçados se não conseguirmos atingi-la". (Texto extraído do livro Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. 12ª edição. Boff, Leonardo, 1999).

Escolha uma:

- a. A ética do cuidado se refere, principalmente, em ações locais que irão refletir nas ações globais.
- b. O mundo está prestes a sofrer uma grande catástrofe.
- c. O autor usa o termo cuidar para definir ações de cuidado dentro da empresa.
- d. A sustentabilidade mundial está ameaçada, pois nenhuma nação é auto-suficiente.
- e. A ética do cuidado com o planeta deve ocorrer tanto no âmbito global como no local, configurando uma nova sociedade que se percebe parte integrante dos ecossistemas terrestres e, portanto, o desenvolvimento de atividades embasadas na visão holística do meio ambiente.

Questão 3
Ainda não respondida
Vale 1,00 ponto(s).

▼ Marcar questão
🔗 Editar questão

Preservar a biodiversidade constitui uma das condições básicas para manter a sustentabilidade ambiental no planeta. Partindo desse pressuposto responda a questão :

Escolha uma:

- a. A biodiversidade deve ser preservada nos países desenvolvidos, pois já destruíram quase tudo.
- b. Os países ricos são os grandes responsáveis pela degradação ambiental.
- c. A conservação da biodiversidade deve ocorrer em âmbito global, visto que os problemas não se restringem ao regional.
- d. A educação ambiental é uma grande aliada para a transformação da sociedade na direção de uma relação de cuidado com o meio ambiente.
- e. Alguns países dependem mais da sua biodiversidade do que outros mais industrializados e com forte tecnologia.

Fonte: Prado (2015).

ANEXO F - TELA DA BIBLIOTECA DO MÓDULO I

Página inicial ▶ Meus cursos ▶ Miscelânea ▶ Curso A3P ▶ MÓDULO I ▶ BIBLIOTECA

Navegação

- Página inicial
 - Minha página inicial
- Páginas do site
- Meu perfil
- Curso atual
 - Curso A3P
 - Participantes
 - Badges
 - Agenda Ambiental na Administração Pública A3P: Co...
 - MÓDULO I
 - A QUESTÃO AMBIENTAL: CONHECIMENTOS BÁSICOS PRELIMINARES
 - VÍDEOS DE REFERÊNCIA (Visualização pela rede intra...)
 - FÓRUM DE DISCUSSÃO
 - TESTE DE APRENDIZAGEM
 - BIBLIOTECA
 - MÓDULO II
 - MÓDULO III
 - MÓDULO IV
 - Testes de Recuperação
- Meus cursos

Administração

BIBLIOTECA

Referências relacionadas ao Módulo I

- A ONU e o meio ambiente.pdf
- Agenda 21 brasileira.pdf
- Artigo Sustentabilidade Empresarial- os noelios e indicadores.pdf
- Convenção sobre Diversidade e Biológica.pdf
- Convenção sobre Mudança do Clima.pdf
- Convenção ONU combate desert 1994.pdf
- Declaração do Rio.pdf
- Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida.pdf
- Estocolmo 1972.pdf
- O texto da Carta da Terra.pdf
- Plano de Mudanças Climáticas de PE.pdf
- Política Nacional de Edu. Ambiental.pdf
- Política Nacional sobre Mudanças Climáticas.pdf
- Principais documentos da Eco 92.pdf
- Programa Nacional de Educ. Ambiental.pdf
- Protocolo de Quioto.pdf
- Relatório Brundtland.pdf

Editar



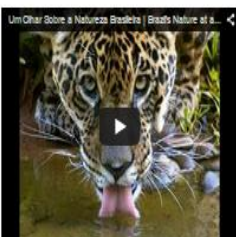

escolavirtual.recife.pe.gov.br/meioambiente/mod/folder/view.php?id=97

Fonte: Prado (2015).

ANEXO G - TELA DOS VÍDEOS DE REFERÊNCIA DO MÓDULO I

The screenshot displays a web application interface for Module I. On the left, a sidebar contains navigation options such as 'Páginas do site', 'Novo perfil', 'Curso atual', 'Curso ASP', 'Participantes', 'Blogs', 'Agenda Ambiental na Administração Pública (ASP)', 'MÓDULO I', 'A QUESTÃO AMBIENTAL: CONHECIMENTOS BÁSICOS', 'PRELIMINAR', 'VÍDEOS DE REFERÊNCIA (Visualização pela rede Intra-...)', 'FÓRUM DE DISCUSSÃO', 'TESTES DE APRENDIZAGEM', 'BIBLIOTECA', 'MÓDULO II', 'MÓDULO III', 'MÓDULO IV', 'Testes de Recuperação', and 'Meus cursos'. Below the sidebar is an 'Administração' section with options for 'Administração da Página' (Alterar configurações, Funções designadas localmente, Permissões, Verificar permissões, Filtrar, Logar, Backup, Restaurar) and 'Administração do curso' (Alterar papel do usuário, Minhas configurações de perfil).

The main content area lists video references for Module I:

- AGENDA 21 BRASILEIRA.**
 - A Cúpula da Terra - Conferência da ONU sobre Meio Am...

Unem as mãos para rezar pela terra e pelo sucesso da Cúpula da Terra.
 - MMA - Programa AGENDA 21

 - Um Olhar Sobre a Natureza Brasileira | Brazil's Nature at a...

 - WWF pede a pegada ecológica que a humanidade det...

- ANIMAIS AMEAÇADOS DE EXTINÇÃO.**
- PECADA ECOLÓGICA.**

The URL at the bottom of the page is escolavirtual.recife.pe.gov.br/meioambiente/mod/page/view.php?id=63.

Fonte: Prado (2015).